

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**TRABALHADORES NEGROS NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA
NO RIO DE JANEIRO (1888 – 1910)**

LÍVIA CINTRA BERDU

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
História do Departamento de História
da Universidade Federal Fluminense
sob a orientação do Prof. Dr. Cezar
Teixeira Honorato.

NITERÓI – RJ

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

B482t Berdu, Livia Cintra
Trabalhadores negros no processo de formação da
classe trabalhadora no Rio de Janeiro (1888-1910) /
Livia Cintra Berdu ; Cesar Honorato, orientador.
Niterói, 2018.
151 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal
Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.m.34570191851>

1. Trabalhadores. 2. Negros . 3. Sociedade
Resistência. 4. Classe Trabalhadora. 5. Produção
intelectual. I. Título II. Honorato, Cesar, orientador.
III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
História.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán -
CRB7/2318

LIVIA CINTRA BERDU

TRABALHADORES NEGROS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CLASSE

TRABALHADORA NO RIO DE JANEIRO (1888 – 1910)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cezar Honorato (orientador) – UFF

Prof. Dr. Rafael Maul de Carvalho Costa – UFFRJ

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – UFF

Niterói

2018

HERÓIS DA LIBERDADE

(Samba-enredo da G.R.E.S. Império Serrano de 1969 – Letra de Silas de Oliveira, Mano Décio da Viola e Manuel Ferreira)

Ô ô ô ô

Liberdade, Senhor,

Passava a noite, vinha dia

O sangue do negro corria

Dia a dia

De lamento em lamento

De agonia em agonia

Ele pedia

O fim da tirania

Lá em Vila Rica

Junto ao Largo da Bica

Local da opressão

A fiel maçonaria

Com sabedoria

Deu sua decisão lá, lá, iá

Com flores e alegria veio a abolição

A Independência laureando o seu brasão

Ao longe soldados e tambores

Alunos e professores

Acompanhados de clarim

Cantavam assim:

Já raiou a liberdade

A liberdade já raiou

Essa brisa que a juventude afaga

Essa chama, que o ódio não apaga pelo Universo

É a (r)evolução em sua legítima razão

Samba, oh samba

Tem a sua primazia

Em gozar da felicidade

Samba, meu samba

Presta esta homenagem

Aos "Heróis da Liberdade"

Ô ô ô ô

Liberdade senhor!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente acerca dos trabalhadores negros durante as últimas décadas do século XIX e início do século XX nesse contexto. Para tanto, abordaremos distintos aspectos relacionados ao trabalho, condições de vida, moradia, cultura, além de diferentes formas de organização e resistência política desses sujeitos, que compartilhavam tais espaços com trabalhadores livres, imigrantes europeus e outros personagens num cenário bastante heterogêneo. Nesse contexto, analisaremos em particular aqueles ligados ao serviço de carregamento, arrumação e armazenamento do café no porto carioca, e que tinham como uma de suas principais ferramentas de luta a Sociedade Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, fundada em 1905 na cidade.

Palavras – chave: Classe Trabalhadora; Negros; Sociedade Resistência.

ABSTRACT

This research intends to reflect about the working class formation process in Rio de Janeiro city, more specifically about black workers during the last decades of the 19th century and first years of the 20th in this context. Therefore, we will approach different aspects related to work, life conditions, home, culture, beyond different ways of organization and politic resistance of these individuals, that shared these spaces with slaves, free workers, European immigrants and other characters in a very heterogeneous scenario. In this context, we will particularly analyze those workers who are involved to lading, stowage and storage coffee on Rio's port that had one of their most important struggle instrument on the "Sociedade Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café", created on April's 1905 in this town.

Keywords: Working – Class, Blacks, Sociedade Resistência.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer imensamente aos meus pais que tornaram possível todos os meus anos de estudos, e em especial minha querida mãe, que mesmo em sua batalha diária nas salas de aula jamais deixou de acreditar que sua maior prioridade era proporcionar uma boa educação aos quatro filhos. Aos meus três irmãos Gustavo, Daniel e Rodolfo, que além de me fazerem sentir uma saudade permanente, souberam multiplicá-la me presenteando com os sobrinhos e sobrinha mais incríveis desse mundo: Mateus, Murilo, Alice e Benício!!!

Agradeço com todo meu amor e carinho ao Miguel, grande motivador de todos os meus desafios e conquistas, meu filhote, meu amigo, meu parceiro. Que me suporta nos meus dias de mau humor, stress e ansiedade. Que me ensina todos os dias a ser uma pessoa melhor, além de me mostrar ser possível alcançar uma potencialidade e intensidade de amor que eu jamais imaginei sentir.

Agradeço aos queridos amigos e amigas cariocas e também aos forasteiros como eu, por me transmitirem força nessa luta cotidiana pela sobrevivência nessa terra apaixonante e repleta de contradições chamada Rio de Janeiro. Diogo, Clarissa, Ana, Bel, Beta, Flávia, Mariana, Léo, Patrícia, Vinícius, Zé, Gabriela, Clara, Manu, e todos aqueles e aquelas que em maior ou menor grau compartilharam suas alegrias, suas dores e suas vidas comigo nesses oito anos, muito obrigada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Cezar Honorato, que com muita paciência e dedicação pôde me acompanhar nesses dois anos cheios de crises e inquietações, agradeço muito.

Aos queridos colegas e parceiros do Grupo de Estudos “Observatório da História da Classe Trabalhadora”: Dani Jardim, Marcelo Ramos, Ana Kallás, Bárbara Araújo, Camila Pizzolotto, Leôndidas Junior, Rebecca Freitas, que entre uma reflexão e outra, ou uma cerveja e outra, pudemos trocar idéias, alegrias, aflições, viagens... E ao querido professor Marcelo Badaró Mattos, que de forma muito solícita se dispôs a me ouvir e ajudar nos momentos de grandes dúvidas e inseguranças, especialmente nas bancas de qualificação e defesa.

Ao professor Rafael Maul, agradeço imensamente pelas contribuições no momento da defesa da dissertação.

Agradeço também à fundação CAPES, que financiou esse trabalho por dois anos e sem o qual não seria possível realizá-lo.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores, pesquisadores, funcionários, terceirizados, alunos e trabalhadores, pilares fundamentais da universidade pública e que a cada dia mostram a necessidade de acreditar na luta em defesa de uma educação pública, de qualidade, que seja de fato democrática e que extrapole seus frios muros institucionais.

Àqueles que lutam para que o conhecimento produzido seja em prol da classe trabalhadora, e que ela também possa produzir e não ser apenas objeto de estudo e pesquisa, obrigada! Aos que lutam por um modelo de sociedade sem exploração, sem opressão, sem o jugo do capital, meu eterno obrigado!

SUMÁRIO

Introdução.....11.

Capítulo 1: Trabalhadores negros e o processo de formação da classe trabalhadora carioca

1) Nos passos da escravidão negra.....16.

1.2) O Rio de Janeiro após a abolição e o trabalhador negro.....26.

1.3) Diálogos com a bibliografia.....47.

Capítulo 2: A “Pequena África”: Trabalho, Cultura e Lazer na Zona Portuária

2.1) A região portuária.....64.

2.2) O sistema de trabalho e a mão-de-obra no porto do Rio de Janeiro.....77.

2.3) A União dos Operários Estivadores.....92.

Capítulo 3: A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café

3.1) O início.....100.

3.2) Influências socialistas na formação do sindicato.....114.

3.3) O conflito do dia 13 de maio na sede do Sindicato Resistência.....125.

INTRODUÇÃO

Durante os quase quatro séculos de escravidão negra, estima-se que foram sequestrados cerca de 8 a 11 milhões de pessoas do continente africano com destino às Américas, sendo que cerca de 4,9 milhões tiveram como destino final o Brasil.¹

Ao longo de todo o século XIX, a cidade do Rio de Janeiro foi o principal destino dos escravos africanos em todo o país e calcula-se que entre 1790 e 1830, entraram na cidade cerca de 700 mil escravizados. Na década de 1840, chegavam ao Brasil 60 mil escravos ao ano sendo a grande maioria por via da capital, e foi em 1849 quando a população escrava chegou ao seu auge com 110.602 pessoas no município, de um total de 266.466 habitantes.²

Foram milhões de sujeitos que tiveram sua liberdade negada, suas vidas arrancadas e suas histórias interrompidas em nome da exploração e da sede de lucro das classes dominantes européias e brasileira senhorial, fazendo com que milhares destes que não sucumbiam à violência atroz dos navios negreiros fossem obrigados a reescrever suas histórias num país e continente desconhecidos.

Após a abolição da escravidão em 1888 e a política de embranquecimento da população brasileira e carioca efetivada pelos governos e a classe capitalista que se formava no período, o Rio de Janeiro e a zona do porto por onde chegavam esses sujeitos, havia se transformado profundamente. Apesar de ter sido a cidade que mais recebeu africanos escravizados em todo o país, com a vinda de milhares de trabalhadores europeus sua composição étnica e racial no início do século XX se tornava bastante heterogênea, e com a chegada desses novos indivíduos ao porto, chegavam também outras idéias, ideologias e formas de organização frente à exploração capitalista.

É necessário destacar, entretanto, que já em meados do século XIX essa classe trabalhadora já se forjava, seja na forma das lutas de escravizados, libertos e “livres” pela abolição, em reivindicações por melhores condições de trabalho incluindo greves ou no desenvolvimento de diferentes formas de organização como irmandades negras,

¹SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Helena M., *Brasil, uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.82.

²MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidão e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Rio de Janeiro: Bom texto, 2008, p.41

sociedades mutualistas e associações que posteriormente também influenciariam na criação dos sindicatos e partidos. Além disso, as já referidas ideologias que chegariam com maior força no início do século XX já se manifestavam de forma incipiente em alguns espaços ou através de grupos e militantes na segunda metade do século anterior. Assim, a combinação entre esses vários componentes provindos de embates anteriores de trabalhadores escravizados e seus senhores por um lado, e dos enfrentamentos entre a classe trabalhadora já madura e a classe capitalista proveniente da Europa por outro, constituiu num aspecto determinante que permitiu a troca e o compartilhamento de experiências, ideologias e formas de resistência entre esses distintos sujeitos.³

Inúmeros eram os personagens que compartilhavam o universo de trabalho, moradia, lazer, as difíceis condições de vida, a perseguição e repressão policial e por outro lado, os diferentes espaços onde eram discutidas as greves, os conflitos diários com os patrões e as medidas tomadas pelos operários, que extrapolavam muitas vezes a esfera produtiva como os clubes dançantes, as ruas e bares. Além das inúmeras greves, motins e revoltas populares ocorridas na primeira década do século XX, também as casas de candomblé, as rodas de samba, capoeira, jongo, os ranchos eram expressões de sua organização enquanto classe, através do fortalecimento de sua cultura e identidade enquanto tal.

Nesse sentido, embora a composição étnica e racial da classe trabalhadora tenha se transformado assim como as próprias relações de trabalho na virada do século, o setor portuário consistia num universo ainda bastante negro, especialmente em relação aos trabalhadores ligados ao serviço da estiva ou do carregamento, arrumação e armazenamento do café, ou seja, os chamados “trabalhadores de tropa”. E aí se situam duas importantes ferramentas de luta desses trabalhadores, que consistem na União Operária dos Estivadores criada em 1903 e a Sociedade Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, esta criada em 15 de abril de 1905, sob grande influência da União.

A Sociedade Resistência, além de sua composição majoritariamente negra entre os seus sócios e lideranças, possuía um sistema de organização de trabalho e negociação com os patrões de certa forma baseada em elementos ainda existentes no período escravista, o que permitia a autonomia e a sistematização coletiva de seus membros. Por outro lado a entidade carregava também em sua estrutura, aspectos diretamente ligados

³ Idem.

às ideologias libertárias e também socialistas, tão propagadas no período pelos trabalhadores ao redor do mundo e trazidas pelos imigrantes ao Brasil e também ao Rio de Janeiro.

Assim, apesar do contexto existente de competição no mercado de trabalho assalariado e a constante busca por melhores condições de vida e trabalho que possibilitavam conflitos entre esses indivíduos, a solidariedade de classe também se fazia presente entre os mesmos, independente de serem brasileiros, imigrantes, negros ou brancos. Tal solidariedade extrapolava ainda as barreiras da própria categoria, uma vez que os trabalhadores da estiva estavam sempre presentes em seus embates com os patrões do café, assim como outras categorias portuárias.

A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café consistiu assim, num grande exemplo de organização de trabalhadores no início do século XX, e ainda hoje deve ser lembrada pela historiografia por conta de sua composição racial e por outro lado, por sua influência socialista desenvolvida através da presença dos trabalhadores estrangeiros na cidade e no porto. E é nessa fusão que nos propusemos a adentrar, ainda que inicialmente. Esse trabalho aponta, no entanto, mais perguntas que respostas, uma vez que essa temática perpassa diversos aspectos e questões de caráter histórico, econômico, político, social e, portanto, futuras pesquisas acerca do processo de formação da classe trabalhadora carioca se fazem necessárias.

Contudo, acreditamos que a partir de uma perspectiva totalizante da história, é possível identificar os distintos elementos existentes nesse processo, como o legado deixado pelos trabalhadores africanos e brasileiros escravizados na luta pela emancipação por um lado, e a ingerência dos trabalhadores imigrantes e seu enfrentamento com a ordem capitalista por outro. Tal amplitude nos permite desconstruir determinadas fronteiras estabelecidas, chegando assim a uma perspectiva internacional da luta de classes e da própria classe trabalhadora, refletindo assim seu processo de formação no Brasil e mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro. E é nesse mesmo processo que podemos reconhecer o desenvolvimento da consciência desses sujeitos, a partir desse embate de interesses antagônicos entre as classes e sua identificação enquanto trabalhadores, forjada através de conflitos entre os mesmos, mas também de inúmeros traços de solidariedade.

* * *

O trabalho intelectual não é algo fácil. Exige tempo, disciplina, esforço, paciência, concentração, muita dedicação, além de condições objetivas e subjetivas favoráveis àquele que o executa. E assim como colocou o intelectual e militante italiano Antonio Gramsci, por ser um trabalho, “é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento”⁴ e implica em cansaço físico e mental, podendo ainda significar dor e sofrimento.

Apesar de ter tido um percurso profissional, intelectual e militante bastante relacionado à universidade até o momento atual, a produção de conhecimento científico tem sido um novo mundo que se reabriu para mim após um intervalo de dez anos fora da universidade, com alguns percalços no meio do caminho. Na Pós-graduação, pude concretizar minha transição para a área de história ao longo desses dois anos no curso de mestrado, escolha mais acertada que fiz, apesar do caótico cenário brasileiro atual e a crescente desvalorização e perseguição aos historiadores, além dos profundos ataques que vem sofrendo a universidade e educação públicas.

Nesse sentido, gostaria de acrescentar que o processo de pesquisa e escrita dessa dissertação contou com algumas dificuldades objetivas em relação ao acesso à documentação existente sobre o tema, fato esse que não isenta a mim mesma de possíveis debilidades e claro, minha responsabilidade individual sobre o mesmo.

* * *

No primeiro capítulo do trabalho, buscamos abordar brevemente alguns aspectos sobre o sistema escravista na cidade do Rio de Janeiro, alguns dados referentes a esse período, além de um resgate acerca dos motivos que levaram à abolição no país em 1888. Buscamos em seguida refletir sobre o contexto geral na cidade após a abolição, pontuando elementos acerca do cenário econômico, político e social, inserindo os trabalhadores negros recém libertos e os demais sujeitos nesse contexto, bem como suas distintas formas de organização política e resistência. Num segundo momento, procuramos estabelecer um diálogo com alguns autores já consagrados que se ocuparam direta ou indiretamente da temática dos negros no período pós-abolição na historiografia

⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol.2. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p.51.

e na área da sociologia, e por outro lado, alguns historiadores que recentemente tem feito um movimento de maior interlocução entre as áreas da História da Escravidão e do Pós-Abolição e a História Social do Trabalho. Para tanto, utilizamos principalmente a bibliografia especializada, dados retirados dos recenseamentos gerais e artigos publicados em jornais da cidade no período analisado.

No segundo capítulo percorremos as ruas da região portuária do Rio, acompanhando o cotidiano dos trabalhadores portuários dentro da esfera de trabalho, mas também fora dela, englobando os espaços de cultura e lazer desses indivíduos onde se expressavam elementos de classe e identidade através dos ranchos, das rodas de samba, jongo e capoeira. Procuramos desenvolver ainda, alguns apontamentos acerca do sistema de trabalho e contratação da mão de obra do porto e sua composição étnica e racial, abordando ainda alguns pontos principais em relação ao trabalho dos estivadores e os trabalhadores de tropa, assim como seu processo de organização e sindicalização. Foram utilizados arquivos de jornais, relatos de viajantes europeus ao Brasil durante o século XIX, além da bibliografia especializada sobre o tema.

Finalmente, no terceiro capítulo entramos diretamente no universo dos trabalhadores ligados ao serviço do café responsáveis pelo carregamento, arrumação e armazenamento do produto nos trapiches portuários, investigando o processo de criação de sua maior ferramenta de luta durante as greves na primeira década do século XX, ou seja, a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Nos seus primeiros anos de vida, o sindicato participou ativamente dos movimentos grevistas que reivindicavam não apenas melhores condições de trabalho para sua categoria, mas se propunham a efetuar uma unidade de luta entre os demais trabalhadores do porto, em especial os operários da estiva. Nessa etapa do trabalho, utilizamos a documentação encontrada no atual Sindicato dos Portuários Avulsos em Capatazia e Arrumadores no Comércio Armazenador no Município do Rio de Janeiro, que corresponde ao antigo Sindicato Resistência, como livros de atas e um caderno manuscrito pertencente ao primeiro presidente da entidade, além de notícias de jornais do período.

CAPÍTULO 1

Trabalhadores negros e o processo de formação da classe trabalhadora carioca

1.1. Nos passos da escravidão negra

O comércio de escravos africanos e a exploração da mão de obra escrava pelas mãos dos europeus entre os séculos XVI e XIX atravessam grande parte da história mundial e a história do Brasil em particular, e configuram-se como elementos fundamentais para refletir o processo de desenvolvimento do capitalismo mundial e brasileiro. Para entendermos essa afirmação, faz-se necessário voltarmos ao período anterior, ou seja, o momento de crise definitiva do sistema feudal e o lento processo de acumulação primitiva de capitais já em curso no final do século XV. Esse momento também se caracteriza pelas conquistas de mais terreno econômico e político por parte da burguesia já existente e seu conseqüente desenvolvimento e transformação, assim como o crescente papel centralizador do Estado.

No célebre capítulo XXIV de sua brilhante obra *O Capital – Crítica da Economia Política*, Marx aborda o processo de proletarização do produtor rural, e defende que o ponto de partida do desenvolvimento que deu origem ao modo de produção capitalista e ao trabalhador assalariado, consiste exatamente no momento em que se inicia a subjugação desse trabalhador. A denominada “pré-história do capital”, ou seja, a acumulação primitiva de capitais nos países europeus na passagem da expropriação à exploração configurou-se num violento processo histórico de separação entre o produtor e os meios de produção. Marx desenvolve:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações européias, tendo o globo terrestre como palco. (...) Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa seqüência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles,

porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.⁵

Apesar da origem da escravidão ser anterior ao tráfico de escravos africanos, vários elementos se fundiram para o seu ressurgimento como força de trabalho nas Américas, como a grande disponibilidade de terras, e o próprio desenvolvimento do comércio de escravos em um empreendimento altamente lucrativo. No continente americano, esse processo se deu de forma não homogênea, e no Brasil, por exemplo, antes da escravização dos africanos, eram os indígenas os principais escravizados a dominarem a força de trabalho. Porém, já no século XVII, a escravização dos africanos revela-se como um processo ainda mais produtivo, e embora exista uma relação com o fato desses escravos serem negros, ela mostra-se num momento posterior, já que inicialmente suas causas se mostram econômicas, e não raciais.⁶

Estima-se que foram seqüestrados do continente africano com destino às Américas, cerca de 8 a 11 milhões de pessoas durante todo o período do tráfico negreiro, sendo que desse total 4,9 milhões tiveram como destino final o Brasil.⁷ Depois de uma travessia de cerca de 40 dias, os africanos desembarcavam no país, sendo Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, São Luís e Belém os principais importadores e distribuidores, e já no século XVII eram principalmente em Salvador e Recife os maiores portos, e de lá os escravizados eram levados também para o Maranhão, Pará e rio Amazonas. No século XVIII com a descoberta das minas de ouro, o porto do Rio de Janeiro ganhou impulso significativo, e dali eram transferidos para Minas Gerais, Mato Grosso e Colônia do Sacramento, território do atual Uruguai.

Lilia Schwarcz aborda sobre esse processo de deslocamento dos africanos e o desenvolvimento da economia brasileira, que tinha como bases a cana-de-açúcar e o crescente êxito do sistema de plantations:

⁵ MARX, Karl. *O Capital*, vol.1. São Paulo, Boitempo, 2013, p. 821.

⁶ Eric Williams coloca que sua razão encontra-se no baixo custo da mão-de-obra, e não na cor da pele dos escravos africanos. Sem dúvida também estiveram presentes aspectos culturais e políticos, o que explica o próprio conceito do racismo, advindo posteriormente. O autor complementa: "*A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão*", p.34. (WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012).

⁷ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Helena M., *Brasil, uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.82.

(...) unindo-se várias pontas de um mesmo mapa, é que se instituiu e fortaleceu o comércio escravagista, modalidade de mercado que levou ao banimento e exílio de milhões de pessoas. Verdadeiro holocausto de inícios da era moderna, o negócio lucrativo explorava o fato de esse sistema ser muito eficaz. Ainda que constituísse o mais opressivo dos modelos migratórios, era o que dava realmente conta da produção crescente da cana-de-açúcar e, no século seguinte, do ouro e do diamante.⁸

Além dos escravos do campo, havia ainda os escravos urbanos, os quais muitos passavam parte do tempo longe da vigilância dos seus senhores, trabalhando nas ruas como alugados por dia ou por semana, tendo que entregar ao fim do serviço, a soma que recebiam. Os chamados “escravos ao ganho” faziam diversos trabalhos como de cocheiros, pintores, pedreiros, carpinteiros, estivadores, alfaiates, ferreiros, sapateiros, barbeiros. As mulheres eram domésticas, amas de leite, arrumadeiras, lavadeiras, engomadeiras, e vendiam nas ruas diversas comidas e iguarias vindas da África.

Durante o século XIX o Rio de Janeiro, já capital do império, foi o principal destino dos escravos africanos em todo o país e estima-se que entre 1790 e 1830, entraram na cidade cerca de 700 mil africanos escravizados. Na década de 1840, entravam em todo o Brasil 60 mil escravos por ano, sendo em grande maioria por via da capital. Em 1849 a população escrava chegou ao seu auge com 110.602 pessoas no município, sendo a população total na cidade a de 266.466 habitantes.⁹

Partindo dos dados acima descritos e da caracterização do Rio como a cidade que recebeu mais africanos escravizados em todo o mundo durante todo o século XIX, é mais que possível afirmar que a escravidão negra configura-se como elemento estruturante na história do Brasil, e em especial nesta cidade. Além do sistema econômico e político serem sustentados pelo imenso lucro advindo do tráfico e a força de trabalho escrava, também as relações sociais tecidas desde então eram consequentemente carregadas de uma profunda ideologia de inferioridade do negro, naturalizada e legitimada pelo cristianismo e o racismo científico da época. Assim, os negros eram encarados como uma ameaça para a elite carioca, no sentido de tornarem-

⁸ Idem, p. 88.

⁹ MATTOS, Marcelo Badaró, *Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Rio de Janeiro: Bom texto, 2008, p.41.

se futuros cidadãos e serem cada vez mais numericamente expressivos entre a população total da cidade.

A partir da década de 1840 se inicia então um movimento pautado nessa mesma lógica racialista e que irá se intensificar nas décadas seguintes, sendo concretizado e financiado pelo Estado brasileiro, que consiste na exploração da força de trabalho imigrante nas regiões mais dinâmicas da economia nacional, incluindo a cidade do Rio de Janeiro. Com o processo de transição da manufatura à indústria na virada do século, foram milhares de imigrantes europeus deslocados de seus países para o Brasil tendo como um dos principais objetivos o de miscigenar a população, ou seja, diluir o sangue negro apagando-o num constante branqueamento.¹⁰

Além disso, com a crescente pressão por parte da Inglaterra e a proibição do tráfico negreiro no Atlântico em 1850, ocorre um grande enfraquecimento do sistema escravista nos anos subseqüentes, o que ocasionou uma espécie de contagem regressiva para a abolição. Com as leis do Ventre Livre (1871) e do Sexagenário (1885) – que embora contraditórias, traziam elementos progressistas no sentido da emancipação – o cenário político e econômico na capital era de preparação para a libertação definitiva. Ademais, neste período a população cativa tinha sofrido uma enorme redução tanto na cidade quanto nas áreas rurais, estas que já apresentavam um declínio de suas principais atividades nas plantações.

Luiz Carlos Soares sistematiza os dados fornecidos no recenseamento feito em 1872, dos quais 228.743 habitantes da cidade, 191.176 eram livres (83,58%) e 37.567 eram escravos (16,42%), o que equivalia a menos da metade do número de escravizados calculados no censo de 1849. Segundo o autor, apesar de que em 1880 não tenha sido feito recenseamento, estatísticas do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas indicam que em 1884 ainda existia na Corte 32.103 escravos. Já nos quatro anos seguintes, a população cativa se reduziu drasticamente e em 1888, ela chegou a aproximadamente 7.488 escravizados na cidade.

Soares coloca que essa redução pode ser atribuída ao movimento de alforrias, além da grande taxa de mortalidade dos escravos em consequência de constantes epidemias que assolaram o município nesse período, mas principalmente, à “*drenagem*

¹⁰ CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

*de braços escravos da cidade para as fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba, depois da proibição do tráfico em 1850”.*¹¹

Um elemento importante a se destacar é que desde a segunda metade do século XIX, os trabalhadores escravizados se articulavam pela criação de várias associações, irmandades, sociedades mutualistas, que tinham como objetivo atender doentes, familiares, garantir enterros (assim como as irmandades negras, como a Irmandade de N. Sra. do Rosário e S. Benedito), porém avançaram em aceitar trabalhadores livres e escravizados aos seus associados, tendo inclusive como propósito o apoio financeiro a compra da liberdade dos sócios escravizados. São exemplos de associações a Sociedade Beneficente da Nação Conga, criada antes de 1861, a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor fundada em 1874, e aquelas com o objetivo exclusivo de libertar os escravizados como a Sociedade Emancipadora 28 de Setembro e o Clube dos Libertos Contra a Escravidão criado em Niterói, respectivamente nos anos de 1870 e 1882. Tais organizações traziam vários traços de ações coletivas anteriores como os próprios quilombos, que se faziam presentes tanto no espaço urbano quanto no rural e tinham práticas abertamente contestatórias ao sistema escravista.¹²

Em relação a outras formas de organização, não podemos deixar de citar o incrível exemplo dos padeiros livres e escravizados liderados por João de Mattos na fuga dos escravizados, desde Santos em 1876 passando por São Paulo e Rio de Janeiro nos anos subsequentes. Na antiga capital, fundou o Bloco de Combate dos Empregados de Padaria, cujo lema era “Pelo pão e pela liberdade”, e que lutava clandestinamente pela liberdade dos trabalhadores escravizados. Após o fim da escravidão, João e seus companheiros de luta passaram a batalhar em defesa dos “escravizados livres” nas padarias, criando a Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias do Brasil com o propósito de acumular fundos e comprar padarias e geri-las cooperativamente.¹³

Ocasionalmente por uma junção de fatores que ultrapassa o foco deste trabalho, ocorre então a Abolição em 1888, tendo como alguns motores o movimento Abolicionista e a crescente pressão por parte da Inglaterra. A constante resistência dos negros e o medo da burguesia brasileira em formação de uma possível revolução escrava como ocorreu no Haiti em 1791, a exemplar Revolta dos Malês em 1835 na Bahia ou a possibilidade de uma maior influência da Guerra Civil nos Estados Unidos –

¹¹ SOARES, Luiz Carlos, *O “povo de CAM” na capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*, Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007, p. 34-36.

¹²MATTOS, Marcelo Badaró, *Escravidão e livres...Op. Cit*, p.108-112.

¹³Idem, p.132 e 133.

ocorrida na primeira metade da década de 1860 e que teve como um dos eixos centrais a luta contra a escravidão – entre os escravizados e abolicionistas daqui, foram outros elementos que também tiveram grande peso.

Além disso, com o avanço das forças produtivas e a crescente racionalização do lucro, surgia a possibilidade de que para a força de trabalho ganhar a condição efetiva de mercadoria, e assim tornar-se mais lucrativa através da extração de mais-valor, o trabalhador deveria ser “livre”: livre para vender sua força de trabalho. E enquanto mercadoria, essa mesma força de trabalho poderia ser comprada de acordo com as necessidades de quem detinha os meios de produção, além do fato de que se buscava a expansão de um mercado consumidor. Além do mais, a energia braçal do escravo (base produtiva na cidade) já não correspondia às novas demandas do comércio internacional e à nova dinâmica do mercado capitalista mundial.

Contudo, é fundamental ressaltar que ao longo do século XIX conviviam em espaços comuns de trabalho tanto trabalhadores escravizados quanto libertos ou assalariados, sejam africanos, nacionais ou imigrantes. E que longe de significar um processo evolutivo de um sistema econômico a outro, ou uma passagem em certa medida mecânica como a historiografia tradicional colocou até um período recente, a formação da classe trabalhadora foi um processo muito mais complexo constituído por esses distintos sujeitos. Além disso, o modo de produção capitalista desde sua origem mostrou-se bastante versátil em abarcar diferentes formas de relações de trabalho, desde as mais arcaicas às mais “desenvolvidas”, o que vemos inclusive até os dias atuais.

Sendo assim, ao contrário das dicotomias estabelecidas e cristalizadas anteriormente como trabalho escravo/trabalho livre, industrial/pré-industrial, moderno/arcaico, acreditamos ser necessário o exercício de buscar as interconexões nesse processo, destacando suas continuidades e descontinuidades em relação à força de trabalho do negro recém liberto.¹⁴

É importante situar nesse debate, que partimos da leitura e concepção marxista de E. P.Thompson em relação ao conceito de classe, que ao investigar sua formação busca relacionar elementos sociais e culturais às mesmas – como morais, valores e crenças – entendendo todos esses como componentes associados no processo de forjar sua identidade enquanto classe, para além do espaço estritamente produtivo. Além disso, encarando esse conceito enquanto uma categoria histórica e desde sua perspectiva

¹⁴ GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. *Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. In *Tempo Social*, São Paulo, v.18, n.1, junho, 2006.

relacional, o historiador coloca que o desenvolvimento da classe está diretamente ligado ao “comportamento classista” dos sujeitos, ou seja, o conjunto de ações e reações que orientam no sentido de um estágio de formação “madura” das classes:

“Classe”, na minha prática, é uma categoria *histórica*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos, então, levados a teorizar este fenômeno como uma teoria global das classes e de sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento etc.¹⁵

A partir do caráter desse conceito enquanto processo e relação, o que implica que esta não pode ser explicada através de um raciocínio linear, estático e mecânico no tempo, quanto mais tendo um momento exato como seu marco incipiente, no trecho seguinte Thompson desenvolve sobre a profunda relação entre o conceito de classe e as outras categorias marxistas “luta de classes” e “consciência de classe” que são, inclusive, inseparáveis entre si:

(...) A meu juízo, foi dada excessiva atenção, freqüentemente de maneira anti-histórica, à “classe”, e muito pouca, ao contrário, à “luta de classes”. Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um

¹⁵THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012, pág. 270.

modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes.¹⁶

Nessa clássica passagem, o autor inglês deixa claro que para ele, é justamente a partir do conflito entre os distintos interesses, e durante esse processo de embate dos mesmos que se forja a consciência de classe, e só então, é possível falar em termos de classe social. Thompson se contrapõe ainda aos setores do marxismo que insistem em denominar como classe, grupos destituídos de consciência de classe ou de cultura de classe, e sendo assim, não podem ser definidos enquanto tal. O historiador defende então que *“Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é “algo” ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica.”*¹⁷

Embora Thompson não tenha incluído os trabalhadores escravizados em suas pesquisas, tais observações contribuem bastante para as análises de sociedades anteriores ao capitalismo, e embora a história do Brasil seja bastante distinta da inglesa, o historiador fornece ferramentas das quais permite traçar vários pontos em comum nessa investigação. Trazendo para a realidade do Rio de Janeiro entre a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, torna-se indissociável os conflitos existentes no universo escravista entre os próprios escravos e seus senhores, dos conflitos subsequentes (e muitas vezes simultâneos) no mercado de trabalho assalariado. Embora esses sujeitos não tivessem uma consciência já formada ou “madura”, possuíam vários elementos que os permitiam reconhecer-se enquanto um grupo que possuía interesses antagônicos ao grupo a qual eram subordinados.

Situando sua contribuição ao nosso trabalho, compreendemos que se torna inconcebível considerar esse processo de formação da classe trabalhadora brasileira (ou carioca) tendo como ponto inaugural o ano de 1888, ou seja, somente após a abolição como defendeu parte da historiografia brasileira. Como bem argumenta Mattos:

Tendo em vista que escravizados e livres conviveram em ambientes comuns de trabalho urbano, que protestos coletivos de uns e outros, aproximando-se ou distinguindo-se em forma e conteúdo das reivindicações, coexistiram no

¹⁶ Idem, p.274.

¹⁷ Idem, p.279.

tempo e no espaço; que formas associativas foram muitas vezes compartilhadas e que discursos identitários surgiram a partir de comparações entre o trabalho escravo e o trabalho livre, trabalhamos com a hipótese de que no processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, no período que vai de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes locais buscaram controlar seus escravos e conduzir um processo de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados.¹⁸

O autor coloca ainda, que além das diversas formas de exploração da força de trabalho escrava, mesmo entre os trabalhadores livres, o típico mercado de trabalho não se configurou até, pelo menos, nos anos anteriores à abolição. Isso significa que a presença dos escravos no meio urbano e o valor do seu aluguel influenciavam diretamente nos valores dos salários, indicando que enquanto o peso da escravidão urbana foi significativo, a variação salarial dos trabalhadores livres não era calculada apenas pelos critérios clássicos de oferta e procura da força de trabalho proletarizada:

Tratava-se, portanto, de um processo de proletarização incompleto enquanto vigorava a escravidão, ou pelo menos enquanto o contingente de escravos trabalhando na cidade foi suficiente para determinar os limites do assalariamento.¹⁹

Nessa perspectiva, analisando o mercado de trabalho de então, Mattos faz um levantamento de quais eram as ocupações dos escravizados urbanos, subdividindo em dois espaços: as ruas e as fábricas. Até 1850, enquanto esses ainda eram a grande maioria, destacavam-se entre os carregadores, estivadores, aguadeiros, carregadores de dejetos, barqueiros, marinheiros, cirurgiões, barbeiros, varredores de rua, vendedores ambulantes, músicos, tocadores de realejo, quitandeiros e “tigres” (que retiravam os dejetos de dentro das casas). Em relação às fábricas, o historiador cita vários espaços ocupados pelos escravizados na primeira metade do século XIX como o estabelecimento da Ponta D’Areia, em Mauá, reconhecidamente a maior fábrica privada

¹⁸ MATTOS, Marcelo Badaró, *Escravidãos e livres...Op. Cit.*, p.21.

¹⁹ Idem, p. 47.

dos anos 1850, e outros estabelecimentos fabris nos ramos de tecidos, chapéus, calçados, móveis, e metalúrgico.

O mesmo autor nos fornece também uma análise dos dados do recenseamento de 1872, ou seja, às vésperas da abolição, do qual podemos ter uma visão mais ampla da inserção dos escravizados no ambiente fabril da cidade: 2.135 operários entre um total de 18.091 eram cativos, ou seja, 11,80%. As mulheres escravizadas e classificadas como costureiras eram cerca de 1.384, e ainda 497 escravizados (494 homens e 3 mulheres) eram classificados como artistas.²⁰

Apesar da grande maioria dos negros livres e pardos inseridos nas ocupações de baixo status, a pesquisa de Mary Karasch em *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850* aponta também um relativo contingente de libertos que conseguiram se inserir nas Forças Armadas e na Igreja Católica durante a primeira metade do século XIX. A autora coloca ainda, que armarem os escravos e libertos na cidade tornou-se prática bastante aceita após a longa experiência de escravos-soldados por volta do século XVI, quando os portugueses os utilizavam para defender seu império colonial. Tais posições, entretanto, variavam de acordo com a cor da pele dos africanos e seus descendentes, onde somente aqueles de cor mais clara poderiam compor a pequena minoria que alcançava os cargos mais altos.²¹

A partir dessa exposição, podemos afirmar sem reticências que os sujeitos escravizados no Brasil serviam enquanto força de trabalho explorada independente de suas inúmeras “modalidades”, como escravos ao ganho, escravos domésticos, rurais, urbanos, e por isso, apesar de seu status jurídico, devem ser vistos enquanto trabalhadores além de escravizados. Apesar de parte da historiografia social do trabalho no Brasil não reconhecê-los enquanto tal, nosso objetivo central neste trabalho passa por desconstruir essa narrativa atribuída a esses sujeitos, assim como oferecer elementos para tanto, o que inclui suas formas de organização política, trabalho, moradia e lazer.

²⁰ Idem, p. 54.

²¹ KARASCH, Mary. *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.125.

1.2. O Rio de Janeiro após a abolição e os trabalhadores

O cenário político e econômico nas últimas décadas do século XIX e início do século XX no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, era o de constituição do capitalismo, onde surgiam nesse momento grandes estabelecimentos fabris além da movimentação financeira de todo o país passar em grande parte pelas casas bancárias localizadas na cidade.

A crise da produção do café em 1888 modificou profundamente a economia da cidade, fazendo declinar as exportações do produto além de ter as importações afetadas pela crescente inflação no período. Apesar dessa perda de posição dominante na exportação, o Rio ainda figurava entre os 15 primeiros portos do mundo e em terceiro lugar das Américas atrás apenas de Buenos Aires e Nova York. Em relação ao comércio interno, o avanço das ferrovias possibilitava a ampliação do mercado abastecido através do porto da cidade, tendo como principais linhas de ligação a outros estados, as linhas da Leopoldina, que se estendiam ao norte do Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e nordeste de Minas Gerais, chegando a 1.441 km de extensão.²²

Eulália Lobo coloca que ainda assim, a crise de 1888/1889 a 1894 foi bastante profunda, ocasionada também pela abolição, além da queda da produção no Vale do Paraíba, a seca no Nordeste e a recuperação da lavoura em São Paulo nos anos posteriores, ocasionando a superprodução e a queda do preço do café prolongando a fase de depressão. A historiadora relata que, essa situação propiciou a ascensão temporária de grupos não oriundos da burguesia dos grandes proprietários de terra e da burguesia comercial associada a ela, das quais perderam o prestígio. A partir de então, cresceu uma nova burguesia comercial, ligada aos transportes, serviços em geral e à indústria, que estava sendo assegurada pela abertura de crédito a esses setores, pela integração do mercado de mão de obra, pelo aumento do mercado consumidor após a abolição e pela migração de trabalhadores libertos para a cidade, depreciando os salários.²³

Além da grande expansão industrial nos primeiros anos da República, este período compreende todo um projeto estruturado pelos governos e a elite carioca, constituído de profundas transformações socioeconômicas associadas à transformação

²² LOBO, Eulália M. L. *Historia do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1976 (2 vols.), p.448-451.

²³ Idem, p. 450.

de relações sociais de tipo senhorial-escravista para relações de tipo burguês-capitalista. E nesse contexto de industrialização e expansão capitalista da cidade, a crise habitacional da população enquanto um reflexo da questão social passa a ter grande destaque em vários âmbitos da sociedade, a partir do momento em que o capital reivindica uma nova organização do espaço urbano em sua busca de acumulação e concentração. A centralização dos meios de produção por um lado, e a convergência de trabalhadores no mesmo espaço e pequena oferta de moradias por outro, se expressará numa profunda depreciação das condições de vida da classe trabalhadora em formação na cidade, sendo a questão habitacional um claro exemplo desse decurso.

Eulália Lobo coloca que tal questão está diretamente ligada ao processo de acumulação capitalista e que, quanto mais rápido este ocorre, mais miseráveis são as habitações dos trabalhadores. Outro aspecto importante se refere à sua relação com a reprodução da força de trabalho, ou seja, a moradia é o espaço onde o trabalhador assalariado garante e renova suas condições objetivas (alimentação, vestimenta, repouso, etc.) e através da questão sanitária assegura sua saúde e bem-estar para que esteja disponível para o trabalho a cada dia, sucessivamente. Portanto, esse curso permite a reprodução do seu trabalho, bem como a ampliação e reprodução de capitais.²⁴

Engels argumenta, entretanto, que o problema da falta de habitação não se trata de uma questão surgida apenas com o advento do capitalismo e nem é sofrida exclusivamente pelo proletariado moderno, mas que consiste num elemento relacionado ao processo de expansão das grandes cidades e o conseqüente aumento no fluxo de pessoas nesses espaços, agravado obviamente, com o avanço desse modo de produção. No texto *Sobre o Problema da Habitação* de 1873, Engels escreve:

A chamada questão da habitação, que hoje em dia desempenha na imprensa um papel tão grande, não consiste no fato de a classe operária em geral viver em casas más, apinhadas e insalubres. Esta falta de habitação não é algo próprio do presente; ela não é sequer um dos sofrimentos próprios do moderno proletariado, face a todas as anteriores classes oprimidas; pelo contrário, ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos. Para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. – Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência da população às grandes cidades; é o

²⁴ LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia e STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro, Edufrj, 1989, p.17.

aumento colossal dos aluguéis, uma concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade de em geral encontrar um alojamento. E esta falta de habitação só dá tanto que falar porque não se limita à classe operária mas também atingiu a pequena burguesia.²⁵

Trazendo para a realidade do Rio de Janeiro na virada do século, esse ponto acrescentado por Engels contribui de forma considerável quando consideramos a explosão populacional ocorrida nesse período em decorrência das migrações internas e principalmente da imigração estrangeira na cidade.

Nesse sentido, o porto cumpre um papel fundamental nesse trânsito intenso de estrangeiros, que não só permaneciam na cidade, mas que podiam também fazer parte do grande contingente de população flutuante na capital, cenário ocorrido, sobretudo na década de 1890. Segundo Jayme Lary Benchimol, entre os anos de 1887 a 1897 a população no país deu um salto de 14 milhões para 17 milhões, quando cerca de 5.3000.000 imigrantes chegaram ao Brasil nesse ínterim. Dos 351.345 imigrantes que se encontravam no país em 1890, 35,4% estavam na capital federal.²⁶

Lobo acrescenta ainda que nessa década, o Rio de Janeiro não era capaz de comportar tamanho crescimento populacional acelerado e sequer dispunha dos serviços básicos para tanto, fator esse já constatado pelos governos desde a década de 1850 na primeira epidemia de febre amarela na cidade, com a intensificação do movimento migratório. Enquanto no ano de 1872 a população era de 266.831 habitantes, em 1890 já alcançava a cifra de 522.651 habitantes, o que corresponde a um crescimento médio de cerca de 5% ao ano.²⁷

Na década de 1850, houve um movimento por parte dos governos visando a melhoria das condições sanitárias da cidade, e diante de um contexto de constantes epidemias, a medicina social foi acionada pelo Estado iniciando então, inúmeras medidas para o controle e enfrentamento das condições de insalubridade. Contudo, a medicina social manteve ao longo do século XIX um perfil bastante autoritário frente à questão sanitária, cumprindo um verdadeiro papel de polícia médica, intervindo na sociedade e policiando tudo que pudesse causar doença na sua busca pela ordem.

²⁵ ENGELS, Friedrich. *Sobre o problema da habitação*. São Paulo, Alfa Ômega, 1975, p. 3.

²⁶BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos- Um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1990, p.172.

²⁷ LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia e STANLEY, Myrian. *Questão habitacional...Op. Cit.*,p. 28)

Endossado pelos governos e a elite carioca, o discurso da polícia médica colocava que além da estrutura urbana e organizacional da cidade, a própria formação geográfica do Rio e as condições climáticas eram pontos fundamentais que contribuíam no agravamento da questão sanitária. Além disso, defendiam que para uma profunda higienização da cidade, era necessário responsabilizar a desordem urbana pela degeneração da saúde, tanto física quanto “moral” da população.

É nesse contexto onde o problema das habitações no final do século XIX na capital federal, passará a estar diretamente ligado à salubridade enquanto um elemento fundamental para a preservação da força de trabalho, já que as residências dos seguimentos mais baixos da população eram encaradas como o principal foco de insalubridade e pestilência pelos governos da época e, portanto, passam a ser seu principal alvo. A solução recomendada pelos poderes municipal e federal foi então a eliminação dos cortiços e casas coletivas e a construção de habitações higiênicas para os trabalhadores e os pobres, assegurada pelo Estado ou pelo poder privado com seu subsídio. No âmbito mais geral do planejamento urbano da cidade, as outras medidas adotadas sugeriam um sentido de maior funcionalidade e evolução como uma expansão urbana por bairros considerados mais saudáveis para desafogar o centro, o alargamento de ruas e praças, arborização, instalação de redes de esgoto e água, manutenção do asseio em mercados e matadouros, criação de lugares próprios para despejos, dentre outras medidas.

É importante ressaltar que na década de 1890, a população de baixa renda residia em sua grande maioria nas regiões centrais da cidade, onde se localizavam a maior parte das atividades econômicas e, portanto, maiores oportunidades de emprego. Essa aglomeração se dava de forma cada vez mais intensa, na medida em que as condições de vida da classe trabalhadora se mostravam cada vez mais precárias, como os baixos salários, aumento do custo de vida, etc. Sendo assim, a valorização do espaço urbano junto à especulação imobiliária na cidade ocasionada pelas exigências do capital, impõem a expulsão das classes mais pobres da região central da cidade onde possuíam suas residências e trabalhos, e a violenta demolição de suas habitações.

Apesar das crises de epidemias nas décadas anteriores, a década de 1890 foi bastante crítica no aspecto sanitário, a qual milhares de pessoas tinham suas vidas dizimadas como reflexo das contradições inerentes à transição para o capitalismo e a exploração da força de trabalho assalariado no Rio de Janeiro. Segundo Benchimol, já em setembro de 1889, pouco antes da Proclamação da República, ocorre um surto de

febre amarela com 2.155 vítimas fatais, processo esse que se agrava em 1891, aumentando a mortalidade causada por todas as moléstias, em especial a febre amarela, a varíola, a malária e a influenza, e chegando a um nível de intensidade jamais visto.

Superando todas as epidemias anteriores, a febre amarela aniquilou 4.454 vítimas, que não por acaso, habitavam em grande parte as freguesias com maior densidade de habitações coletivas como São José e Santana, o que demonstra que a saúde pública estava diretamente ligada à questão de classe nesse período.²⁸

TABELA 1

FREGUESIAS	ÓBITOS
SÃO CRISTÓVÃO ²⁹	1.745
SÃO JOSÉ	690
SANTANA	408
SANTO ANTÔNIO	175
GLÓRIA	163
SACRAMENTO	137
SANTA RITA	117
ESPÍRITO SANTO	112
LAGOA	101
ENGENHO VELHO	97
ENGENHO NOVO	50
IGNORADA	45
GÁVEA	32

²⁸ BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos... Op. Cit.*, p. 179.

²⁹ O autor informa que o maior número referente a São Cristóvão se deve ao H. São Sebastião.

Fonte: Benchimol, Larry. *Pereira Passos - Um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1990, p.179.

A epidemia de varíola ceifou 3.944 vidas, e ao contrário da febre amarela, a maioria correspondia a brasileiros e cerca de 40% desses correspondia a crianças de até quatro anos. A malária reinou durante todo o ano de 1891, provocando 2.235 mortes. Já a tuberculose causou 2.373 vítimas em 1891 e 2.202 em 1890.³⁰ Nesse contexto de insalubridade, *O Correio da Manhã* de 12 de abril de 1906 retratava as condições das habitações da população pobre na cidade:

O povo mora em estalagens sem o menor conforto com os compartimentos privados de luz e de ar, recebendo emanções de water closet comuns. Em cada cubículo cozinha-se e dorme-se. Em frente à única porta, a tina d'água com sabão aproveitada muitos dias. O aluguel cobrado adiantado; se atrasa, é sumariamente despejado por um inspetor de polícia ou auxiliar de higiene.³¹

Antes dos governos de Rodrigues Alves na presidência, e Francisco Pereira Passos na prefeitura no início do século XX, algumas iniciativas por parte do poder público já haviam ocorrido no sentido de combater os cortiços e casas coletivas na região central da cidade, consistindo em reformas embrionárias que culminariam no grande “Bota-abaixo” efetuado poucos anos depois. No breve governo de apenas cinco meses de Barata Ribeiro na prefeitura, entre dezembro de 1892 a maio de 1893, o médico baiano colocou em prática uma verdadeira caça aos cortiços, tendo o famoso episódio da demolição da estalagem “Cabeça de Porco”, situado na Rua Barão de São Félix, na Zona Portuária, o principal exemplo.

O episódio, bastante comentado pela imprensa conservadora foi assim relatado pela *Revista Ilustrada*, trazendo além da charge abaixo, um poema comemorando o “grande feito” do prefeito Barata Ribeiro:

³⁰ BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos... Op. Cit.*, p. 189-190.

³¹ *O Correio da Manhã*, edição de 12/04/1906.

Era de ferro a cabeça,
De tal poder infinito
Que se bem nos pareça,
Devia ser de granito.
No seu bojo secular
De forças devastadoras,
Viviam sempre a bailar
Punhais e metralhadoras.
Por isso viveu tranquilla
Dos poderes temerosos
Como um louco cão de fila
Humilhando poderosos.
Mais eis que um dia a barata,
Deo-lhe na telha almoçal-a
E assim foi, sem patarata,
Roendo, até devoral-a



Fonte: Revista Ilustrada número 656, ano 1893.

Assim, a demolição violenta do cortiço “Cabeça de Porco” deixava claro seu significado também ideológico, pois significava romper com a imagem até então construída da região central da cidade, repleta de trabalhadores negros, libertos, imigrantes, nacionais, explicitando aos mesmos que aquele espaço não os pertencia e, portanto, sua expulsão para as áreas mais distantes da cidade se daria a qualquer custo,

em prol da política de “saneamento” e “embelezamento” da região central. Tal política de “higienização” obviamente veio acompanhada de intensa repressão a esses sujeitos, abrindo assim as ruas centrais da cidade ao poder privado ligado ao setor de serviços, a cobrança de impostos, a valorização dos espaços e a especulação imobiliária.

É então durante o governo de Rodrigues Alves na presidência, junto à administração de Pereira Passos no governo municipal que ocorre o auge desse movimento, resultando na reforma urbanística no Rio de Janeiro baseada nas ruas das principais capitais européias (em especial as ruas parisienses), ocorrida entre 1902 e 1906 e responsável pelo desalojamento de mais de 13 mil pessoas e o fechamento de 600 cortiços e demais habitações coletivas.³²

O projeto de saneamento e reformulação urbana da capital federal nesse período consistia numa das prioridades dos governos municipal e federal, já que as constantes epidemias que devastavam a cidade afetavam diretamente as relações entre o Brasil e outros países, repercutindo negativamente no âmbito econômico das mesmas. O porto da cidade era temido por sua insalubridade, o que implicava na contenção da entrada de imigrantes bem como de capitais estrangeiros.

Como diz Eulália Lobo:

O governo de Rodrigues Alves (1902-1906) é marcado pelo esforço de romper com a herança colonial, de integrar o país no mundo moderno. Os problemas centrais são os da higiene, que se vinculam à economia. As quarentenas no principal porto de exportação do país impedem o embarque do café, afetam a imigração. Os estrangeiros são os mais vulneráveis à febre amarela. Os palacetes decadentes, as casas de cômodos, as oficinas e manufaturas das ruas estreitas do centro obstruem a ventilação e a livre circulação das mercadorias.³³

Assim, o governo de Rodrigues Alves na presidência ficará marcado pelas suas obras de saneamento e modernização dos espaços na cidade, tendo como eixos principais a modernização do porto e a construção das grandes avenidas na região central. Em seu Manifesto à Nação, divulgado em 15 de novembro de 1902, quando recém eleito, declarava:

³² LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia e STANLEY, Myrian. *Questão habitacional...Op. Cit.*, p.80.

³³ Idem, p. 71-72.

Aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade do saneamento desta capital, trabalho sem dúvida difícil porque se filia a um conjunto de providências, a maior parte das quais de execução dispendiosa e demorada. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais séria e constante preocupação, aproveitando-se de todos os elementos de que puderem dispor para que se inicie e caminhe. A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo.³⁴

Já em sua primeira Mensagem ao Congresso, em maio de 1903 o presidente justifica a prioridade às obras do porto da capital, deixando para depois as das outras cidades e capitais:

Os defeitos da Capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional. A sua restauração no conceito do mundo será o início de vida nova, o incitamento para o trabalho na área extensíssima de um país que tem terras para todas as culturas, climas para todos os povos e explorações remuneradas para todos os capitais.

As condições gerais de salubridade da Capital, além de urgentes melhoramentos materiais reclamados, dependem de um bom serviço de abastecimento de água, de um sistema regular de esgotos, da drenagem do solo, da limpeza pública e do asseio domiciliar.

Parece-me, porém, que o serviço deve começar pelas obras de melhoramento do porto, que tem de constituir a base do sistema e não de concorrer não só para aquele fim utilíssimo, como evidentemente para melhorar as condições de trabalho, as do comércio e, o que não deve ser esquecido, os da arrecadação de nossas rendas.³⁵

Além das obras de transformação do porto, o governo federal efetuou ainda o prolongamento do canal do Mangue e da abertura de três importantes avenidas: a Francisco Bicalho, a Rodrigues Alves e a Avenida Central, que passou a se chamar Avenida Rio Branco em 1912. Segundo Benchimol, a Avenida Rodrigues Alves ou Avenida do Cais tinha como função responder às demandas de circulação mais diretamente ligadas ao funcionamento do porto, articulando-o com a zona industrial que

³⁴ BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos...Op. Cit.*,p.211.

³⁵ Idem, p.212.

ascendia em São Cristóvão e os subúrbios nos seus arredores. Ademais, essa avenida foi projetada como ferramenta de “polícia” sanitária e militar para uma das áreas considerada como mais perigosas do Rio.³⁶

Sobre essa estratégia conservadora, o *Jornal do Comércio*, em artigo publicado em 21 de maio de 1903 concordava:

(...) nos bairros da Saúde, Gamboa e Saco de Alferes, cuja higiene e costumes não são atualmente dos mais tranqüilizadores (...) sobre lugares hoje cobertos de água se abrirão ruas novas e se prolongarão as existentes. Todas essas virão desembocar na grande avenida que margeará todo o litoral, desde a Rua de São Cristóvão até a que tem de ser iniciada no atual Largo da Prainha (referia-se à Avenida Central) e, como esta, arborizada, iluminada a luz elétrica.³⁷

Já a Avenida Central, consistiu no eixo principal do projeto de remodelação urbana do Rio, tendo como propósito o de romper com a imagem de cidade suja, velha e pestilenta dos tempos coloniais abrindo espaço para uma metrópole moderna e cosmopolita como as grandes capitais dos Estados Unidos e Europa. Essa é a lógica que se alastra nesse momento por várias capitais de outros países, a partir do projeto de Eugène Haussmann, nomeado por Napoleão III prefeito do Departamento de Seine durante 1853 a 1870, o qual transforma Paris no modelo de metrópole a ser imitado pelo mundo todo.

Haussmann abriu no centro de Paris extensos e monumentais bulevares, acabando de vez com os superpovoados quarteirões populares e o conjunto de ruas estreitas que desde a Revolução Francesa até a Comuna de Paris em 1848, fizeram parte do lendário cenário das batalhas travadas pelo proletariado parisiense, servindo como extensas barricadas.³⁸ Segundo o historiador Larry Benchimol:

O programa de Haussmann foi concretizado numa conjuntura política de reação, dominada pelas monarquias restauradas em meio às cinzas ainda

³⁶ Idem, p.226.

³⁷ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 21/05/1903. Citado por BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos...Op. Cit.*,p.226.

³⁸ Idem, p.192

fumegantes das revoluções liberais de 1848 que convulsionaram toda a Europa. Foi também o período em que a França e outros países europeus iniciaram, efetivamente, suas revoluções industriais, com meio século de atraso em relação à Inglaterra.

O plano de Haussmann tinha como uma de suas estratégias principais a neutralização do proletariado revolucionário de Paris, a destruição da estrutura material urbana que servira aos motins populares de rua. Na exposição de motivos de seu plano, manifestava o propósito de “isolar os grandes edifícios, palácios e quartéis, de maneira que resultem mais agradáveis à vista, e que permitam acesso mais fácil nos dias de celebração de atos, e simplifiquem a defesa nos momentos de revolta”. As novas avenidas facilitariam o rápido acesso e movimentação das tropas pela cidade.³⁹

Engels também refletiu acerca dos projetos de Haussmann em seus escritos sobre a questão habitacional de 1873 e a lógica de expulsão da classe trabalhadora da região central no processo de expansão das grandes cidades. Nesse trecho a seguir, podemos entender de forma bastante clara o que ocorre com as habitações operárias no início do século XX no Rio de Janeiro:

A expansão das grandes cidades modernas dá um valor artificial, colossalmente aumentado, ao solo em certas áreas, particularmente nas de localização central; os edifícios nelas construídos, em vez de aumentarem esse valor, fazem-no antes descer, pois já não correspondem às condições alteradas; são demolidos e substituídos por outros. Isto acontece antes de tudo com habitações operárias localizadas no centro, cujos aluguéis nunca ou então só com extrema lentidão ultrapassam um certo máximo, mesmo que as casas estejam superpovoadas em extremo. Elas são demolidas e em seu lugar constroem-se lojas, armazéns, edifícios públicos. Por intermédio de Haussmann, o bonapartismo explorou da forma mais colossal esta tendência em Paris, para burla e enriquecimento privado; mas o espírito de Haussmann passou também por Londres, Manchester, Liverpool, e em Berlim e Viena ele parece sentir-se igualmente em casa. O resultado é que os operários vão sendo empurrados do centro das cidades para os arredores, que as habitações operárias e as habitações pequenas em geral se vão tornando raras e caras e muitas vezes é mesmo impossível encontrá-las, pois nestas condições a indústria da construção, à qual as habitações mais caras oferecem um campo de especulação muito melhor, só excepcionalmente construirá habitações operárias.⁴⁰

É nesse mesmo sentido que se dá a política de expropriação e segregação da classe trabalhadora efetuada pelo próprio Estado nas figuras de Rodrigues Alves e

³⁹ Idem, p.193.

⁴⁰ ENGELS, Friedrich. *Sobre o problema...Op. Cit.,p. 5.*

Pereira Passos, de forma a atender às demandas do capital e as conveniências políticas e econômicas dos seus governos.

Desnecessário dizer que tal política não trouxe qualquer alternativa de moradia para a população desalojada, como a construção de novas habitações. Isso significa que além de todas as dificuldades objetivas no dia a dia, esses trabalhadores tinham agora como uma das poucas opções, fixarem moradia nos bairros mais afastados do centro da cidade, o que também implicava maiores gastos com o transporte público (ainda bastante limitado) e mais tempo para o deslocamento de suas casas para o trabalho. Ademais, com o encarecimento e as dificuldades criadas pela prefeitura na virada do século para a construção de imóveis até nas regiões suburbanas, aos trabalhadores com salários mais baixos restava ainda menos opções. Sendo assim, grande parte desses sujeitos que não tinha condições de se deslocar para a periferia, se manteve nas habitações coletivas que resistiram às demolições na região central, ou passaram a habitar as novas construções feitas pelos próprios moradores no alto dos morros – as chamadas favelas – que se multiplicavam desde a década de 1890.

Enquanto isso, a imprensa conservadora aplaudia de pé as demolições e o desalojamento de milhares de famílias, chegando ao ponto de dizer que Pereira Passos trazia finalmente a alegria para todas as casas cariocas com sua reforma:

Com a investidura do dr. Pereira Passos no cargo do prefeito, restabeleceu-se incontinentemente a ordem, a disciplina e o trabalho. Os funcionários cumprem satisfeitos o seu dever, porque recebem com pontualidade os seus vencimentos, não fica falta sem castigo; as formalidades dos netos oficiais jazem reduzidas ao mínimo compatível com a segurança dos direitos; a confiança renasce nos corações; tudo, afinal, se transforma vantajosamente nos domínios da administração. Conscio de sua força, confiante no êxito da sua ação, o prefeito não se demorou muito em deliberar, e logo deu princípio às obras de saneamento da cidade, atacando-as de vários lados a um só tempo, com um arrojo de planos e uma coragem de sacrifícios nunca até hoje conhecidos nesse país. De trecho em trecho, amontoam-se escombros, tolda-se a atmosfera com a poeira das demolições; alargam-se, retificam-se, arborizam-se as ruas; reparam-se, consolidam-se, embelezam-se os edifícios; revolve-se e desseca-se o subsolo; corrigem-se os defeitos dos esgotos; aumenta-se a provisão de água potável; renova-se o calçamento; o ar e a luz invadem todas as casas, levando-lhes saúde, força e alegria.⁴¹

⁴¹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17/06/1903, edição 00736.

Numa linha contrária acerca das moradias e a população pobre, o periódico *A União Operária* escreve em 1905 durante as reformas:

(...) E essas construções de habitações suntuosas, essa transformação que ora se realiza não é senão a multiplicação desse horrível mal, que leva de vencida a vida preciosa de famílias inteiras, sem que os estudos profundos de abalizados cientistas possam resolver esse problema de *maior utilidade á humanidade*. Poderá a higiene oficial tudo fazer em prol de espantar a varíola, e a febre amarela, mas tudo isso há de progredir e avolumar-se porque o Governo que custeia com milhares de contos tantos e tantos higienistas – não gasta 100 réis a favor de habitações para os pobres. Os prédios que no Rio ontem custavam 50\$ mensais, hoje custam 80\$000, e não os há: resultando disso que muitas famílias moram aglomeradas em uma só habitação. A consequencia disso é as moléstias multiplicarem-se, sendo impossível tolher a sua marcha devastadora.⁴²

Além do mais, ao mesmo tempo em que efetuava as transformações materiais na cidade junto ao governo federal, Pereira Passos adotou diversas medidas em formas de decretos que afetariam diretamente o cotidiano dos trabalhadores, não só aqueles que habitavam a região central, mas também os moradores dos subúrbios e zonas rurais da cidade. Diversas normas relacionadas a práticas econômicas foram criadas proibindo os vendedores ambulantes nas ruas, assim como os demais autônomos, bem como a criação de suínos na cidade, o transporte de carga sobre animais, a mendicância e outras práticas. Inúmeras formas de lazer e costumes foram reprimidas como o carnaval, o candomblé e as religiões de matriz africana, comemorações de festas de São João com fogueiras, fogos e balões no espaço urbano, além de brincadeiras de rua de crianças como soltar pipas. O discurso moralizador e autoritário ao extremo do prefeito era justificado pela sua busca pela “cidade civilizada” e seu combate à “selvageria” e “rebeldia” das massas, que segundo ele provinha da mescla de raças da cidade.⁴³ Nas palavras do próprio prefeito:

Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros, cercados pelo vôo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo

⁴² *A União Operária*, Rio de Janeiro, 22/10/1905, edição 02.

⁴³ BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos...Op. Cit.*

repugnante. Aboli, igualmente, a prática rústica de ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que, ninguém, certamente, achará dignas de uma cidade civilizada.

(...) Mandei, também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães, que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente, e isso com grave prejuízo da segurança e da moral públicas.

Tenho procurado pôr termo à praga de vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, que, por toda parte, perseguiram a população, incomodando-a com infernal grita e dando à cidade o aspecto de uma tavalagem. Muito me preocupei com a extinção da mendicidade pública, o que mais ou menos tenho conseguido, de modo humano e equitativo, punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros à contingência de exporem pelas ruas sua infelicidade (...) ⁴⁴

Dentro de todo esse cenário de controle, repressão, segregação e expropriação dos trabalhadores, cabe lembrar a Revolta da Vacina ocorrida em 1904, episódio bastante explorado pela historiografia e do qual rendeu diferentes interpretações sobre suas causas assim como a origem social de seus componentes. Em linhas gerais, consistiu numa ampla revolta popular com a duração de oito dias contra o caráter obrigatório da campanha de vacinação contra a varíola na cidade, a terceira epidemia no alvo do sanitarista Oswaldo Cruz. Ademais, é certo que havia também elementos de indignação e descontentamento por parte da população ligados à questão habitacional e as demolições que ocorriam nesse período, inclusive pelo fato de que as mesmas ruas afetadas pelas obras dos governos e as demolições, consistiram no principal palco da revolta, como as ruas da região portuária.

Segundo José Murilo de Carvalho, os motivos que a desencadearam estavam ligados a um amplo conjunto de elementos para além do autoritarismo dos governos, desde as condições de vida da classe trabalhadora e os pobres cariocas, até a tentativa de um golpe por parte dos militares que compuseram a revolta junto a outros setores. Contudo, iremos discutir mais detalhadamente tal evento no próximo capítulo, onde será abordada a região portuária do Rio.⁴⁵

Estava colocado então, um projeto de transformação capitalista da cidade e para tanto, fez-se necessário uma ofensiva no plano ideológico pautada nos “valores do

⁴⁴ Idem, p.278.

⁴⁵ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Para maior conhecimento do tema, ver também: SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina . Mentis Insanas em Corpos Rebeldes*, 1984; e CHALHOUB, Sidney. *“Cidade febril”: cortiços e epidemias na corte imperial*, 1999.

trabalho”, acompanhada da repressão e do controle social, moral e comportamental das classes mais baixas da população, especialmente a população negra recém liberta.

Não é por acaso que logo no ano de 1888, com a abolição, intensifica-se o debate e o projeto de repressão à ociosidade na Câmara dos Deputados, partindo do princípio de que os trabalhadores recém libertos eram necessariamente ociosos e, portanto, careciam de disciplina, dedicação, “amor e respeito religioso” à propriedade privada. Como coloca Sidney Chalhoub em seu livro *Trabalho, lar e botequim*, para a mentalidade da burguesia de então era necessário educar o liberto ressignificando o conceito de trabalho, que antes visto como penoso e degradante, passa a ser encarado como moralizador e edificante.

Diretamente ligada a essa noção construída do trabalho, soma-se a idéia complementar de *vadiagem*, a qual era automaticamente atribuída aos trabalhadores libertos e nacionais, numa espécie de “preguiça inerente” aos mesmos. Assim, a ociosidade era vista como uma grande ameaça à ordem burguesa em desenvolvimento, a qual deveria ser fortemente combatida. O ocioso ou “vadio” era visto como aquele sujeito em dívida com a sociedade, e que ao não trabalhar (ou não trabalhar nas condições consideradas ideais) tornava-se um fardo para a sociedade, que nada contribuía para o bem estar comum.

Contudo, tal ociosidade não era um elemento criminalizado em abstrato, ou seja, a repressão se dava a partir da relação feita entre o ócio e as classes mais pobres, o que significa dizer que o ócio vindo das classes mais abastadas não era encarado enquanto um problema. Surge daí o conceito de *classes perigosas* usado pelos parlamentares e a classe dominante em relação aos pobres e miseráveis, que por conta de seu suposto “vício” e “perversão”, possuíam uma pré-disposição ao crime, representando uma afronta à moral e aos bons costumes. É importante destacar que toda essa visão acerca dos trabalhadores libertos e nacionais, foi construída em oposição à imagem que se formava em relação aos imigrantes, esses vistos como bons trabalhadores, “esforçados”, ambiciosos e que deveriam ser exemplo de trabalhadores ideais para os demais. Além disso, os imigrantes representavam uma das supostas formas de progresso trazida da Europa para o Brasil, através do permanente branqueamento da população negra, vista como inferior e degenerada.

Ademais, outro elemento que se unia à crescente ideologia do trabalho construída pela burguesia no período, consistia na competição entre o enorme e

heterogêneo contingente de trabalhadores que disputavam seu lugar no mercado de trabalho em formação, o qual não possuía condições de absorver tamanha oferta de força de trabalho. Evidentemente, como lógica inerente ao modo de produção capitalista, os detentores dos meios de produção muito se beneficiavam da existência desse exército industrial de reserva, que os permitia rebaixar profundamente o valor dessa força de trabalho, ampliando seus lucros. Por outro lado, para os trabalhadores era reservada uma situação de penúria, extensas jornadas de trabalho, baixos salários e péssimas condições de saúde e de vida.

A respeito do elemento da competição pela sobrevivência e uma possível melhora nas condições de vida da classe trabalhadora, ainda que a mesma surgisse enquanto tendência, a fragmentação entre trabalhadores imigrantes e nacionais, escravizados e livres, não se dava de forma absoluta. Experiências comuns de luta e resistência entre esses sujeitos também se faziam presentes, como indicam pesquisas feitas acerca do movimento operário na zona portuária na Primeira República e no período anterior, das quais discutiremos mais a frente. Entretanto, podemos dizer que esse movimento se dava de forma mais contraditória, onde se por um lado existiam milhares de trabalhadores competindo entre si de forma a garantir um meio de sobrevivência através do trabalho, por outro, tal necessidade de sobrevivência também demandava a articulação e construção de relações entre os próprios trabalhadores, assim como redes de solidariedade e ajuda mútua entre amigos, familiares, vizinhos, conterrâneos.

É neste contexto que se insere então o trabalhador livre em formação, forjado sob o processo de emancipação dos escravizados, a presença dos imigrantes que se tornava cada vez mais intensa, e a política de controle e repressão das classes mais baixas ocorridos nesse período, principalmente os trabalhadores negros recém libertos.

Em relação ao mercado de trabalho no período imediatamente posterior à abolição, alguns dados do recenseamento geral de 1890 mostram uma marginalização ocupacional dos trabalhadores negros em decorrência principalmente da concorrência com os imigrantes europeus. Os dados mostram que mais da metade dos quase 90 mil estrangeiros ocupavam os empregos mais dinâmicos como o comércio, as atividades artísticas e a indústria manufatureira na cidade. Já os trabalhadores negros economicamente ativos estavam localizados nos cargos relacionados ao serviço doméstico (48%), indústria (17%), profissões não declaradas (16%), e o restante

ocupavam espaços ligados a atividades extrativas, pastoris e agrícolas.⁴⁶ Segundo o censo, dos 74.785 empregados domésticos na capital, 41.320 eram negros, 21.009 brasileiros brancos e 12.375 estrangeiros.⁴⁷

Outro elemento interessante que podemos analisar nesse recenseamento diz respeito à população nonagenária no Rio de Janeiro, ou seja, a lista nominal dos indivíduos que na data do recenseamento tinham 90 anos ou mais. Os dados mostram que dentro de um total de 524 nonagenários (sendo 201 homens e 328 mulheres), a grande maioria era de negros (africanos ou naturalizados): sendo 164 homens negros (somando-se pretos, caboclos e mestiços) e 273 mulheres negras (somando-se pretas, caboclas e mestiças) desse total. Dessa população nonagenária, consta que muitos (as) chegaram ao Brasil ao longo do século XIX, tendo registros de 1805, 1808, 1810, 1820, 1822, 1830, 1840, e suas profissões estavam em grande parte ligadas ao serviço doméstico (como a grande maioria das mulheres), à indústria manufatureira, agricultura ou simplesmente são denominados como “trabalhadores”. Considerando todos esses elementos, é bastante possível dizer que muitos deles eram ex-escravizados.

Outro elemento interessante contido no recenseamento constitui no fato de que mesmo após a abolição em 1888, continuaram chegando africanos à cidade, e inclusive, esses números cresceram nos anos de 1889 e 1890 comparados aos anos anteriores. Isso pode ser um indício, por um lado, que o tráfico interno continuou mesmo após a abolição, ou que nesses anos vários libertos vieram para a cidade em busca de familiares, conterrâneos ou simplesmente em busca de melhores condições de vida e trabalho, como aponta a bibliografia do tema.⁴⁸

Já no recenseamento da cidade em 1906, dezoito anos após a abolição, Mattos observa que as ruas continuam sendo uma opção de sobrevivência para um grande número de trabalhadores cariocas. A partir dos dados deste ano, o qual mostra um predomínio do subemprego, percebe que a diferença em números entre o mercado formal e informal de trabalho era quase nula, sendo 51,8% da população economicamente ativa incluída em vagas denominações de “serviço doméstico, jornaleiro e outros”. Destaca, entretanto, que as ruas antes espaço predominantemente dominado pelos escravos, era agora um terreno de grande disputa para todos os

⁴⁶Dados do recenseamento de 1890, reproduzidos em HASENBALG, Carlos. “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil”. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁴⁷Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890. Disponível em: acervo.bndigital.bn.br/Sophia/index.html. Acesso em 03/01/2017.

⁴⁸ Idem, acesso em 03/01/2017.

trabalhadores que não encontravam “vagas disponíveis” no mercado formal de trabalho, ou não se sujeitavam às suas condições.⁴⁹

Outro ponto importante a se destacar no recenseamento em 1906 consiste na população centenária, que corresponde a uma maioria de homens e mulheres africanos. Embora haja várias informações a respeito de todos esses 182 homens e mulheres como seus nomes, idades aproximadas, lugar de origem, idade em que chegaram ao Brasil, profissão, informações sobre sua saúde e família, e até fotos de alguns deles, nunca é citado o fato de que muitos deles tratavam-se certamente de ex-escravizados. Isso expressa, assim como o material de conjunto, o projeto dos governos do período de apagar o passado escravista e conseqüentemente os negros da história da cidade, inclusive pelo fato de que esse recenseamento não traz qualquer diferenciação sobre os habitantes relativa à sua cor de pele. Isso em si já explicita o difícil acesso encontrado pelos pesquisadores a maiores informações a respeito do mercado de trabalho em formação nesse período, especificamente em relação aos trabalhadores negros recém libertos.⁵⁰

Outro aspecto em relação às condições de vida dos trabalhadores diz respeito aos baixos salários e ao constante aumento no custo de vida dos mesmos, que desde a carestia vivida pela classe trabalhadora nos anos 1850 e a greve dos tipógrafos em 1858 denunciando a alta dos alimentos e gêneros de primeira necessidade, essas mesmas condições se manterão nas décadas seguintes.

Segundo pesquisa levantada por Eulália Lobo sobre o custo de vida de um operário na cidade englobando salários relacionados a alguns serviços além dos custos de vida com alimentação, aluguel e transporte no ano de 1892, podemos verificar o quão deficientes eram suas condições de vida:

TABELA 2
SALÁRIOS DO ANO DE 1892 – RIO DE JANEIRO

Servente de Pedreiro	89\$000	Por mês
----------------------	---------	---------

⁴⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...Op. Cit.*, p. 49.

⁵⁰ Recenseamento do Rio de Janeiro de 1906. Rio de Janeiro, Oficina da Estatística, 1907.

Pedreiro	145\$000	Por mês
Mestre Pedreiro	131\$000	Por mês
Carpinteiro	180\$000	Por mês
Pintor	138\$000	Por mês
Hortelão	58\$700	Por mês
Cozinheiro	94\$200	Por mês (recebia além do salário alojamento)
Porteiro	48\$200	Por mês (recebia além do salário alojamento)
Administrador de Hospital	229\$900	Por mês
Enfermeira	49\$900	Por mês
Enfermeiro	72\$100	Por mês
Médico	137\$500	Por mês (além do salário tinha clínica)
Médico Aposentado	157\$142	Por mês
Advogado	(1898)149\$999	(Além do salário tinha clientela)
Andador	140\$700	Por mês (advogado prático não formado)
Escriturário	192\$800	Por mês
Sacristão	130\$000	Por mês
Capelão	107\$290	Por mês
Boticário	107\$430	Por mês

Fonte: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia/ LOBO, 1989, p. 64.

TABELA 3

CÁLCULO DE CUSTO DE ALIMENTAÇÃO DE UM OPERÁRIO POR MÊS

EM 1892

2 quilos de feijão.....	7\$262
2, ½ de farinha de mandioca.....	1\$033

4 quilos de toucinho.....	6\$154
2 quilos de charques.....	7\$454
1,1/2 quilo de arroz.....	1\$635
½ quilo de bacalhau.....	3\$315
1 quilo de açúcar.....	2\$455
1 quilo de café.....	7\$669
	<u>36\$977</u>

Fonte: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e outros. Estudos das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, vol. 27, n°4, out/ dez. 1973, p.129-176. Fundação Getúlio Vargas.

TABELA 4
CUSTO DE VIDA PARCIAL POR MÊS DE OPERÁRIO SOLTEIRO NO RIO DE JANEIRO EM 1892 E SALÁRIOS DE 1892 E 1898

CUSTO DE VIDA		SALÁRIOS MENCIAIS EM 1892
Alimentação	36\$977	Construção Civil:
Aluguel (quarto)	18\$000	Mínimo: 89\$000
Transporte (ferrovia)		Máximo: 180\$000
Percurso curto	600	Médio: 136\$000
Percurso longo	3\$600	
Totais:	55\$577	1898
	58\$577	Fábrica de velas e sabão
		Salários predominantes: (*)
		50\$000 a 109\$000

Fontes: a) Alimentação: Tabela 2

b) Aluguel Vila Rui Barbosa – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 40-4-45.

c) Transporte: *Almanaque Laemmert*, Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1892.

d) Salários: Tabela 3.

(*) Os salários de 50\$000 a 109\$000 referem-se a 110 operários num total de 175. Não foram encontradas folhas de pagamento para 1892.

Outro exemplo a respeito das condições a que estavam submetidos os trabalhadores, é demonstrado em artigo de 1890 publicado no jornal *Eco Popular* e recuperado por Mattos em sua obra já citada, da qual traz o ganho médio mensal de um

operário de 3ª Classe no Arsenal de Guerra, (correspondente a 4\$ diários, multiplicado por 26 dias) de 96\$000, a média de suas despesas e o saldo negativo final:

Aluguel de uma casa nos arrabaldes	30\$000
Passagens de ida e volta	8\$000
Sociedades, montepios e subscrições	5\$000
Comedorias para o operário e sua família, constituída, em termo médio, por 4 pessoas	60\$000
Isso totaliza	103\$000.

Comparando agora a receita (96\$) com a despesa (103\$), vemos que o operário gastou mais 7% do que ganhou.⁵¹

A carestia de vida consistia num elemento frequente nas reivindicações dos trabalhadores cariocas nos primeiros anos da República, assim como nas greves que ocorreram nesse período. No ano de 1903, uma importante greve geral de diversas categorias de trabalhadores – que apesar de não terem apresentado aos seus patrões uma pauta unificada – tinha como uma de suas reivindicações comuns, a carestia dos gêneros de vida, além da redução da jornada de trabalho para 8 horas, o aumento de 40% em seus ordenados e outras demandas particulares das categorias. A greve que durou 26 dias, foi inicialmente impulsionada pelos operários das fábricas têxteis e posteriormente recebeu amplo apoio de outros setores que também se declararam em greve, como integrantes da Sociedade dos Artistas Chapeleiros, da Associação de Classe dos Artistas Sapateiros, Associação de Classe União dos Chapeleiros e Liga dos Artistas Alfaiates. Também se declararam em greve os operários charuteiros do Engenho de Dentro, da fábrica de vidros Esberard, Luz Estearica, Fábrica de tecidos em Sapopemba, a Empresa Industrial Brasileira, operários das pedreiras, sapateiros, trabalhadores da União de Classe dos Merceneiros, carpinteiros, os estivadores e carregadores de café, e operários da fábrica de tecidos Bangu. Algumas dessas categorias ou fábricas eram compostas em grande parte por trabalhadores possivelmente libertos, como é o caso dos operários da fábrica Bangu, e os estivadores e carregadores de café, os quais serão analisados nos próximos capítulos.⁵²

⁵¹ *Eco Popular*. Rio de Janeiro, 27/03/1890, p. 1-2. *apud* MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...Op. Cit.*, p.74.

⁵² GOLDMACHER, Marcela. “A “Greve Geral” de 1903- O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910”. Niterói, UFF, 2009 (Tese de Doutorado).

A historiadora Marcela Goldmacher, faz um levantamento correspondente a um número de 40.000 trabalhadores que se reuniram na greve de 1903, sendo tecelões cerca de 25.000 destes. O movimento alcançou grande extensão territorial, desde o bairro Andaraí, Mangueira, São Cristóvão, passando pelo Centro, Gamboa, Laranjeiras, Gávea, Jardim Botânico, Botafogo, Sapopemba e Bangu.⁵³

Assim, percebemos a dinamicidade da conjuntura geral da cidade nos últimos anos do século XIX e início do século XX, bem como o conjunto de ações e reações por parte da classe trabalhadora em resposta aos vários ataques que sofriam. Várias eram as formas de organização dos trabalhadores, que ao longo dos anos se desenvolveram e superaram os modelos associativos de antes. Era o caso das mutuais organizadas pelos militantes socialistas da época, tendo como ferramentas os periódicos “*Tribuna Artística*”, “*A voz do Povo*”, e outras iniciativas para a construção de um partido, como a Liga Operária na década de 1870. O tipógrafo e editor José Veiga, Otaviano Hudson e Vicente de Souza são alguns nomes que podem ser citados nesse sentido, além de França e Silva que organizou cerca de 400 militantes em 1892 no Congresso Operário Nacional, fundando um novo Partido Operário Brasileiro. Em 1902, surge também o jornal “*Gazeta Operária*” dirigido pelo conhecido militante socialista Mariano Garcia reivindicando o programa do Partido Socialista Brasileiro, aprovado um pouco antes em São Paulo no 2º Congresso Socialista Brasileiro.

Todas essas organizações coletivas culminaram no Primeiro Congresso Operário Brasileiro (COB) realizado em 1906, com a presença de 16 entidades cariocas entre as 23 participantes, incluindo a União dos Operários Estivadores e a Sociedade Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, das quais falaremos no capítulo seguinte.⁵⁴

1.3. Diálogos com a bibliografia

Nas últimas décadas a historiografia social do trabalho no Brasil tem tido firmes avanços em relação a um maior diálogo entre os estudos sobre a escravidão negra no país e os estudos sobre a classe trabalhadora e o movimento operário. No entanto, alguns autores precursores nas referidas áreas são por vezes pouco debatidos, assim

⁵³ Idem, p. 5-16.

⁵⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...Op. Cit.*, p.121-128.

como as potencialidades e limitações de suas reflexões. Nesse sentido, propomos aqui um resgate das idéias de alguns autores que se debruçaram sobre o tema do trabalhador negro liberto no período imediatamente após a abolição direta ou indiretamente, assim como uma análise a partir da perspectiva que direciona esse trabalho, ou seja, uma ótica que permita identificar relações entre as condições de trabalho e vida desses sujeitos durante a escravidão e imediatamente após o seu término, buscando algumas de suas continuidades e descontinuidades.

O tema das relações raciais no país tem sido bastante pautado desde a década de 1950, especialmente após os estudos patrocinados pela UNESCO, os quais foram seguidos por algumas obras que marcaram as ciências humanas no Brasil. Nesse movimento, foram várias as críticas colocadas por historiadores e sociólogos a respeito dos estudos pioneiros de Gilberto Freyre sobre a escravidão negra no país, tanto no clássico escrito em 1933, *Casa Grande e Senzala* quanto em *Sobrados e Mucambos*, de 1936.

Apesar de trazer sólidas contribuições em relação ao universo escravista, a lógica geral de Freyre que propaga a falsa idéia dos escravos enquanto sujeitos passivos e brutalizados, e principalmente a difundida idéia de que no país a escravidão negra foi marcada por um caráter brando, benevolente e mais humano no tratamento dos senhores com seus escravos através de uma miscigenação harmônica e “*confraternizante*” foi capaz de fincar fortes raízes nesse campo de pensamento.⁵⁵

Nesse sentido, e considerando as devidas contradições, apresentamos uma reflexão acerca de alguns autores e obras que marcaram esse campo de estudos, e um exemplo consiste nos estudos provindos da chamada “Escola Paulista de Sociologia” da Universidade de São Paulo - USP na década de 60, encabeçada por Florestan Fernandes e seguida por Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. A obra *A integração do negro na sociedade de classes* de Florestan, considerada pioneira nos estudos sobre as relações raciais no país e grande referência desde sua publicação em 1964, traz reflexões fundamentais acerca da conjuntura política e social brasileira na transição do sistema escravista para o capitalismo, e em especial as particularidades da região paulista, além de situar os trabalhadores negros recém libertos em 1888 nesse contexto. Mais que isso, além de ser um dos primeiros intelectuais a pautar o tema da questão racial na universidade, o autor transforma a visão acerca dos conflitos raciais e o

⁵⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 51. Ed. Rev. São Paulo: Global, 2006, p.417 – 418.

desenvolvimento do racismo no Brasil a partir de uma minuciosa análise de dados empíricos, colocando os negros recém libertos numa posição central na formação do capitalismo no país, bem como na formação da classe trabalhadora brasileira. Contudo, como já foi dito, a obra possui contradições – que talvez possam ser atribuídas às limitações da época – às quais iremos nos debruçar.

Embora Florestan colocasse duras críticas ao mito da democracia racial – o qual possui influência direta do pensamento de Gilberto Freyre – e sua amplitude no pensamento social brasileiro, o autor por outro lado reproduz tal lógica em certa medida ao argumentar que o isolamento econômico, social e cultural dos negros e mulatos recém libertos, assim como o preconceito e a discriminação racial a que estavam sujeitos provinha de um atraso cultural herdado do passado escravista, supostamente incompatíveis com a sociedade competitiva e democrática inaugurada com a abolição e o mercado de trabalho assalariado. Ademais, apresenta limitações na forma de encarar o trabalhador negro nas suas condições objetivas e subjetivas no processo anterior e após a abolição, conferindo a esses sujeitos características como “incapacidade”, “despreparo”, “atraso” para enfrentar dentre outras situações, a competição no mercado de trabalho de então. Nas palavras do autor:

(...) o liberto se defrontou com a competição do imigrante europeu, que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente (mesmo as mais modestas, como a de engraxar sapatos, vender jornais ou verduras, transportar peixe ou outras utilidades, explorar o comércio de quinquilharias etc.). Quando se acelera o crescimento econômico da cidade, ainda nos fins do século XIX, todas as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbano eram monopolizadas pelos brancos e serviam como trampolim para as mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantam a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminado para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo, retirando dele proveitos personalizados, secundários e ocasionais.⁵⁶

Em que pese às particularidades de São Paulo em relação à composição étnica da classe trabalhadora no período de sua formação – como o maior contingente de imigrantes comparado ao Rio de Janeiro, e esta cidade por sua vez, que possuía um

⁵⁶ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5ª ed. Vol. 1. São Paulo: Globo, 2008, p. 33 e 34.

número muito maior de trabalhadores negros – Florestan propõe uma substituição praticamente absoluta dos trabalhadores escravizados pelos europeus no mercado de trabalho, desconsiderando em certa medida a dinamicidade desse espaço, e atribuindo de forma automática aos libertos a posição marginal nesse universo. O autor relaciona esse elemento a uma espécie de falta de ambição por parte dos negros, como que culpabilizando-os por essa sua condição:

Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais etc., não era suficientemente “industrioso” para fomentar a poupança, montando-a sobre uma miríade de privações aparentemente indecorosas, e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o “sucesso”; carecia de meios para se lançar às pequenas ou às grandes especulações, que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais: e, principalmente, não sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação da riqueza.⁵⁷

Nessa mesma lógica, Florestan ainda chega a endossar o discurso dos governos e da classe dominante acerca dos trabalhadores antes escravizados, do qual associava - os ao ócio, à vadiagem e a criminalidade:

Diante do negro e do mulato se abrem duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarianização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar a aparência e a dignidade de “homem livre”.⁵⁸

O autor, ao atribuir aos trabalhadores escravizados e posteriormente libertos a “anomia”, incapacidade, alienação, ou nas próprias palavras do autor, a “acefalização” – o que os levava inevitavelmente a uma suposta passividade – além de negar as diversas formas de organização política e resistência dos trabalhadores escravizados, nega a posição dos mesmos enquanto sujeitos históricos, tornando-os assim “deformados pela escravidão”, coisificados e destituídos de qualquer traço de autonomia, por menor que fosse. O sociólogo desenvolve:

⁵⁷ Idem, p.34.

⁵⁸ Idem, p. 44.

Perdidos em fazendas isoladas ou morando em cidades rústicas, com policiamento precário, em toda parte quase sempre em inferioridade numérica os brancos seguiram à risca o código escravocrata, impedindo por todos os meios que os escravos ou os libertos se organizassem e monopolizando o uso da violência como mecanismo de controle social. O efeito de tudo isso foi que o negro e o mulato emergiram do mundo servil sem formas sociais para ordenar socialmente a sua vida e para se integrar, normalmente, na ordem social vigente. Não só saíram da escravidão espoliados material e moralmente, vinham desprovidos, em sua imensa maioria, de meios para se afirmarem como uma categoria social à parte ou para se integrarem, rapidamente, às categorias sociais abertas à sua participação.⁵⁹

Ainda em relação à sua organização política e suposta alienação, no seguinte trecho onde o sociólogo se atém sobre o processo que culminou na abolição, o mesmo coloca de forma ainda mais enfática seu pensamento de ausência total de organização e consciência por parte dos trabalhadores escravizados, e mesmo que houvesse qualquer nuance de consciência, para Florestan era automaticamente cooptada pela ideologia dominante e/ou dissolvido no amplo movimento abolicionista.

O fato de o escravo e o liberto terem intervindo como o principal fermento explosivo na desagregação do sistema de castas não é, em si mesmo, um índice de participação revolucionária consciente e organizada em bases coletivas autônomas. Não existiam condições para que isso ocorresse e, se chegasse a ocorrer, o abolicionismo daria lugar a uma “união sagrada” entre os *brancos*, para conjurar o “perigo” de uma *subversão racial*. (...) Portanto, a colaboração do escravo e do liberto era aceita como uma espécie de combustível indispensável para acelerar a dissolução do sistema escravista. Não se via neles nem se procurou por nenhuma maneira lhes facultar a condição de um agente revolucionário independente, capaz de traçar seus rumos e de pô-los em prática por seus próprios meios. A moral da história é simples. Terminadas as agitações, os escravos e os libertos sabiam bem, coletivamente, *o que não queriam*. Contudo, não tinham consciência clara sobre *o que deveriam querer coletivamente* nem de *como agir socialmente para estabelecer semelhante querer coletivo*. Formaram o pólo heteronômico e alienado de uma “situação de castas”; lutaram com furor, mas como pólo heteronômico e alienado, contra essa “situação de castas”; e emergiram, em plena era de reconstrução social, diante de uma “situação de classes”, substancialmente diversa da anterior em sua ordenação e potencialidades, com loucas esperanças mas ainda na mesma condição de pólo heteronômico e alienado.⁶⁰

⁵⁹ Idem, p. 74.

⁶⁰ Idem, pág. 63 e 64.

Evidentemente, grande parte da luta dos trabalhadores escravizados não possuía caráter “revolucionário” como diz Florestan, ou seja, muitas vezes reivindicavam melhores condições de trabalho ou no máximo a mudança de sua condição jurídica para trabalhadores assalariados. Contudo, as devidas mediações acerca dessa questão são necessárias para que não seja feita uma análise unilateral desconsiderando suas diversas nuances. Além das irmandades negras e associações mutualistas (ou sociedades de socorro mútuo) já citadas anteriormente, existiam inúmeras formas de organização política por parte desses sujeitos, fossem elas individuais, coletivas, parciais ou radicais. Ademais, a idéia de alienação por parte dos escravizados e libertos mostra-se como o outro lado da idéia complementar das superestimadas consciência de classe e combatividade por parte dos imigrantes europeus, ou seja, o disseminado mito de que esses trouxeram para o Brasil a consciência de classe e a combatividade em suas malas.

Contudo, um ponto bastante positivo na obra consiste no fato de que Florestan não defende a integração dos negros na sociedade de classes apenas através da ocupação dos espaços equivalentes àqueles ocupados pelos homens brancos, ou seja, apesar de reproduzir a idéia de que com o avanço do capitalismo a opressão racial tenderia a se diluir, defende que essa integração dos negros deve ser no sentido de fortalecer a classe trabalhadora para a superação desse modo de produção. Porém, nessa obra, a limitação consiste no fato de que o sociólogo desconsidera os contornos particulares e as novas funções conferidas ao racismo pelo sistema capitalista, isto é, as formas pelas quais tal exploração utiliza, legitima e reforça a opressão racial em seu benefício, ou seja, na busca incessante pelo lucro.⁶¹

É importante colocar, entretanto, que décadas depois, já na publicação da obra *O significado do protesto negro* em 1989, o autor demonstra um nítido avanço em termos de análise sobre a profunda e necessária relação entre os conceitos de raça e classe e o próprio racismo, além de traçar elementos históricos e políticos fundamentais acerca do movimento negro no Brasil.⁶²

Na mesma linha de raciocínio de Florestan durante as décadas de 1950 e 1960, Octavio Ianni fortalece a idéia de substituição dos negros libertos no mercado de

⁶¹ Apesar dos apontamentos feitos em relação à obra *A integração do negro na sociedade de classes*, é evidente o avanço político e intelectual do autor ao longo de sua trajetória. Nos livros *O negro no mundo dos brancos*, de 1972 e especialmente na obra *O Significado do Protesto Negro* de 1989, o autor trata de forma bastante relacionada à questão racial a questão de classe, o que enriquece e aprofunda o debate.

⁶² FERNANDES, Florestan. *O Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

trabalho pelos imigrantes europeus – que ocorreu em parte – mas também atribui aos mesmos um “despreparo” para trabalharem em troca de um salário, ou seja, para o autor tais sujeitos estavam “domesticados” na lógica escravista a ponto de serem incapazes de se verem enquanto trabalhadores assalariados e, portanto, também de reivindicar seus direitos.

A história do negro, depois da Abolição da Escravatura, ocorrida em 1888, é, em boa parte, a história da sua proletarização. Egresso da escravatura, viu-se numa situação nova e desconhecida. Devido às condições históricas pelas quais se estava verificando a formação do capitalismo no Brasil, o negro não pôde ser absorvido imediata e amplamente. Décadas se passaram, antes que ele pudesse sentir-se seguro de um salário. Foi preciso que ele atravessasse várias fases, antes que começasse a ser aceito como trabalhador. Portanto, o dilema que cerca a existência do negro, depois de 1888, se resume nos seguintes termos: nem ele estava preparado para vender a sua força de trabalho, nem o empresário estava preparado para comprá-la. Além do mais, a industrialização brasileira sempre contou com amplas reservas de força de trabalho. (...) No processo de formação do capitalismo no Brasil, a criação do proletariado também baseou-se nas regras inerentes à lei da oferta e da procura, em que o mais forte sempre procura obter o máximo de vantagens. Por isso, no jogo das preferências, fundado em razões econômicas, e segundo as condições culturais herdadas da escravatura, o negro foi preterido, em benefício do imigrante. Assim, é o negro que formará o exército dos desocupados, dos sem-trabalho. Como a oferta de braços era maior que a procura, situação criada deliberadamente com a política oficial e privada de imigração, o negro viu-se à margem das atividades produtivas. No jogo dos excedentes, cabia-lhe a pior posição.⁶³

Considerando a produção historiográfica e principalmente as sínteses sociológicas adotadas pelo campo da história social do trabalho na década de 1960, a visão propagada por parte dos intelectuais desse período, e reproduzida neste momento por esses dois autores, parece basear-se em algumas noções introduzidas e cristalizadas como a origem exclusivamente estrangeira da classe trabalhadora brasileira devido à vinda massiva dos imigrantes europeus, a relação dessa origem com o pensamento anarquista e sua suposta predominância no movimento operário e sindical na Primeira República, e ainda, a tendência geral de generalizar para todo o país, as experiências que hipoteticamente teriam ocorrido em São Paulo, como já apontou Cláudio Batalha.⁶⁴

Contudo, pesquisas recentes na área mostram que ao contrário do que colocam os dois autores, os escravizados possuíam um parcial poder de barganha sobre seus

⁶³IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 2004, p.306.

⁶⁴BATALHA, Cláudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências, in FREITAS, Marcos Cezar (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Contexto, 2001.

senhores, além de diferentes formas de organização política e resistência como, por exemplo, experiências como a conhecida *greve negra* dos carregadores na Bahia em 1857 pesquisada por João José Reis; a greve da já citada fábrica da Ponta d'Areia no mesmo ano, a qual consistia num dos maiores estabelecimentos fabris na cidade do Rio de Janeiro e que possuía 600 operários, sendo 150 escravos; a paralisação na Fábrica de Pólvora Ipanema no final da década de 1820, a conhecida greve dos tipógrafos em 1858 também no Rio, o levante na Fábrica de Velas e Sabão ocorrido em 1854 na Gamboa, (bairro pertencente a zona portuária carioca) a luta dos padeiros livres e escravizados liderada por João de Mattos e outras greves e paralisações protagonizadas por cativos, africanos livres e outros trabalhadores são experiências que devem ser lembradas, reivindicadas e incansavelmente pesquisadas pelos historiadores.

Outro exemplo consiste nas chamadas “paredes” já pesquisadas pelo historiador Flávio Santos Gomes, que consistiam em uma forma de protesto e paralisação do trabalho por parte dos trabalhadores escravizados e livres como via de pressão por melhores condições de trabalho, e são a constatação de que mesmo antes da existência das greves “tradicionais”, esses sujeitos espontaneamente forjavam seus mecanismos de pressão e reivindicação sobre seus senhores.⁶⁵

Na década de 70, com um movimento de inflexão na produção histórica e sociológica acerca da história social do trabalho, e uma reflexão maior sobre a classe trabalhadora e o movimento operário na Primeira República, surgem várias contribuições que se tornarão novas referências na historiografia brasileira. Porém, a separação mecânica entre o período escravista e o mundo do trabalho persiste, de modo que os trabalhadores escravizados não são encarados enquanto trabalhadores – ainda que seu status jurídico não o configure enquanto tal. Além disso, tal tradição retoma idéias estáticas e, portanto, simplistas em relação ao processo de transformação do sistema escravista, reafirmando os termos de *transição* e *substituição* em relação ao mercado de trabalho assalariado em formação.

Flávio Gomes e Antonio Luigi Negro contrapõem de forma profunda os teóricos que enfatizaram a *transição* do sistema escravista para o sistema capitalista, desconsiderando seu processo histórico, costumes e experiências por conta de um determinismo econômico em suas análises. Segundo os autores, além dessa tradição na

⁶⁵ GOMES, Flávio Santos e NEGRO, Antônio Luigi: “As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos”, disponível em: http://www.geledes.org.br/as-greves-escravas-entre-silencios-e-esquecimentos/#gs.a_hzg1g, acesso no dia 16/05/2017.

historiografia brasileira excluir os escravizados do processo de formação da classe trabalhadora, também as complexas formas de relações de trabalho no período da escravidão e pós-abolição ficaram ausentes nos estudos sobre relações raciais no país, tais como os estudos de Luiz Costa Pinto em *O negro no Rio de Janeiro* ou *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* de Carlos Hasenbalg. Os autores desenvolvem:

Tais análises aproximaram-se das teses de Florestan Fernandes, que também descreveu o processo de *transição* da escravidão para o trabalho livre como algo *naturalizado* e evolutivo sob o impacto inexorável ora das transformações econômicas, ora do previdente desejo das elites agrárias. (...) A suposta *inexorabilidade* na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil foi mais projeção das elites, numa ideologia – a da construção da nação – que produzia discursos sobre a substituição da mão-de-obra. Escravos, africanos e crioulos seriam substituídos por trabalhadores livres, imigrantes europeus. Indolência e atraso por tecnologia e aptidão; forjava-se a ideologia do trabalho livre no Brasil criada sob os símbolos da *civilização* e do *progresso*. No imaginário das elites e nos projetos imigrantistas, *África*, *escravidão*, *escravo* e o *negro* eram associados à *barbárie*. A nação estava em jogo e a substituição do escravo pelo trabalhador livre seria menos uma questão de cálculos, prejuízos e lucros, quando não se desejava qualquer tipo de trabalhador livre, mas sim o imigrante, o branco europeu, considerado capaz de garantir a *civilização* e o *progresso* do Brasil. (...) os caminhos analíticos dos estudos sobre relações raciais encontravam-se com as análises sobre movimento operário e história do trabalho no Brasil. Qual encontro? Uma classe operária tão-somente originada da imigração européia e das lutas “anarquistas”, nas grandes capitais. Uma classe operária com cenários e personagens etnicamente costumeiros: fábricas, europeus e rebeldes.⁶⁶

Silvia Hunold Lara, historiadora e uma das pioneiras no debate acerca da ausência dos negros na história social do trabalho no Brasil, lembra que essa abstenção por parte dos historiadores na década de 1970 era em parte uma posição adaptada à ideologia dominante, que se expressava na escassez ou ausência dos dados relativos a esses sujeitos nos espaços de trabalho. Silvia analisa:

De modo geral a oposição entre escravidão e trabalho livre, e os paradigmas da “transição” e da substituição encarregam-se de afastar os ex-escravos da cena histórica. Diante dos números impressionantes do contingente imigrante e da ausência de dados censitários sobre os negros, o silêncio parecia explicar-se por si mesmo – corroborado pelos paradigmas que governavam a

⁶⁶ GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. In *Tempo Social*, São Paulo, v.18, n.1, jun.2006, p. 227 e 228.

explicação histórica na bibliografia sobre a escravidão e sobre os “trabalhadores”.⁶⁷

A autora comenta ainda a respeito do livro de Reid Andrews “*Black and White Workers: São Paulo, Brazil, 1888-1926*”, o qual o autor problematiza as teses de Florestan Fernandes e contrapõe a idéia de anomia e marginalidade dos libertos considerando seu “poder de barganha” diante de seus empregadores, assim como dos imigrantes. Em outro extremo, o pesquisador opina que as exigências que os ex-escravos faziam aos fazendeiros eram maiores que aquelas pedidas pelos imigrantes, o que tornava a preferência por esses de certa forma compreensível. Assim, para ele a marginalização dos negros deixa de estar ligada às heranças da escravidão e o racismo, e passa a ser explicado por uma análise que leva em consideração apenas os conflitos entre trabalhadores e seus patrões.⁶⁸

No entanto, há que se fazer uma mediação necessária, já que o autor parece desconsiderar uma questão objetiva que consiste na discriminação racial por parte dos patrões, e o papel que a mesma cumpria na sua relação com a exploração capitalista, a qual se expressava no fato de que parte dos trabalhadores negros ficasse realmente sem trabalho, ou nos piores postos. Por fim, Silvia faz uma crítica taxativa aos historiadores que seguem a lógica da exclusão dos trabalhadores negros escravizados e libertos das análises sobre a formação da classe trabalhadora brasileira:

O sentido da luta secular pela cidadania empreendida por homens e mulheres de pele escura que, mesmo cativos, lutaram para ser e foram sujeitos de sua própria história indica caminhos para a reflexão e a ação de pessoas que, independentemente da cor de suas peles, vivem hoje no Brasil: um longínquo país no qual a conquista da plena cidadania permanece sendo uma questão crucial. Aparentemente coniventes com o espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagaram da história social do trabalho no Brasil a “nódoa” da escravidão. Assim, se o escravo não foi considerado parte do universo dos trabalhadores, também o ex-escravo foi excluído. Passaram a ser vistos como uma massa de “trabalhadores”, nacionais indolentes e apáticos (na visão dos teóricos do final do século XIX) ou de anômicos e desajustados à modernidade do capitalismo, despreparados para o trabalho livre devido à experiência da escravidão: “trabalhadores” que não trabalham ou então

⁶⁷ LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História, n.16. São Paulo, fev. 1998, p.33.

⁶⁸ Idem, p. 36.

“trabalhadores” que são incapazes de trabalhar... Por isso, desapareceram, literalmente, da história. Por isso, apoiada em explicações economicistas ou em dados demográficos, a literatura sobre a transição não conseguiu, até hoje, dar foros de cidadania a milhares de homens e mulheres de pele escura que construíram suas vidas sob o signo da escravidão e, principalmente, de uma liberdade que, embora conquistada, nunca conseguiu ser completa.⁶⁹

O historiador Boris Fausto em sua obra “*Trabalho urbano e conflito social*” publicada em 1976, da qual é ainda hoje grande referência nos estudos sobre a história do trabalho e do movimento operário no país, reproduz em parte a lógica refutada por Lara. Além de associar exclusivamente a origem da classe trabalhadora no Brasil à vinda dos trabalhadores imigrantes em detrimento dos trabalhadores nacionais e afro-brasileiros, escravizados e libertos, o autor faz uso de estudos empíricos baseados nas experiências de São Paulo e em menor medida o Rio de Janeiro, de forma que tende a generalizar para o país essas realidades particulares. Além disso, ignora o histórico de lutas ocorridas durante o século XIX, inclusive lutas conjuntas entre trabalhadores escravizados e livres que reivindicavam a abolição antes de 1888:

Mas as oportunidades não se abriram para toda a massa de imigrantes e nem todos estavam em condições de aproveitá-las. Por heterogêneos que fossem os motivos de inserção na ordem industrial, um segmento se consolidou como núcleo importante na formação da classe operária. **E os primeiros movimentos reivindicatórios envolvendo operários não qualificados ganharam impulso a partir da contradição entre as aspirações destes operários como imigrantes e a realidade de suas condições de vida e de trabalho.**⁷⁰ (grifos nossos)

Sheldon Maram, brasilianista do mesmo período de Boris Fausto, também se debruçou sobre o tema da formação da classe trabalhadora no Brasil, mais especificamente sobre o movimento operário no início do século XX e as influências do pensamento anarquista trazido pelos imigrantes. Em sua obra *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)* publicada em 1979, o historiador também propõe uma visão baseada na substituição da força de trabalho nacional pela imigrante,

⁶⁹ Idem, p. 38.

⁷⁰ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social- (1890-1920)*. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1986, p.33.

ocasionando assim a marginalização daqueles. E se em Boris Fausto essa visão era colocada de forma sutil, em Maram é posta de forma bastante clara.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, nesse último em menor escala, o imigrante veio a formar o suporte principal da força de trabalho, tendo substituído o trabalhador brasileiro nativo em quase todas as ocupações, exceto nas mais subalternas. A marginalização do operário brasileiro foi um processo complexo. (...) Assim, copiar idéias e práticas européias tornava-se necessário ao desenvolvimento da nação. Os operários brasileiros, de ascendência negra ou mestiça, eram vistos como racial e culturalmente inferiores aos europeus. Imigrantes sul - europeus já haviam vindo em épocas mais remotas para diversas cidades brasileiras, provavelmente com um nível de qualificação e de experiência urbana mais alto que os imigrantes que vinham depois, mantendo-os em acentuado contraste com a força de trabalho dos escravos e dos recém-libertos, esses últimos jogados em um ambiente urbano confuso sem a proteção paternalista das plantações.⁷¹

De uma forma geral, a lógica de Maram parece partir da concepção de que os trabalhadores nacionais, escravizados e libertos não possuíam qualquer experiência e tradição de luta, ou seja, os movimentos de resistência nos espaços de trabalho só se iniciaram com a vinda dos proletários europeus, que trouxeram consigo para o país uma consciência de classe já formada. O autor atribui ainda, uma espécie de “ressentimento” por parte dos trabalhadores nacionais em relação aos imigrantes, e por outro lado, dos próprios imigrantes aos nacionais. Ou seja, Maram parte dos elementos de competição no mercado de trabalho em formação que certamente havia entre todos os trabalhadores, para desconsiderar qualquer forma de solidariedade e organização conjunta que também houveram e que foram constatadas em pesquisas posteriores. Os tais “conflitos étnicos” entre os trabalhadores, bastante abordados na historiografia do trabalho e desenvolvidos na obra são encarados de certa forma superficial, sem receber a devida mediação pelo autor, sugerindo assim uma profunda fragmentação dos distintos setores da classe baseada unicamente em diferenças étnicas e raciais. O trecho seguinte aponta esse elemento:

Entretanto, o operário brasileiro, marginalizado nas profissões subalternas e não qualificadas, não possuía uma tradição de classe na qual pudesse basear-

⁷¹ MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 14.

se. Ressentia-se do sentimento de superioridade cultural e até mesmo racial que o imigrante ostentava sobre ele. Por sua vez, os imigrantes militantes ressentiam-se dos brasileiros, por estarem prestes a melhorar de vida substituindo-os durante as greves.⁷²

Pra além dessas questões, tanto Boris Fausto quanto Sheldon Maram também se tornaram referências na análise comparativa entre o movimento operário carioca e o paulista durante a Primeira República, de forma a contraporem fortemente um ao outro, atribuindo características dualistas entre os mesmos. A partir de suas pesquisas, os historiadores criaram uma espécie de rótulo acerca dos sindicatos portuários e sua base no Rio, que segundo esses autores consistia numa atuação política conciliatória e reformista, daí o famoso termo “sindicalismo amarelo”⁷³, ou o chamado “trabalhismo carioca”. Para esses historiadores, um dos elementos principais que diferenciava o movimento operário “atrasado” do Rio de Janeiro em oposição à combatividade dos operários de São Paulo ou Santos, consistia na composição étnica e racial da classe trabalhadora de cada cidade, ou seja, o fato de São Paulo e Santos terem recebido um imenso número de imigrantes europeus e dentre eles militantes anarquistas, explicava em grande parte seu caráter mais explosivo e por outro lado, a “inferioridade” da classe trabalhadora carioca – composta majoritariamente de nacionais e antigos escravos.⁷⁴

Assim, retomando as idéias de Thompson já expostas anteriormente, nosso argumento aqui se baseia na idéia de que as experiências de trabalho, organização política e resistência assim como tradições, valores, costumes e identidade dos trabalhadores escravizados, inclusive junto aos nacionais e imigrantes ao longo do século XIX, apesar de não se tratarem de uma classe trabalhadora já madura, muito contribuíram para direcionar as lutas posteriores dos trabalhadores no início do século XX.

Como na história nada começa do zero, acreditamos que vários elementos foram se desenvolvendo ao longo desse período no processo de “fazer-se” da classe de modo a

⁷² Idem, p.30.

⁷³ Termo criado por Cláudio Batalha em sua tese de doutorado *Le Syndicalisme “Amarelo” à Rio de Janeiro (1906 – 1930)*. Thèse de Doctorat de l’Université de Paris I, junho 1986, mimeo.

⁷⁴ Esta discussão já foi apresentada anteriormente pela historiadora Maria Cecília Velasco e Cruz em sua tese de doutorado *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República* e no artigo *Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908* e Érika Bastos Arantes em sua tese de doutorado *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*.

forjá-la num estado mais maduro, o que engloba sua consciência de classe. Assim, concordamos com Mattos quando o historiador parte da concepção de classe trabalhadora do próprio Marx – que embora necessitasse de maior amplitude, não se contrapõe a essa concepção mais abrangente de classe trabalhadora proposta – para defender sua posição de que a história do trabalhador escravizado não é uma experiência descolada da realidade do trabalhador “livre” e assalariado, e que inclusive, esses não são pólos antagônicos e excludentes.

Desde o momento em que a venda da força de trabalho já obedece aos imperativos do capital (tanto faz se escravos que são pessoalmente vendidos por outros junto com sua força de trabalho, ou se trabalhadores “livres” que a vendem, ou híbridos em situações como as dos escravos de ganho e de aluguel) estamos diante de uma mesma classe trabalhadora. No entanto, a definição de classe trabalhadora proposta por Marx, como vimos, vai além da dimensão mais propriamente econômica, comportando também uma dimensão política. Incluindo tal dimensão política, podemos atentar para a seguinte questão: se os trabalhadores escravizados já viviam (na segunda metade do século XIX) uma situação em algum nível marcada pela subsunção formal ao capital e até mesmo, em certos casos, o imperativo do mercado, não seria possível que eles tivessem desenvolvido uma consciência de classe análoga à dos trabalhadores ingleses da época da revolução industrial?⁷⁵

Nesse sentido, a dimensão política da definição marxista de classe trabalhadora que cita o autor, está diretamente ligada não só ao relativo nível da subsunção formal do trabalhador escravizado ao capital, mas também ao contexto de luta de classes em que estavam inseridos esses sujeitos, processo esse que permitia o desenvolvimento de sua consciência de classe, como complementa a concepção relacional de Thompson e reafirmada por Mattos.

Ao contrário do que coloca o historiador Antonio Luigi Negro no artigo *Rodando a baiana e interrogando um principio básico do comunismo e da história social: O Sentido Marxista Tradicional da Classe Operária*, as concepções de Marx e Thompson não são contrárias, mas sim complementares. Embora Negro reconheça os escravizados enquanto trabalhadores e por isso, parte componente do que se tornou a

⁷⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico” in Revista Outubro, n.21, 2º semestre de 2013, p. 107 e 108.

classe trabalhadora brasileira nos primeiros anos do século XX, o autor atribui à Marx e Engels um conceito de classe trabalhadora mais fechado do que de feito foi apresentado pelos pensadores. O historiador enuncia:

(...) cabe então indicar outro ponto de dissidência de Thompson. No presente caso, ao contrário do que afirmou Marx, a anatomia do homem não explica a anatomia do macaco. Em outras palavras, a classe trabalhadora no sentido marxista tradicional não é o sumidouro para o qual é aspirada a história dos trabalhadores que a antecederam. Não se trata, portanto, de procurar traços do “homem” no “ancestral primeiro”, mas de entender a História dos trabalhadores que não são um material bruto a que a industrialização capitalista recorre como um pedestal puramente passivo. Para tal, é preciso interrogar um princípio básico do marxismo.⁷⁶

Assim como vários autores contemporâneos, Negro desconsidera que Marx e Engels nunca restringiram o conceito de classe trabalhadora aos trabalhadores industriais, tampouco defenderam uma definição que se limitasse aos trabalhadores ocupantes do setor produtivo ou pelo conteúdo do trabalho desempenhado. Embora houvesse de fato uma demarcação que não englobava setores classificados como, por exemplo, o *lumpen proletariado* ou os próprios escravizados, o conceito criado pelos fundadores do marxismo dispunha de amplitude onde se permitia abranger o conjunto daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, quase sempre em troca de um salário.⁷⁷

No trecho seguinte Mattos reforça seu argumento deixando clara a diferenciação entre o conceito de *classe trabalhadora* e o caráter político que a mesma possui em relação ao trabalhador escravizado. Tal “carga política” se relaciona ao fato de que é caracterizada enquanto sujeito revolucionário, isto é, diz respeito à sua formação madura, e sua “consciência propriamente de classe”, enquanto os trabalhadores escravizados se situam no processo de formação dessa mesma classe tendo sua consciência em desenvolvimento, de forma não evolutiva, mas particular.

⁷⁶ NEGRO, Antonio Luigi. “Rodando a baiana e interrogando um principio básico do comunismo e da história social: O Sentido Marxista Tradicional da Classe Operária”, in Revista Crítica Histórica, Ano III, n° 05, Julho de 2012.

⁷⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. “A classe trabalhadora...”, *Op. Cit.*, p. 90 e 91.

Com isso quero dizer que as lutas dos trabalhadores escravizados pela liberdade na segunda metade do século XIX – nas quais se viram associados a outros setores sociais, especialmente aos trabalhadores “livres” – foram marcadas pelo compartilhamento de formas organizativas e estratégias de luta típicas da classe trabalhadora “já formada” na Europa, o que nos leva a pensar em um processo de formação de consciência de classe em curso. Mas, ainda assim, a luta dos escravos é pela “liberdade”, no sentido da superação do fim do estatuto jurídico da escravidão. O projeto de emancipação social da classe trabalhadora é outro, por colocar em questão não apenas uma determinada forma histórica de exploração do trabalho e divisão social em classes, mas toda e qualquer sociedade dividida em classes e marcada pela exploração do trabalho. E isso já se fazia presente tanto na percepção das continuidades quanto na afirmação da novidade do projeto emancipatório das primeiras elaborações da classe trabalhadora em seu processo de formação no Brasil.(...) Ainda assim, os escravos em luta pela liberdade são “sujeitos de sua própria história”, num sentido muito particular, e tanto eles quanto a sua luta pela liberdade (esse sim um valor relido e incorporado pela nova consciência de classe que se formou nas décadas seguintes) serão personagens fundamentais do processo de formação da classe trabalhadora. Porém, o “sujeito social” classe trabalhadora é distinto, em especial porque porta uma consciência distinta, “propriamente de classe”.⁷⁸

Não se trata, portanto, de manejar a história para enquadrá-la a um conceito, mas sim de identificá-la enquanto um processo e a partir disso reconhecer seus diferentes personagens e seus distintos papéis na luta de classes. Nesse sentido, acreditamos ser de extrema importância situar o trabalhador escravizado e liberto na formação do capitalismo no Brasil, assim como seu papel estruturante na formação da classe trabalhadora brasileira, tendo em vista a construção de sua identidade, e por outro lado, seu legado de organização política e resistência.

Neste capítulo apresentamos de forma sintética uma contextualização do período analisado bem como o sujeito central desse trabalho, ou seja, o trabalhador negro liberto no processo de formação da classe trabalhadora carioca após o final do sistema escravista. Apresentamos também alguns aspectos relacionados à visão de alguns estudiosos – historiadores e sociólogos – acerca dessa temática, procurando um diálogo com suas idéias, contemplando seus aspectos positivos e negativos e oferecendo algumas alternativas de interpretação.

Nos próximos capítulos, apresentaremos uma análise do objeto estudado a partir da pesquisa empírica acerca de um espaço de trabalho desses sujeitos, que se estendia a outros aspectos de suas vidas como moradia, cultura e lazer, além da própria

⁷⁸ Idem, p. 108 e 109.

organização política entre os trabalhadores. Esse espaço consiste na Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, fundada em 1905 e situada na zona portuária do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 2

A “Pequena África”: Trabalho, cultura e lazer na zona portuária do Rio de Janeiro

2.1. A Região Portuária

Durante as primeiras décadas do século XIX, o café consistia no principal artigo de exportação do Brasil, fazendo com que o desenvolvimento das atividades portuárias na cidade do Rio de Janeiro estivesse intimamente ligado com a comercialização deste produto. Por outro lado, o tráfico de escravizados africanos acompanhava o desenvolvimento de seu cultivo, já que a lavoura cafeeira era baseada em grande parte na mão de obra escrava, implicando assim numa grande concentração de trabalhadores negros na região do porto da cidade.

No final do século XIX, a zona portuária – que abarcava os atuais bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju – consistia nas antigas freguesias de Santa Rita, Santana e São Cristóvão e após 1905, a Gamboa como desmembramento de Santa Rita. Alguns autores consideram também a Cidade Nova (bairro de Santana) e outros lugares próximos como pertencente à região portuária, uma vez que possuía (e possui atualmente) grande contingente de pessoas que tiravam dali seus meios de subsistência e compunham o cenário cotidiano desse mesmo universo⁷⁹.

A partir dessa perspectiva mais ampla, o historiador Cezar Teixeira Honorato aponta em seus estudos acerca da área do porto sobre a necessidade de pensarmos o conceito de *Comunidade Portuária* em seu sentido sociológico, extrapolando os trabalhadores diretamente ligados às atividades portuárias, abrangendo assim aqueles envolvidos com operações de suporte, apoio, serviços, bem como os viajantes e imigrantes do mundo todo que chegavam aos montes nesse período, possibilitando uma rica troca e mistura de idiomas, culturas, costumes e identidades. Tal combinação forma assim uma cultura peculiar, uma dinâmica própria que na visão do autor, não se

⁷⁹HONORATO, Cezar Teixeira. *Os afrodescendentes e a comunidade portuária do Rio de Janeiro do final do século XIX ao início do XX*, in *Revista Crítica Histórica*, Ano VII, n.13, São Paulo, junho/2016, p.5.

confunde com a dinâmica da cidade à qual se insere, embora também faça parte dela.⁸⁰

Honorato complementa:

Na realidade, para além de comporem a Comunidade Portuária, esses homens também se inserem em várias outras redes de sociabilidade por razões de origem, de religião, de afinidades, de lazer, por vizinhança, etc. Mas, independentemente desta inserção em outras redes de sociabilidade, a sua referência fundamental é o porto e as atividades a ele, relacionadas. Especialmente para os forâneos que chegam à cidade e não encontram trabalho e podem conseguir o seu sustento imediato nas atividades na região portuária. Muitos, posteriormente, buscaram outros afazeres e/ou outros bairros da cidade. Mas, a grande maioria – pelo menos no período da virada do século XIX e XX –, reconstruiu as suas vidas na Região Portuária.⁸¹

Segundo os censos, no ano de 1872, ainda durante a escravidão, a população da zona portuária representava 30, 8% (84.699) da população total da cidade, ou seja, 274.972 habitantes. Já em 1890, dois anos após a abolição, essa proporção caiu para 26% (135.896) do total de 522.651 pessoas na cidade e em 1906, representa 20% (170.342) de 811.443.⁸² Embora a proporção tenha caído no decorrer desses anos, a população absoluta cresceu na região na medida em que ali se instalaram os imigrantes que chegavam à cidade, especialmente espanhóis e portugueses.

Apesar da composição da zona portuária ser bastante heterogênea entre o final do século XIX e início do XX, a presença dos negros constituía ainda um traço bem marcante. Em 1890, a área concentrava o maior contingente de africanos da cidade, (sendo 27% do total) e ainda nesse ano, o percentual de negros (africanos e brasileiros) na região era maior do que a da cidade como um todo, sendo 34% da população em Santa Rita, enquanto o total da cidade era de 28,9%.⁸³ Esse dado evidencia como a escravidão negra imprimiu contornos bastante específicos na história da cidade e na região mesmo após a abolição, e várias práticas culturais ligadas à tradição e identidade negra e africana como a capoeira, o jongo, o samba, o carnaval de rua e o candomblé se faziam fortemente presentes no local. Tais práticas, especialmente as religiões de matriz africana eram também formas de garantir os territórios e o pertencimento dos espaços.

⁸⁰ Idem.p. 3.

⁸¹ Idem, p. 4.

⁸² BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral De Estatística. Censos de 1872, 1890, 1906.

⁸³ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo, USP, 1998 (Tese de Doutorado), pag. 231.

A música, os batuques, os tambores e o samba, eram permanentemente presentes nas ruas, casas, bares e terreiros, imprimindo um tom religioso e também festeiro à região. O samba em especial, representa um elemento chave que perpassa toda a história da zona portuária, seja através das rodas na casa de Tia Ciata⁸⁴ ou dos inúmeros sambistas e compositores que frequentavam o local nas primeiras décadas do século XX. Entre os frequentadores da famosa casa considerada por alguns como o berço do samba, estavam presentes em diferentes épocas grandes nomes do samba como Donga, João da Baiana, Pixinguinha, Heitor dos Prazeres e alguns intelectuais e jornalistas como João do Rio, Mário de Andrade e Manuel Bandeira.⁸⁵ Ademais, foi a partir de todo esse rico cenário das primeiras décadas do século que o sambista Heitor dos Prazeres denominou a região como “*a Pequena África no Rio de Janeiro*” anos depois, expressão bastante utilizada até os dias atuais.

João da Baiana, neto de ex-escravos, nascido em maio de 1887, morador da Saúde e filho do casal de baianos Félix José Guedes e “tia” Perciliana Maria Constança, tornou-se famoso com sambas como “Batuque na Cozinha”, “Patrão prenda seu gado” e “Cabide de Molambo”. Assim como vários homens negros moradores daquela região, tornou-se estivador nos primeiros anos do século XX, com 20 anos de idade. Além do porto onde trabalhava, das rodas de samba onde frequentava, João também sempre visitava o terreiro de seu pai de santo João Alabá, situado na Rua Barão de São Félix, e também criava e participava de vários ranchos durante o carnaval na cidade.⁸⁶

No início do século XX, as freguesias de Santana, Espírito Santo e Santa Rita – onde se localizam a zona portuária e a Cidade Nova hoje – concentravam 37% das agremiações carnavalescas, entre ranchos, cordões e outras sociedades, os quais eram vistos com discriminação pela polícia e a imprensa do período.⁸⁷

Assim como João da Baiana, Elói Antero Dias, mais conhecido como Mano Elói, também organizava ranchos e blocos carnavalescos, além de ser sócio da “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café” (que abordaremos a

⁸⁴ Para conhecer um pouco sobre a história de Tia Ciata, vale assistir ao recente documentário “Tia Ciata” dirigido por Mariana Campos e Raquel Beatriz, de 2017.

⁸⁵ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Funarte, 1983, pag.94; VELLOSO, Monica Pimenta. *As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro* in Estudos Históricos, vol. 3, n.6, 1990.

⁸⁶ ARANTES, Erika Bastos. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010, p. 175-176.

⁸⁷ Idem, p. 178.

seguir) desde pelo menos 1910. Nascido em 1889 em Resende, interior do Estado do Rio de Janeiro, Mano Elói chegou à capital em 1903 e frequentou e habitou a zona portuária por anos, antes de se mudar para o Morro da Serrinha em Madureira, na zona norte da cidade. Enquanto portuário, costumava percorrer os redutos do samba na cidade como a Pedra do Sal, no Morro da Favela e Santo Antônio, além de também ser frequentador dos terreiros nesses espaços. Na década de 20 participou da fundação das escolas de samba Deixa Malhar e Portela, além do Bloco Carnavalesco Prazer da Serrinha. Anos depois, por volta de 1946, 1947, Mano Elói fundou junto a outros trabalhadores portuários e também sambistas como Sebastião Molequinho, João “Gradim” e Aniceto do Império, a escola de samba carioca Império Serrano, que nasceu do embrião Prazer da Serrinha. Segundo entrevistas com membros do atual Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro (nome que a antiga Sociedade Resistência possui hoje) concedidas à historiadora Érika Arantes, até os dias atuais os sócios desse sindicato têm entrada livre na quadra do Império Serrano, desde que seja apresentada a carteira de sindicalizado.⁸⁸

As mulheres também cumpriam papel central na região portuária, isto é, as africanas, brasileiras, livres, libertas, descendentes de escravizados, baianas, que formavam os principais núcleos de organização e influência sobre a comunidade, fortalecendo laços de solidariedade. Tia Ciata, Tia Bebiana e suas irmãs-de-santo: Mônica, Carmen do Xibuca, Perciliana, Amélia, Tia Davina, Tia Sadata, e outras que pertenciam ao terreiro de João Alabá, tinham suas casas como locais de referência para os grupos que chegavam de outras localidades, ajudando-os a se integrarem na cidade. Além disso, em suas casas reuniam simultaneamente, música, dança, culinária e religião, de forma a fortalecer sua cultura e identidade.

Roberto Moura acrescenta que no período logo após a abolição, as mulheres negras tinham ainda maiores oportunidades de trabalho em relação aos homens libertos, por estes concorrerem com os imigrantes que chegavam aos montes, e que em sua grande maioria, eram homens e, portanto, concorriam aos trabalhos considerados masculinos. Sobre essa questão, o autor cita Dona Carmen Teixeira da Conceição, moradora da zona portuária que chegou ao Rio antes da virada do século:

⁸⁸Idem, p. 184-185.

Não era fácil não, eles não gostavam de dar emprego pro pessoal assim que era preto, da África, que pertencia à Bahia, eles tinham aquele preconceito. Mas a mulher baiana arranjava trabalho (...) elas tem assim aquelas quedas, chegavam assim, iaiá, que há? E sempre se empregavam nas casas de família (...) tinha fábrica (...) mas eram os brancos que trabalhavam, muitas mulheres trabalhavam em casa lavando pra fora, criando as crianças delas e dos outros...⁸⁹

É fundamental destacar ainda, que as trabalhadoras negras nesse período não tinham o espaço doméstico como seu exclusivo ambiente de trabalho. Mônica Velloso argumenta que as baianas que chegavam em grande número no Rio de Janeiro nesse momento e se estabeleciam na região do porto, estavam geralmente ligadas a pequenas corporações de trabalho, como o comércio de comidas provindas da culinária africana – das quais eram vendidas nos famosos “tabuleiros” por todas as ruas do Rio de Janeiro – costuras e aluguel de roupas carnavalescas.⁹⁰

Assim, para além da esfera do trabalho, todos esses ambientes junto aos inúmeros botequins e bares existentes no entorno, consistiam em espaços que possibilitavam a socialização, aproximação e organização dos sujeitos que ali habitavam, trabalhavam ou frequentavam, que em grande parte, eram os mesmos sujeitos. Por outro lado, esses espaços também permitiam constantes discussões, brigas e conflitos, que consistiam em mais um atrativo para a repressão policial republicana no local contra os ditos crimes de contravenção como a vadiagem, a capoeiragem e a embriaguês.

No início do século XX, a repressão policial era bastante concentrada na zona portuária e seu entorno, já que a mesma era vista com bastante desconfiança e discriminação em relação aos sujeitos que a compunham por parte do Estado e a burguesia nascente. Como já colocado no primeiro capítulo, parte da classe trabalhadora era vista como composta de desordeiros, vadios e sujeitos propensos ao crime, e os negros recém libertos em especial, eram diretamente associados às “classes perigosas”.⁹¹

⁸⁹ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África... Op. Cit.*, p. 55.

⁹⁰ VELLOSO, Monica Pimenta. *As tias baianas...Op. Cit.*,p. 211-212.

⁹¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª.ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

O fato é que grande parte dessas pessoas vistas como “vadias” e “perigosas”, que vagavam pelas ruas do Rio de Janeiro e enchiam as cadeias da cidade, eram na verdade, trabalhadores desempregados ou subempregados que não eram absorvidos pelo mercado de trabalho assalariado que se formava. E assim, funcionalmente compunham o extenso exército industrial de reserva, o qual permitia que os patrões rebaixassem drasticamente os salários daqueles que se encontravam no mercado formal de trabalho. Sobre essa relação feita entre os trabalhadores e a dita “vadiagem”, no seguinte trecho do jornal *A Noite*, podemos ler:

Trata-se de um dos mais sérios problemas do nosso proletariado. Vão de manhã cedo aos logradouros públicos, corram o Passeio, a Praça 15 de Novembro, os diversos cais, o mercado velho e novo, a praia de Santa Luzia, e depois digam que dolorosa impressão trouxeram de lá. Nós vimos e contamos 180 operários que dormiam ao relento. Conversamos com muitos deles. Todos contam a mesma história: a fábrica, o trabalho, esperança de arranjar serviço para o futuro. Não se trata, absolutamente, de vagabundagem, trata-se de operários!⁹²

É necessário lembrar ainda, que além da falta de oferta de trabalho para todos os trabalhadores, estabelecer uma exata delimitação entre o que se configurava como trabalho e o que não se configurava como trabalho num universo complexo como a região do porto, e inserido numa cidade onde a sobrevivência desses sujeitos se tornava a cada dia mais difícil devido à intensa competição no mercado de trabalho, e as profundas transformações por qual passava o Rio de Janeiro no período, não era simples.

O jornalista e escritor João do Rio, que percorreu e observou minuciosamente as ruas da cidade nesse período, escreveu sobre as exóticas profissões que avistava e que para a população em geral, eram invisíveis. Eram apanhadores de rótulos, selistas, catadores de anéis de charuto, trapeiros, caçadores de gatos que os vendiam como coelhos para os restaurantes, e de ratos para a saúde pública. O autor escreve:

Todos esses pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que

⁹² *A Noite*, Rio de Janeiro, 02/05/1914.

apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier; nada se perde na natureza.⁹³

Na zona portuária, além dos carregadores já citados, havia outros tipos de trabalhadores, como estivadores, foguistas, trabalhadores de carvão, guindasteiros, e também setores autônomos como vendedores ambulantes, empalhadores, apostadores de jogo do bicho e outros. A menor rigidez em relação aos horários e o caráter ocasional do trabalho moldavam o dia a dia dos trabalhadores portuários, já que muitos eram avulsos. Isso possibilitava que os mesmos se cruzassem pelo caminho em vários ambientes diferentes, fosse durante o trabalho, nas praças, nos bares, nos sambas ou terreiros de candomblé.

Um elemento importante a se destacar trata-se do fato de que o porto também consistia em um importante vetor de circulação de idéias, possibilitando a troca de inúmeras experiências e vivências de trabalhadores de outros lugares e os trabalhadores portuários da cidade. Idéias que viajavam de outros países e continentes e chegavam ao porto do Rio de Janeiro eram frequentes, e podemos citar como exemplo as experiências vividas por Antônio Cândido e seus companheiros marinheiros nas viagens e intercâmbios dentro e fora do país, onde tomaram conhecimento das lutas dos marinheiros britânicos e também dos russos. Em sua estadia na Inglaterra nos primeiros anos do século XX, esses marinheiros puderam ter contato com o forte movimento pela melhoria das condições de trabalho levado a cabo pelos marinheiros ingleses durante os anos de 1903 e 1906, e souberam também da revolta ocorrida em 1905 na Marinha russa protagonizada pelos marujos do encouraçado *Potemkim*. Nesse último episódio os trabalhadores organizaram uma forte rebelião contra a má alimentação servida a bordo, que ficaria mundialmente conhecida como um dos principais eventos ocorridos durante o chamado “*ensaio geral*” da posterior Revolução Russa em 1917.⁹⁴

Motivados por essas experiências de luta e resistência, os marinheiros brasileiros começaram a se organizar com o objetivo de melhorar suas desumanas condições de trabalho como as péssimas remuneração e alimentação, além de por fim às comuns chibatadas como método de disciplina nas Forças Armadas Brasileiras. Esses

⁹³ RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, pag. 56.

⁹⁴ GRANATO, Fernando. *João Cândido*. São Paulo: Selo Negro, 2010. Coleção Retratos do Brasil Negro, p.24.

trabalhadores, que em sua grande maioria eram homens negros – inclusive muitos eram descendentes de escravizados – protagonizaram em 1910 a chamada Revolta da Chibata, que literalmente sacudiu a cidade do Rio de Janeiro e tomou enormes proporções, resultando no fim da chibata e por outro lado, na morte ou prisão de grande parte dos amotinados.⁹⁵

Com as intensas transformações ocorridas no início do século e as reformas urbanas na capital encabeçadas pelo presidente Rodrigues Alves e o prefeito Pereira Passos entre 1902 e 1906, os moradores da região central da cidade, incluindo a região portuária são duramente afetados. A política do *Bota-abaixo* promovida pelos governos, ou seja, a violenta demolição em massa de moradias, casas coletivas e cortiços, deixaram mais de 13 mil pessoas desalojadas em toda a cidade, com o slogan de que o Rio de Janeiro representava então, uma “Europa Possível”. A região central da cidade era considerada tudo o que havia de mais “bruto”, “atrasado”, “sujo” aos olhos dos governos e das elites e, portanto, simbolizava todo o passado com o qual esses setores procuravam romper. Buscavam agora a “modernidade”, o “progresso”, e para tanto, a cidade deveria tornar-se “bela” e “limpa” como Paris, e suas ruas, livres da memória da escravidão. Nesse sentido, os negros, pobres, nordestinos, indígenas e todos aqueles encarados como elementos indesejáveis, tornavam-se incompatíveis com o novo projeto modernizador.⁹⁶

Como já colocado no primeiro capítulo, a modernização do porto ocorrida nesse mesmo período e levada a cabo pelo governo federal, estava também ligada ao projeto de saneamento e as frequentes epidemias que ocorriam na cidade ao longo do século XIX, assim como as demolições das casas coletivas e cortiços na região central e sua lógica segregacionista. As epidemias que devastaram o Rio de Janeiro interferiram negativamente na economia da cidade e do país, e seu porto era visto com temor pela

⁹⁵ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2008.

⁹⁶ Existe uma vasta bibliografia a respeito do processo de urbanização na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República, da qual podemos destacar BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos- Um Hausmann tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1990; LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia e STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro, Edufrj, 1989 e MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado em História Social. Niterói: UFF, 2008.

sua insalubridade, reduzindo a entrada do número de imigrantes e o capital estrangeiro.⁹⁷

Assim, com a entrada de Rodrigues Alves na presidência, iniciam-se imediatamente os estudos e negociações para as obras portuárias que seriam promovidas a partir de março de 1904, quando já estava em curso a abertura das avenidas Central e do Mangue, também efetuadas pelo governo federal. Segundo Jaime Benchimol, a estrutura portuária existente não respondia às demandas impostas pela acumulação e reprodução do capital, bem como pela circulação das mercadorias e da força de trabalho imigrante, e pelas exigências fiscais do Estado. Sendo assim, para o historiador a modernização do porto pelo governo federal consistiu em certa medida, o “eixo” das reformas urbanas empreendidas na capital.⁹⁸

O autor ressalta ainda o novo papel cumprido pelo porto, que antes fundamental para a exportação do café, passa a ser o centro distribuidor de mercadorias importadas e como mercado de consumo. As exportações desse produto deslocam-se então para a cidade de Santos, que em 1902 e 1903 já movimentava o dobro das exportações do Rio de Janeiro.⁹⁹

Segundo o historiador Sérgio Lamarão, a prefeitura participava das obras através do alargamento de vias com o objetivo de melhorar as comunicações do Centro com os bairros portuários da Saúde e Gamboa, e quanto às obras do porto propriamente ditas, durante o ano de 1904 consistiam na dragagem, aterro e preparo das fundações do cais.¹⁰⁰ O autor escreve sobre as obras de modernização:

A redefinição do espaço portuário implicou a redefinição da totalidade urbana. Com efeito, a construção do novo porto foi o eixo, a base de uma ampla operação de renovação urbana, previamente concebida, que, incidindo fundamentalmente na sua área central, promoveu uma completa reordenação da *urbis*, consolidando, ao mesmo tempo, um processo de hierarquização/segregação já em curso. As novas instalações materiais, os novos maquinismos e aparelhos, acionados a energia elétrica, a subordinação do serviço portuário à supervisão do Estado modificaram em sua essência a estrutura portuária e todo o sistema de movimentação de cargas. A área portuária *stricto sensu* (o cais do Porto) foi localizada num espaço físico

⁹⁷LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia e STANLEY, Myrian. *Questão habitacional...Op. Cit.*,p.70.

⁹⁸BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos...Op. Cit.*,p. 215-217.

⁹⁹ Idem, p. 219.

¹⁰⁰LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1991, p. 148-149.

novo, artificialmente produzido, a partir das demolições e dos vastos aterros realizados na baía de Guanabara. Sobre esses aterros, abriram-se ruas e avenidas, ergueram-se grandes armazéns, instalaram-se linhas férreas. As obras, além de terem destruído a promiscuidade da estrutura portuária anterior – trapiches, escritórios, cortiços, oficinas, compartilhando todos de um mesmo espaço –, alteraram drasticamente a geografia da área de estudo. As encostas povoadas, até então à beira mar e integradas a um determinado conjunto de atividades econômicas ficara, num curto lapso de tempo, separadas por quilômetros do litoral. Nesse sentido, as obras foram também responsáveis por uma certa especialização espacial no interior da própria área, configurando-se, em termos genéricos, o cais do Porto como o espaço de trabalho, e os morros e imediações como o espaço da moradia, zonas residenciais que ainda aglutinavam um grande contingente de trabalhadores portuários.¹⁰¹

Contudo, na data prevista para a inauguração do porto, em 20 de julho de 1910 com a presença do presidente Afonso Pena, dos 3.500m de cais prometidos, apenas 2.700m estavam prontos e ainda assim incompletos, faltando o trecho entre o Arsenal de Guerra e as Docas Nacionais. A empresa inglesa contratada Walker encerraria as obras somente em 1911.

De uma forma geral, a política de controle e repressão aos frequentadores, moradores, trabalhadores da zona portuária e Centro da cidade era cada vez mais intensa e mais frequente, e ocorria de distintas formas, seja pela via policial, pelo desalojamento e expulsão da população de suas moradias, ou através de campanhas higienistas de caráter racista e conservador, onde as recorrentes epidemias do período eram associadas muitas vezes à cor da pele e origem africana dos indivíduos, e não às péssimas condições de vida, moradia e saúde da grande maioria da população.¹⁰²

Fato é que em 10 de novembro de 1904, após várias revoltas populares e motins de menor proporção – como a Revolta do Vintém em 1880, uma quebra de bondes em 1901, e ataques aos trens da estação Central do Brasil e aos registros de água em 1902 – ocorre uma enorme demonstração da insatisfação popular carioca e que ultrapassaria os amplos setores que a iniciaram, que consistiu na Revolta da Vacina. O bairro da Saúde, pertencente à zona portuária, foi um dos principais locais de resistência e particular radicalidade por parte dos insurgentes durante o episódio, o que rendeu por outro lado, uma repressão ainda mais forte vinda do Estado e das forças policiais destacadas para

¹⁰¹LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos Trapiches ao Porto...Op. Cit.*, p. 13-14.

¹⁰²CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

agir durante a revolta. Para se ter uma noção da brutalidade da repressão, basta olhar os dados coletados por José Murilo de Carvalho, os quais mostram que foram 30 mortos, 110 feridos, 945 presos e 461 deportados durante o ocorrido.¹⁰³

Conforme já colocado, as motivações que a causaram são diversas e ultrapassam o motivo inicial que a impulsionou, ou seja, a confrontação da obrigatoriedade da vacinação contra a varíola para a população carioca regulamentada no dia 9 de novembro, um dia antes de a revolta explodir. Contudo, alguns elementos podem ser colocados como causas além da própria reação ao caráter autoritário do Estado e o controle no cotidiano dos trabalhadores e a população pobre, como as diferentes concepções sobre saúde e doença por parte da população, além da indignação crescente com as reformas implementadas pelos governos e a crescente pobreza dos assalariados e suas péssimas condições de vida.

Ainda que não seja um consenso na vasta bibliografia sobre a Revolta da Vacina, cabe dizer que apesar da composição bastante ampla, os trabalhadores tiveram papel chave no conflito e impuseram uma dura resistência contra as forças policiais. Mattos cita sobre o evento frequentes comícios organizados pela Liga Contra a Vacina Obrigatória, criada pelo Centro das Classes Operárias (CCO) e presidida por um conhecido militante socialista da época, Vicente de Souza. O historiador coloca ainda, que entre as extensas listas de assinaturas contra a lei enviadas ao governo, somavam um total de 15 mil assinantes, dos quais 10 mil seriam operários.¹⁰⁴

O episódio representou ainda uma forte demonstração da resistência negra, já que as áreas da Saúde e Gamboa consistiam nos principais pontos de concentração da luta, com a paralisação de trabalhadores da estiva e a presença do líder Prata Preta na barricada chamada de Porto Authur, na Saúde. Na sua obra sobre o período, José Murilo de Carvalho mostra a repercussão negativa e criminalizadora na grande imprensa sobre o acontecimento, e por outro lado, fortes sinais da composição negra na batalha. Vale destacar o seguinte trecho:

¹⁰³CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.126.

¹⁰⁴CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados...Op. Cit.*, pag.98, *apud* MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...Op. Cit.* pag. 167 e 168.

O repórter do jornal *A Tribuna*, falando a elementos do povo sobre a revolta, ouviu de um preto acapoeirado frases que bem expressam a natureza da revolta e este sentimento de orgulho. Chamando o repórter de ‘cidadão’, o preto justificava a revolta: era para ‘não andarem dizendo que o povo é carneiro. De vez em quando é bom a negrada mostrar que sabe morrer como homem.’¹⁰⁵

Sérgio Lamarão também escreve sobre o evento em seu clássico livro sobre a zona portuária, destacando a brutal repressão dos governos e a polícia local no dia 14 de novembro:

No final da tarde, o quartel da polícia da rua Frei Caneca foi tomado de assalto, dirigindo-se os amotinados para o Arsenal da Marinha, onde foram rechaçados pela tropa naval a golpe de baionetas. A revolta espocou em outros pontos da cidade, chegando a Vila Isabel, Santa Teresa, São Cristóvão, ao largo do Estácio, às ruas Voluntários da Pátria e do Resende. No dia 15, o presidente Rodrigues Alves determinou que navios de guerra apontassem seus canhões para Saúde e Gamboa, praticamente sob controle da população sublevada. Com a votação pelo Congresso, no dia 16, da instauração do estado de sítio no Distrito Federal e em Niterói, a repressão se intensificou. No final desse mesmo dia, tinham sido destruídas dezenas de trincheiras, muitas pessoas foram mortas, feridas ou presas. Soldados percorriam as ruas, detendo não apenas quem havia participado do levante mas todos aqueles passíveis de serem qualificados de vagabundos e ladrões. Centenas de pessoas encheram os porões dos navios e foram deportados para o interior do Acre, que acabara de ser conquistado à Bolívia.¹⁰⁶

Jorge Benchimol recupera sobre o episódio, uma passagem d’O *Jornal do Commercio* sobre a revolta, especificamente sobre o já citado Porto Arthur, que segundo ele era assim denominado em alusão à fortaleza russa, que na guerra russo-japonesa da época resistira por meses às investidas nipônicas:

Essa trincheira, de mais de um metro de altura, era constituída de sacos de areia, trilhos arrancados à linha, postes telefônicos, fios de arame, paralelepípedos, troncos de árvore, madeiras de casas velhas, bondes e carroças. Ali, armados de carabinas com grande profusão de munições, revólveres e dinamite, permaneciam esses homens numa constante ameaça à ordem pública. Nos muros do Livramento e do Mortona, fortificam-se igualmente com os mesmos elementos de resistência. (...). O bairro estava inteiramente entregue a essa gente, pois, assaltada e invadida a 3ª Delegacia Urbana, as autoridades e o destacamento tiveram de abandoná-la (...). Do

¹⁰⁵ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados...Op. Cit.*, pag. 139.

¹⁰⁶ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos Trapiches ao Porto...Op. Cit.*, p. 116.

largo da Harmonia em diante até a venda denominada Varanda, na esquina da rua da Gamboa, seguiam-se as outras trincheiras, em grande número, até Porto Artur, onde estava reunido o estado-maior dos amotinados. Ali, de momento a momento, soavam toques de corneta, dando ordens e recomendando sentido (...). Nos morros próximos, havia estabelecido verdadeiras baterias de canos, cheios de dinamite, bombas, pedras e munições.¹⁰⁷

Já Sidney Chalhoub tem uma perspectiva diferenciada dos demais autores¹⁰⁸ a respeito do episódio, e procurou centrar-se na questão da experiência dos habitantes do Rio com o serviço de vacinação, focando na tradicional desconfiança dos populares em relação à vacina e às práticas da medicina oficial em geral. O autor busca fazer uma incursão ao universo das concepções africanas e afro-brasileiras sobre doença e cura, especificamente em relação à varíola e seu orixá particular, Omolu.¹⁰⁹ O autor coloca ainda alguns elementos que merecem destaque como os cortiços, que em sua opinião consistiam em espaços essencialmente negros e, portanto, a eles era atribuída a responsabilidade pelas epidemias de febre amarela durante o século XIX com a vinda dos africanos. Para o historiador, o objetivo das políticas contra as epidemias era o embranquecimento da população, além de ser parte integrante do projeto de reconstrução das relações de trabalho no país.

Assim, no processo de formação da classe trabalhadora na cidade, inúmeros eram os conflitos entre os assalariados e a população pobre carioca contra os interesses da classe dominante, que os explorava cotidianamente. E é nesse sentido que podemos identificar vários traços de classe nos conflitos existentes em algumas décadas anteriores a Revolta da Vacina, como as inúmeras greves ocorridas em 1890 e 1899 no Rio de Janeiro. Um pouco mais tarde, ou seja, entre 1900 e 1909, a cidade vira palco de nada menos que 109 greves e paralisações, o que demonstra o traço combativo desses setores, com destaque para a categoria dos operários têxteis, que protagonizaram oito greves, entre 1890 e 1902.¹¹⁰

Ainda nesse capítulo, discutiremos outros importantes conflitos que ocorreram nesse contexto, como as greves de 1903 e 1906, onde os trabalhadores portuários

¹⁰⁷ BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos...Op. Cit.*, p. 309.

¹⁰⁸ Em sua obra *Cidade Febril*, Chalhoub apresenta os diferentes enfoques dados pelos autores Nicolau Svensko, José Murilo de Carvalho, Teresa Meade, Jeffrey Needell e outros ao evento.

¹⁰⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril...Op. Cit.*, p.102.

¹¹⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...Op. Cit.*, pag. 170 e 173.

tiveram um importante papel na organização de suas categorias, em especial os estivadores e os trabalhadores em trapiche e café. No próximo ponto, abordaremos o sistema de contratação e trabalho entre os trabalhadores avulsos do porto, bem como a composição étnica e racial dos mesmos.

2.2. O sistema de trabalho e a mão de obra no porto do Rio de Janeiro

Durante o século XIX, a zona portuária carioca possuía uma composição étnica bastante heterogênea, da qual faziam parte brasileiros pobres, africanos livres ou escravizados e seus descendentes, imigrantes europeus e migrantes de outros lugares do Brasil. Porém, apesar dessa diversidade étnica e racial, os escravizados ao ganho encontravam na região grande oferta de trabalhos relacionados ao porto, em especial as atividades da estiva e os serviços de transporte de cargas e pessoas. Mary Karasch coloca na sua clássica obra:

(...) A Alfândega, a Rua Direita e a Região do porto fervilhavam de atividade, com carregadores e estivadores escravos ajudando os navios estrangeiros a desembarcar passageiros e cargas. Eram os escravos que remavam até a praia, carregavam cargas sobre as suas cabeças e ombros ou punham-nas em carroças.¹¹¹

A partir dos relatos dos viajantes europeus em terras brasileiras durante o século XIX, podemos ter uma idéia de como era o trabalho dos carregadores do porto durante a escravidão, e ainda, traçar pontos comuns que permaneceram nessa esfera de trabalho após a abolição. Sobre os carregadores na cidade, o inglês Henry Chamberlain escreve em 1819:

Estes homens são geralmente, talvez possa ser dito invariavelmente, escravos que trabalham para seus senhores...Quando o peso é muito grande para um único homem o volume é suspenso a um desses paus e carregado por dois indivíduos; com fardos ainda mais pesados, quatro, seis, ou até mesmo mais pessoas são chamadas. Um deles geralmente negocia pelo grupo e age como

¹¹¹KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pag. 102.

seu líder ou, como é chamado, capataz. Quando todos estão prontos eles elevam gentilmente o fardo, e colocando a mão no ombro do vizinho começam a se mover. Para manter a regularidade do passo, tão necessária para produzir a uniformidade do esforço, o capataz canta algumas palavras africanas e ao seu final todo o grupo responde em coro e, assim, cantando e andando juntos, eles fazem o serviço contratado.¹¹²

Charles Ribeyrolles, viajante e jornalista francês andando pelas ruas do Rio de Janeiro já nos anos de 1858 e 1861 escreve a respeito dos escravos ao ganho e destaca os africanos minas, bastante comuns nesse tipo de trabalho:

Esses negros que passam, cesto à mão, ou esses outros imóveis aos cantos dos corredores... são os pretos de ganho a vossa espera. Percorrem a cidade, as ruas comerciais, as praças públicas. ... A qualquer hora vergam sob o fardo. Quando este é por demais pesado formam grupo... e lá se vão ao som cadenciado de uma canção breve e triste. ... Os que ficam nos mercados são os velhos... que não têm força senão para carregar cestos de frutas, provisões, ou para pequenos transportes. Enquanto os outros, os mais moços e robustos fazem o serviço entre os armazéns e o porto, carregam e descarregam navios. (...) mais além encontramos a rua de São Bento. Grande entreposto de café. Dela, sobretudo, partem os negros minas, atléticos, mármore vivos, que fazem o transporte dos armazéns ao cais. Rebeldes a toda sorte de escravatura doméstica, formam entre si uma corporação, sustentam uma caixa de resgate que a cada ano alforria e remete alguns às plagas africanas.¹¹³

Alguns autores recentes também pesquisaram sobre a região portuária e sobre o transporte de mercadorias e pessoas durante o século XIX, alguns defendendo a tese de que os escravizados ao ganho monopolizaram o serviço na primeira metade desse século – como os estudos sobre a escravidão urbana – e outros afirmam que na segunda metade esse trabalho foi monopólio dos trabalhadores livres e/ou imigrantes.

Luís Carlos Soares, por exemplo, se aprofundou nos estudos e pesquisas acerca dos escravizados ao ganho, o que inclui os trabalhadores do transporte de cargas e pessoas. Para o autor, um dos possíveis motivos para que os negros não fossem

¹¹²CHAMBERLAIN, Sir Henry. *Views and Costumes of the City and Neighbourhood of Rio de Janeiro*, from drawing taken by Lieutenant Chamberlain of the Royal Artillery during the years 1819 and 1820 with descriptive explanations. Londres, Howlett and Brimmer Columbian Press, 1822, *apud* Maria Cecília Velasco e Cruz, *Op. Cit.*, pag.181. (Tradução da autora)

¹¹³ RIBEYROLLES, Charles, *Brasil Pitoresco*, vol. 1, Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, USP, 1980, p.208-209.

substituídos pelos imigrantes na segunda metade do século, seria justamente porque esses rejeitavam esse tipo de trabalho. Soares escreve:

Se realmente a maior parte desses escravos foi empregada no transporte de carga, pode-se imaginar que já nos anos 1850 tenha se manifestado mais intensamente no comércio ambulante a tendência de substituição dos cativos pelos trabalhadores livres imigrantes. É possível que estes trabalhadores brancos rejeitassem com muita frequência assumir as atividades do transporte de carga, onde eles seriam mais facilmente nivelados aos trabalhadores escravos. Isto talvez explique a presença ainda maciça de cativos entre os carregadores na segunda metade do século passado.¹¹⁴

O historiador coloca ainda, que desde o início do século XIX já havia distintas técnicas de transporte de cargas e mercadorias mais pesadas como a utilização de veículos, poupando assim o emprego de muitos indivíduos e o enorme dispêndio de força física. Mas ainda assim, os homens de negócio e a população livre do Rio de Janeiro e de outras localizações, preferiam utilizar os carregadores escravos para esse tipo de trabalho. Sobre os motivos dessa predileção, Soares recorre ao pintor francês Jean-Baptiste Debret, que desenvolve a respeito dessa oposição à produção de um sistema de transporte mais avançado por parte da população livre, em sua obra sobre sua estadia no Brasil durante 1816 a 1831:

Embora pareça estranho que nesse século de luzes se deprende ainda no Rio de Janeiro com o costume de transportar enormes fardos à cabeça dos carregadores negros, é indiscutível que a totalidade da população brasileira da cidade, acostumada a esse sistema que assegura a remuneração diária dos escravos empregados nos serviços de rua, se opõe à introdução de qualquer outro meio de transporte, como seja por exemplo o dos carros atrelados. Com efeito, a inovação, comprometeria dentro de pouco tempo não somente os interesses dos proprietários de numerosos escravos, mas ainda a própria existência da maior classe da população, a do pequeno capitalista e das viúvas indigentes, cujos negros todas as noites trazem para casa os vinténs necessários muitas vezes à compra das provisões do dia seguinte. É esse meio de transporte, geralmente empregado, que enche as ruas da capital desses enxames de negros carregadores, cujas canções importunam frequentemente o estrangeiro pacato, entregue a ocupações sérias nas suas lojas.¹¹⁵

¹¹⁴ SOARES, Luiz Carlos. *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX* in *Revista Brasileira de História*, n.16. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1998, p.116.

¹¹⁵ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Tomo I, Tradução de Sérgio Milliet, São Paulo, Martins Fontes, 1954, p. 234 *apud* SOARES, Luiz Carlos. *Os escravos de ganho...Op.Cit.*,p.113-115.

Sobre os serviços de transportes de mercadorias e cargas especificamente no porto, Soares também observa que em grande parte era protagonizado por escravizados, e refere-se às observações já levantadas pelo viajante francês Jacques Arago na década de 1820:

No carregamento e descarregamento dos navios no porto, na Alfândega e nos diversos trapiches da zona portuária da cidade, onde eram armazenadas as mercadorias, todo o trabalho era também realizado pelas mãos dos cativos e raramente empregava-se qualquer espécie de máquina ou veículo. Entre os escravos estivadores existiam muitos que viviam sob o regime de ganho, como relatava Jacques Arago, viajante francês que esteve no Rio de Janeiro no início dos anos 1820. Na Alfândega, dizia Arago, nenhuma pessoa podia transportar a sua carga ou utilizar de seus próprios escravos neste transporte. Todos eram obrigados a recorrer aos escravos pertencentes aos próprios empregados daquela repartição pública, que eram autorizados a disputar as bagagens dos viajantes ou as mercadorias dos exportadores e importadores, e os seus senhores os encorajavam publicamente para tal disputa. Evidentemente, estes funcionários da Alfândega estipulavam aos seus cativos um pagamento diário sobre o que arrecadavam com a sua atividade.¹¹⁶

O historiador Paulo Cruz Terra, dialogando com a historiografia a respeito dos trabalhadores escravizados e libertos nesse período e através de uma sólida pesquisa empírica sobre os carregadores, cocheiros e carroceiros durante o século XIX na zona portuária da cidade, desenvolve ainda:

Trabalhadores livres, libertos e escravizados dividiram o mesmo setor ao longo de todo aquele século. No entanto, a participação dos diferentes trabalhadores no setor de transporte não se deu de forma igual, e foi possível encontrar uma hierarquização e segmentação. Os trabalhadores livres parecem ter reservado para si o transporte com veículos. Enquanto isso, o transporte manual de mercadorias permaneceu sendo comandado por uma maioria de cativos. Na segunda metade do século, os carregadores negros tiveram no porto a possibilidade de manterem uma reserva em um mercado de trabalho que se tornava cada vez mais competitivo com a entrada intensiva de imigrantes. Segundo Maria Cecília Velasco e Cruz, os negros continuaram sendo, na segunda metade do século XIX e início do XX, maioria entre a mão de obra do porto.¹¹⁷

¹¹⁶SOARES, Luiz Carlos. *Os escravos de ganho...Op.Cit.*,p.117.

¹¹⁷TERRA, Paulo Cruz. *Hierarquização e segmentação: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)* in GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz. *Faces do Trabalho: Escravizados e livres*. Rio de Janeiro, EdUFF, 2010, pag. 79 e 80.

Até meados do século XIX, grande parte das sacas de café era transportada com a ajuda de animais desde as regiões agrícolas até o litoral, chegando à cidade do Rio de Janeiro por via marítima. Já o carregamento das sacas entre os trapiches da orla e as casas comissárias, ou entre estas e os armazéns dos ensacadores eram feitas pelos negros escravizados e libertos, chamados de trabalhadores de tropa. Maria Cecília Velasco e Cruz explica:

Toda a movimentação das sacas entre os trapiches da orla e as casas comissárias, entre estas e os armazéns dos ensacadores, e entre estes e o Consulado era feita, no entanto, por “magotes de negros enfileirados, sacaria à cabeça”, que por analogia com as bestas de carga passaram a ser conhecidos “*como trabalhadores de tropa*”. Os “*capitães de tropa*” eram, portanto, originalmente, apenas os capitães que comandavam as turmas ou “*tropas*” do café. Não obstante, com o tempo a metáfora sofreu uma expansão de significado e passou a ser utilizada para denominar também os grupos de operários avulsos dos trapiches, em um processo entrelaçado com a expansão do sistema portuário e com as mudanças verificadas no mercado de trabalho na segunda metade do século.¹¹⁸

Ainda que existam algumas diferenças nas conclusões a respeito da composição étnica e racial na bibliografia mais recente sobre o tema, é fato que os escravizados ao ganho e libertos compunham grande parte do contingente de trabalhadores responsáveis pelos serviços de transporte de cargas e pessoas na zona portuária ao longo do século XIX. Contudo, é de conhecimento geral que já na década de 1870, a região havia sofrido inúmeras transformações e a configuração geral da cidade era bastante distinta das décadas anteriores, o que inclui algumas tentativas de modernização das ruas centrais e ao redor do porto, mas principalmente, o grande fluxo de imigrantes europeus que chegavam à cidade e competiam por um espaço no mercado de trabalho.

O projeto de embranquecimento da população carioca e brasileira por parte dos governos, junto ao mecanismo de barateamento da força de trabalho às vésperas da abolição, se materializava na chegada de milhares de europeus pobres ao porto, em especial portugueses e em menor medida os espanhóis, que contribuía nesse processo de transformação da composição da classe trabalhadora no local, e que se intensificaria

¹¹⁸CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café- Rio de Janeiro, 190-1930* in Afro-Ásia, n.24. Salvador, 2000, p.264.

nas décadas seguintes. Sobre essa nova conformação da região portuária, o historiador Cezar Honorato contribui:

A forte presença africana oriunda de várias etnias (bantus, aussás, malês, principalmente) e de negros de outras regiões do Brasil, principalmente baianos e mineiros, evidentemente deixou marcas profundas na configuração da região. Contudo, a forte presença de portugueses e demais europeus acabam por gerar um perfil identitário próprio que não pode ser reduzido à presença negra.¹¹⁹

É de extrema importância ter em mente tal diversidade a respeito dessa área da cidade, considerando desde os sujeitos que vinham de outros estados, países e continentes já fartamente citados em pesquisas – como os baianos, africanos ou europeus – até indivíduos que vieram de outros estados do Brasil e são pouco ou nada lembrados, como Minas Gerais, Pernambuco ou Espírito Santo.¹²⁰ Entretanto, nosso foco neste trabalho consiste na reflexão acerca da trajetória do negro africano escravizado e posteriormente liberto, bem como seus descendentes no contexto de formação do capitalismo no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro. Em se tratando das atividades portuárias, em especial na estiva, nos trapiches e no carregamento e descarregamento dos navios, a bibliografia já existente sobre o tema nos mostra que ao longo do século XIX esses espaços de trabalho eram ocupados justamente por esses sujeitos por nós investigados e, além disso, fornecem pistas de que essas mesmas características se mantiveram na virada do século XIX para o XX.

Em termos quantitativos, podemos observar a partir dos censos de 1849 e 1972 que a presença escrava na cidade diminuía com o passar dos anos, o que estava relacionado dentre outros elementos, à proibição do tráfico atlântico de escravizados em 1850 levando ao tráfico interprovincial no Brasil, inclusive a transferência destes para áreas de cultivo do café, como o Vale do Paraíba. Segundo o censo de 1849, havia aproximadamente 110.602 escravos na cidade do Rio de Janeiro neste ano, decrescendo para 48.939 no ano de 1972. Quanto à presença de escravizados na zona portuária neste mesmo intervalo, o ano de 1849 aponta 25.144 desses trabalhadores e 12.109 para 1872.

¹¹⁹ HONORATO, Cezar Teixeira. *Os afrodescendentes...Op. Cit.*, p.6-7.

¹²⁰ GOMES, Tiago de Melo. *Para Além da Casa da Tia Ciata: Outras Experiências no Universo Cultural Carioca, 1830-1930* in *Afro-Ásia*, 29/30 (2003).

Contudo, apesar da diminuição em números absolutos, no primeiro censo a participação da região correspondia a 22,7% enquanto no segundo, 24,7%, ou seja, há um pequeno aumento.¹²¹

Em relação aos libertos e livres, Honorato indica 45.385 indivíduos (29,5%) de um total de 154.093 na cidade em 1849, e já em 1872 a participação desses sujeitos aumenta para 31%, sendo 72.290 indivíduos de um total de 226.033 do Rio de Janeiro. Na região portuária, a presença de escravos, libertos e livres abarcava 26,5% de negros em 1849, e no ano de 1872 tal participação chega a 32,1% do total da cidade. Tais dados confirmam que nesse período estava concentrada na zona portuária a maior quantidade de negros da cidade.¹²²

Já no ano de 1890, a população total da região do porto era de 133.074 habitantes, sendo de 51.651 homens brasileiros e 25.950 de estrangeiros, isto é, a presença estrangeira representava 33,4% deste total.¹²³

Em relação aos dados referentes às ocupações profissionais nos recenseamentos, embora tanto os estivadores, quanto os trabalhadores dos trapiches e café sejam abarcados em categorias profissionais indefinidas como “transportes marítimos e fluviais” ou “profissões mal definidas” – dificultando assim serem discriminadas nesse universo tão amplo – Cezar Honorato aponta alguns dados importantes. No censo de 1872 foram recenseados 21.703 marítimos em todo o Império, sendo 1788 escravos, considerando que apenas no Município Neutro foram contados 527 escravos no trabalho marítimo, enquanto o total correspondia a 8039 indivíduos que em grande parte trabalhavam ou eram registrados no porto da cidade. Podemos observar que 37% dos marítimos brasileiros se encontravam no Município Neutro; apenas 8% dos marítimos do Império eram escravos, embora no Rio de Janeiro os números fossem ainda menores, na ordem de 6,5%; e que 29,5% dos escravos recenseados como marítimos estavam no Município Neutro, o que mostra um número considerável. Assim, temos pistas de que nesse período a força de trabalho escrava não era predominante no porto. Em comparação ao censo de 1910, há ainda um decréscimo de 17,5% em seu contingente de

¹²¹BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Censos de 1849 e 1872.

¹²²HONORATO, Cezar Teixeira. *Os afrodescendentes...Op. Cit.*, p. 10.

¹²³Idem, p.10-12.

marítimos contados, diminuição essa que pode ser atribuída à inauguração da primeira seção modernizada do porto e o uso de novas tecnologias.¹²⁴

Contudo, de uma forma geral os recenseamentos feitos na virada do século XIX para o século XX pouco contribuem para uma investigação mais precisa, uma vez que não possuem a diferenciação pela cor de pele desses trabalhadores. Nesse sentido, podemos levantar uma hipótese bastante geral de que o número de trabalhadores negros empregados nesses espaços diminuía ao decorrer dos anos, mas ainda assim, essa hipótese poderia estar ligada a distintos elementos, como o grande contingente de imigrantes europeus que chegavam à cidade ou mesmo a modernização do porto já referida.

No final do século XIX, a conformação da cidade e da zona portuária era sem dúvida bastante distinta das décadas anteriores. As ruas passam a ser ocupadas por carroças, não se ouvia mais as canções africanas pelo centro da cidade e muitos trabalhadores responsáveis pelo transporte de carga eram imigrantes, em grande parte portugueses. Na década de 1870 os primeiros veículos usados para o transporte de café puderam substituir parte dos escravos ao ganho em percursos mais longos, e ainda em 1872 foi criada a Companhia Locomotora, empresa que revolucionou o transporte de café ensacado pela introdução de bondes que andavam sob trilhos. Porém com o tempo a empresa perdeu sua posição no mercado e saiu de cena, surgindo em seu lugar a Companhia de Carris Urbanos que se fixou nos anos seguintes, contudo, não abarcou a fatia de mercado que escapara à empresa Locomotora e que seria controlada pelos proprietários de carroças e caminhões de carga. O que ocorre, portanto, é uma divisão do mercado baseada nas diferenças de natureza dos fluxos e percursos urbanos do café¹²⁵. Sobre esse processo, na opinião de Cruz:

Seria errôneo supor, todavia, que essas mudanças tenham expulsado os trabalhadores de ganho do complexo portuário. O que elas trouxeram foram centenas de intermediários na sua contratação. Isto porque, tratando a mão-de-obra braçal como um elemento menor no conjunto dos seus negócios, as firmas de café livraram-se do trato direto com os carregadores, e passaram a delegar aos carroceiros a resolução das questões relativas a seu emprego. A

¹²⁴Idem, p. 12-14.

¹²⁵CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo:estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1998, p.191.

eles cabia negociar com os operários, entregar ou retirar a carga, pagar o serviço e coordenar o trabalho (...) ¹²⁶

A historiadora descreve o serviço desses trabalhadores de tropa, que abarcava não só o carregamento das sacas de café, mas também a arrumação das mercadorias nos trapiches e a preparação do café que seria exportado. Velasco coloca ainda sobre algumas táticas encontradas pelos capitães e suas tropas para garantirem seus espaços de trabalho:

A partir da segunda metade do século XIX, era essa a realidade das firmas do ramo cafeeiro, como, de resto, de todo o comércio ligado à vida do porto. Bem cedo todas as manhãs, milhares de carroças e caminhões saíam das cocheiras e se espalhavam pelas ruas adjacentes à região portuária. E às portas dos trapiches e dos grandes depósitos de café, operários suarentos carregavam e descarregavam mercadorias, abarrotando e esvaziando os veículos de carga. Outros trabalhavam no interior dos prédios, pois além do carregamento existiam ainda em terra duas outras esferas de trabalho muito importantes – a arrumação das mais variadas mercadorias no interior dos trapiches e as tarefas específicas de preparação do café para exportação. Ambas as esferas eram ocupadas pelos trabalhadores de tropa, em turmas cujas dimensões variavam diariamente de acordo com o número de mercadorias a arrumar ou de sacos de café a preparar. É que como a oferta de emprego era múltipla e dispersa por todo o sistema e o transporte propriamente dito fora açambarcado pelos carroceiros, os capitães e suas tropas começaram a se fixar junto às casas de café e trapiches, num movimento de apropriação de territórios que é bastante comum entre os trabalhadores informais. ¹²⁷

Nesse sentido, podemos observar que o sistema de trabalho no porto girava em torno da demanda das mercadorias existentes, ou seja, a quantidade de homens recrutados para o trabalho dependia da quantidade de produtos a serem carregados, arrumados nos trapiches ou preparados para serem exportados. Além disso, a interferência dos proprietários de transporte no sistema de serviço dos trabalhadores de tropa tem uma consequência política importante, uma vez que amplia enormemente o contingente de sujeitos responsáveis a empregar os carregadores avulsos, dispersando ainda mais o patronato, que se pulverizava cada vez mais.

¹²⁶ Idem, p. 266.

¹²⁷ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições Negras na Formação...Op. Cit.*,p.267.

Nas últimas décadas do século, o porto do Rio de Janeiro consistia num grande espaço de *fronteiras fluidas*¹²⁸, espacialmente espalhado, institucionalmente fragmentado e composto por um grande número de unidades estatais e privadas independentes, porém não se tratava de um complexo carente de organização. Tal fluidez, dispersão, organização e fragmentação enquanto parte de seu esquema, faziam com que o mercado de trabalho do local, bem como as relações de produção fosse diretamente influenciado por tais características, assim como o cotidiano dos trabalhadores portuários. Ademais, o caráter oscilante e sazonal de suas atividades também interferiam diretamente no trabalho.¹²⁹ Sobre sua estrutura, Velasco complementa:

(...) No Rio de Janeiro existia uma linha de demarcação muito clara entre terra e o mar, e que duas redes de emprego básicas estruturavam o mercado de trabalho dos operários. A primeira reunia todos aqueles que desempenhavam funções que pelos usos comerciais do porto cabiam à mercadoria. Estas funções ocorriam em terra, e abarcavam não só o transporte, a preparação e o armazenamento dos gêneros importados ou exportados, como a lingagem que os trazia ou retirava do solo. A segunda rede tinha como foco central o navio, e congregava todos aqueles que de algum modo estavam implicados no desempenho das funções que, por costume, cabiam às embarcações. Imersos na primeira rede estavam os carregadores e arrumadores, e na segunda os estivadores.¹³⁰

Segundo a autora, a diversidade dos produtos considerados mercadorias sujeitas ao depósito em trapiches alfandegados e as permanentes transformações econômicas do papel econômico das unidades portuárias, tiveram um forte impacto sobre a estruturação dos trabalhadores portuários. Desse modo, poucos eram os trapiches dedicados ao comércio exclusivo de um único produto, o que impedia a consolidação de campos especializados de trabalho. Praticamente todos os trapiches de uso público, alfandegados ou “livres”, trabalhavam com distintos tipos de mercadorias e compunham as seções básicas de recebimento, armazenagem e despacho das mercadorias, ou seja, diferentemente dos portos de Londres ou Nova York, os portuários do Rio não se especializavam no manuseio de um produto ou outro. Assim, os trabalhadores dos

¹²⁸Expressão de Eric Hobsbawm. Ver E. J. HOBSBAWN, “National Unions on the Waterside” in *Labouring Men Studies in the History of Labour*. Londres, Weidenfel and Nicolson, 19179 (6ª edição): 204-230 *apud* CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo...Op. Cit.*,p.165.

¹²⁹CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo...Op. Cit.*,p.168.

¹³⁰ Idem, pag. 170.

trapiches cariocas faziam de tudo: descarregavam areia, cimento, cal, cereais, madeiras, telhas; carregavam fumo de corda, lã, linho, garrafas, frutas, bebidas; e arrumavam e empilhavam nos armazéns sacos de feijão, açúcar, caixas de bacalhau, fardos de algodão, barris de vinho, carne seca, etc. Já entre os trapiches e armazéns privados, havia poucas especializações de mercadorias, sendo que apenas duas delas foram capazes de gerar recortes particulares na classe trabalhadora do local, como o carvão e o café.¹³¹

O café impulsionava inúmeras casas comissárias e armazéns de ensacadores e exportadores que proliferavam no largo da Prainha e arredores, chegando a mais de cento e sessenta e duas firmas em 1905. Como cabia ao embarcador levar o produto até o lugar de embarque, e como pela sua relevância e volume as exportações cafeeiras dominaram a economia carioca ao longo do século XIX, das atividades dessas firmas também se originou um grupo de trabalhadores com recorte específico: as turmas do café.¹³²

Em sua grande maioria, os trabalhadores do porto eram denominados “avulsos”, ou seja, eram escolhidos em grupos alguns momentos antes para o serviço, e engajavam-se em períodos curtos, ganhando por período trabalhado. No caso do porto do Rio de Janeiro esses grupos eram chamados de “ternos” quando estivadores, e de “tropa” ou “turmas” se fossem carregadores ou arrumadores. Esse regime de trabalho era bastante utilizado desde o século XIX no manuseio e transporte de cargas já citado anteriormente, do qual era dominado pelos escravizados ao ganho em busca do “jornal” de seus senhores. A já citada variação na demanda de mercadorias fazia com que suas jornadas de trabalho fossem descontínuas, além de constituídas por diferentes intensidades e ritmos, o que significa que um trabalhador portuário poderia trabalhar muito num determinado dia, e não conseguir trabalho algum no dia seguinte.¹³³

Nos trapiches a oscilação da oferta de emprego era ainda maior e, além disso, os serviços de armazenagem e despacho de mercadorias não requisitavam grandes capitais, o que podemos observar em relação ao final do século, quando quase todos os trapiches alfandegados eram estabelecimentos arrendados e administrados por pequenos capitais. Eram essas pequenas firmas ou pequenos gestores individuais que empregavam aqueles

¹³¹ Idem, pag. 176.

¹³² Idem, p.178.

¹³³ Idem, p. 45-53.

responsáveis pelo embarque e desembarque das embarcações que chegavam aos trapiches, bem como pela arrumação das mercadorias nos armazéns. Nesse período, quase todos os trapiches alfandegados e “livres” mantinham um reduzido grupo de trabalhadores braçais fixos, o qual era preenchido com mão-de-obra avulsa segundo as demandas do cotidiano.¹³⁴

O sistema de emprego baseado na “chamada livre” e que recrutava os avulsos – o qual predominava no final do século XIX e início do século XX nos portos – era forjado como forma de encarar a diária oscilação de mercadorias e as frequentes interrupções no fluxo do trabalho, e evidentemente, muito beneficiavam os capitalistas. O sistema funcionava de forma que todos os trabalhadores interessados no trabalho em determinado navio ou cais, deviam se reunir na chamada “parede” (local no cais onde os mesmos eram recrutados e as turmas organizadas), onde então, certo número de homens era escolhido por uma espécie de sorteio pelos encarregados ou capatazes das companhias agenciadoras de mão-de-obra responsáveis pela contratação, que eram firmas intermediárias contratadas pelos proprietários dos navios ou pelas empresas de importação e exportação.¹³⁵

Desse modo, os escolhidos não tinham qualquer garantia de que a contratação seria mantida, assim como outros indivíduos poderiam entrar na “parede” para serem escolhidos a qualquer momento, e os não escolhidos, por outro lado, podiam ficar vagando pela região portuária à espera de uma nova oportunidade de chamada, ou desistirem e encaminharem-se para os botequins ou suas moradias.

Esse sistema de seleção possibilitava diversos conflitos e brigas entre os trabalhadores escolhidos e não escolhidos, já que muitas vezes a escolha era feita a partir das relações pessoais entre os encarregados – os capitães de tropa – e os demais trabalhadores, demonstrando que essa procura em tecer laços com os encarregados provavelmente se tornava a única forma de garantir um trabalho. Assim, tais embates acabavam por acirrar os já existentes conflitos entre aqueles que buscavam uma forma de se sustentar, incluindo a competição entre os trabalhadores negros, brancos, brasileiros e imigrantes em busca de um trabalho. No dia 3 de maio de 1872, o *Jornal do Commercio* comunicava:

¹³⁴ Idem, p.200-201.

¹³⁵ Idem, 45-53.

(...) há dias, os pretos ganhadores da praça das Marinhas, que têm por costume carregar para terra a carne seca trazida...dos navios em canoas...exigiram aumento de 20 réis...Não querendo sujeitar-se a tal exigência, os donos da carne seca resolveram chamar trabalhadores brancos...Ontem, ao meio dia, quando se fazia a descarga...os pretos, em número de cinqüenta, armados de cacetes e um deles com uma foice, assaltaram os trabalhadores ocupados naquele serviço, que eram cerca de doze. Travou-se luta renhida, sendo alguns dos trabalhadores atirados no mar. O sr. Capitão Marques Sobrinho e algumas praças da guarda urbana compareceram no lugar e conseguiram por termo à luta, ... levando à presença do Sr. 2º Delegado de Polícia treze pretos e cinco trabalhadores brancos.¹³⁶

Pouco antes da modernização do porto no início do século XX, o espaço portuário era um enorme complexo de elementos autônomos que se alongava por diversas ilhas da baía de Guanabara e se esparramava, no continente, da região fronteira ao Paço Imperial até as praias de Palmeiras e São Cristóvão. Com mais de sessenta trapiches em geral colados um ao outro, e com uma extensão de aproximadamente 12 quilômetros, ocupava toda a orla marítima das freguesias de Santa Rita e Santana. A região era ainda um centro artesanal e manufatureiro, que reunia estaleiros, oficinas, fundições, carpintarias, serrarias e metalúrgicas, tamancarias, dois grandes estabelecimentos fabris de importação e moagem de trigo (o Moinho Inglês e o Moinho Fluminense), pequenas fábricas de flores artificiais, biscoitos, doces, sabão e velas (a já citada Luz Stearica), bebidas alcoólicas e gasosas e uma fábrica de fiação e tecelagem, a Nova Fábrica Rink. Também faziam parte do cenário vários estabelecimentos comerciais, botequins, armazéns de secos e molhados, restaurantes e várias companhias de transporte de mercadorias. Todos esses espaços constituíam um amplo e diversificado mercado de trabalho ao redor do porto, que contribuíram para que os bairros adjacentes se tornassem importantes locais residenciais.

A partir dos dados referentes aos habitantes da região em 1890 e a grande quantidade de estrangeiros concentrados no local, Velasco destaca o predomínio desses sujeitos, os quais viviam 16.876 em Santa Rita – sendo 12.315 portugueses e 1.720 espanhóis – e 24.074 em Santana, dos quais 16.173 eram portugueses e 4844 italianos, sendo considerado nessa freguesia o maior número de estrangeiros da cidade. Tendo isso em mente, a autora afirma que apesar de aí se concentrar o maior contingente de africanos de todo os bairros do Rio de Janeiro – 1.463 indivíduos ou 27,2% do total – os

¹³⁶ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 03/05/1872, (Gazetilha) p.3.

pretos e pardos eram minoritários na região, já que 60,6% dos moradores de Santa Rita e 66,4% dos moradores de Santana eram brancos.¹³⁷

Assim, a afirmação de que a região portuária consistia numa “Pequena África” como denominou Heitor dos Prazeres ou num “Porto Negro” como afirma Érika Arantes, um “território negro” como conceito criado por Wissenbach¹³⁸ ou num “campo negro” como conceito utilizado pelo historiador Flávio dos Santos Gomes¹³⁹, possui antes de tudo um significado ideológico, para além de meramente territorial-geográfico. Longe de afirmar que a região possuía uma composição étnica majoritariamente negra, o trabalho aqui presente se propõe a resgatar o legado deixado pelos trabalhadores negros escravizados e posteriormente libertos no processo de formação da classe trabalhadora carioca, o que inclui seu trabalho, condições de vida, cultura, lazer, formas de resistência e luta contra a exploração escravista.

Considerando a diversidade na composição étnica e racial dos habitantes, trabalhadores e frequentadores da zona portuária, sejam eles brasileiros, europeus, brancos, negros ou mestiços, resgatar as heranças deixadas pelos negros africanos na história da cidade torna-se ainda mais crucial. Como coloca a historiadora Cruz:

Marcar que o espaço geográfico onde este campo negro existia era habitado por uma maioria branca e permeado por outras redes sociais e outras culturas igualmente sólidas, só ressalta a força de suas tradições. Afinal, em 1898, em uma reunião na Sociedade Dramática Filhos de Talma, no coração da Saúde, era fundado o Clube de Regatas Vasco da Gama, por um grupo de portugueses que trabalhava no comércio, interessado em difundir a prática do remo.¹⁴⁰

¹³⁷CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições Negras na Formação...Op. Cit.*,p.276.

¹³⁸WISSENBACH, Cristina Cortez, “*Da escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível*” in *História da Vida Privada no Brasil*, N. Sevcenko, org. Vol. 3, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.99. A definição da autora de “campo negro” pode ser descrita enquanto “espacialidade marcada por laços sociais, estruturas de parentesco e expressões culturais singulares que se revelaram fulcros significativos no processo de resistência à dominação escravista e à discriminação social que se lhe seguiu”.

¹³⁹ Para o autor, o “campo negro” seria “essa rede complexa de relações sociais”, que “adquiriu lógica própria” e “na qual se entrecruzavam interesses, solidariedades, tensões e conflitos”. Segundo Gomes, foi a partir dessa lógica que “os quilombos acabaram se tornando comunidades quase legitimadas localmente, ao mesmo tempo dentro da escravidão e alternativa a ela”, GOMES, Flávio dos Santos. “*Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX*” in REIS e GOMES, *Liberdade por um fio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 278.

¹⁴⁰CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições Negras na Formação...Op. Cit.*,p.278.

Assim, apesar das dificuldades em encontrar registros e dados acerca dos trabalhadores negros nos espaços de trabalho após a abolição da escravatura, é possível traçar vários caminhos entre as pistas deixadas ao longo do tempo acerca desses personagens. Apesar de a historiografia recente estar fazendo este movimento no sentido de recuperar essa parte encoberta e silenciada da história, reconhecendo e revelando esses indivíduos enquanto sujeitos e protagonistas, ainda há muito a se fazer. Sobre esse elemento, a autora acrescenta:

Em síntese, no porto do Rio de Janeiro, existe uma forte linha de continuidade entre os escravos e libertos dos velhos tempos imperiais e os proletários da Primeira República. Assim, diante da força dos operários avulsos cariocas, dos seus inúmeros líderes de cor e da evidência clara de que a troca dos atores históricos – com a entrada em cena dos imigrantes brancos e a batida em retirada dos pretos e pardos – não ocorreu no sistema portuário do Rio de Janeiro nos termos pressupostos pelas análises da formação da classe operária brasileira, fica difícil não concordar com Slenes quando ele afirma que *“se a África foi descoberta no Brasil pelos ... africanos escravizados, para a (branca)... nata dos brasileiros ela permaneceu coberta”*, e não se perguntar, por fim, se os silêncios da historiografia sobre o assunto não são sinais de que o problema se reproduziu de algum modo nas investigações dos dias de hoje.¹⁴¹

Nesse sentido, para acompanharmos os passos dos estivadores, carregadores e arrumadores portuários nos últimos anos do século XIX e início do século XX mais de perto, propomos no próximo item o resgate de parte de sua história a partir de duas de suas principais ferramentas de organização e luta: a União dos Operários Estivadores e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café.

¹⁴¹ Idem, pag. 237.

Figura 1



Trabalhadores descarregando mercadorias no porto do Rio de Janeiro

Fonte: Cruz, Maria Cecília Velasco e. “Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930.” In: *Afro-Ásia*, 24 (2000).

2.3. A União dos Operários Estivadores

Como já foi dito anteriormente a mão-de-obra portuária era organizada de forma bastante complexa, e distintos eram os setores e categorias que a compunham como estivadores, arrumadores, carregadores, trabalhadores em trapiche, guindasteiros foguistas, e uma infinidade de serviços relacionados ao porto da cidade. Considerando as particularidades de cada um, a fragmentação entre as categorias tornava-se comum nos processos de organização da classe, entretanto, havia uma tendência de aproximação entre aqueles trabalhadores responsáveis por atividades afins, como por

exemplo, os estivadores e os arrumadores de trapiche e café. Ambos atuavam na carga e descarga das mercadorias diferindo apenas no local de trabalho, já que os estivadores se concentravam nos navios enquanto os arrumadores se ocupavam do interior dos armazéns.¹⁴²

As obras de modernização no porto do Rio de Janeiro durante os anos de 1903 e 1910 encabeçadas pelos governos federal e municipal trouxeram inúmeras transformações na estrutura portuária, de modo que refletiram diretamente nas relações de trabalho desse espaço. Sobre esse processo Cezar Honorato coloca:

O fato do processo de implantação de um porto capitalista ser um processo demorado e, em alguns casos de convivência entre as velhas estruturas portuárias e as novas lógicas oriundas do capital, não invalida a questão maior que temos apontado como o de ruptura do modelo existente, pré-capitalista. Este processo de *tentativa e erro* por parte das instituições públicas e, especialmente do capital em imprimir a sua racionalidade industrial na operação portuária, se deu em todo Atlântico. Durante o último quarto de século XIX, de Londres a Dakar, passando por Lisboa, Rio de Janeiro e Nova York, formas tradicionais do processo de carga e descarga de mercadorias foram adaptadas e transformadas em seu processo produtivo e associadas a novos processos de trabalho mecanizados pela aplicação cada vez mais intensa de capital nas infraestruturas portuárias. O que se deve grandemente à pressão exercida pelo desenvolvimento das forças produtivas na navegação transoceânica.¹⁴³

Contudo, como coloca o historiador, tais melhoramentos efetuados não possuíam um caráter efetivamente revolucionário, uma vez que não havia integração entre os vários agentes e atividades comerciais, produtivas e econômicas ligadas à operação de carga e descarga, além da coordenação do complexo ser precária e nada centralizada, e de inexistir também uma autoridade portuária autônoma e centralizada. Nesse sentido, o processo de trabalho que já apresentava grande segmentação e estratificação, ainda era em grande parte manual e dependente da força física dos trabalhadores, além do fato da força de trabalho ser quase inteiramente eventual, detendo vários saberes sobre os mais distintos processos de trabalho.¹⁴⁴

¹⁴²ALBUQUERQUE, Marli B. M. *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro, 1904-1920*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1983, p.78.

¹⁴³HONORATO, Cesar Teixeira. *Portos e cidades Portuárias: Algumas considerações Historiográficas*. Apresentado na ANPUH Nacional 2017. Mimeo, no prelo.

¹⁴⁴ Idem, p.16 – 17.

No início desse processo de transformações, ocorre a greve de 1903 no Rio de Janeiro iniciada pelos operários em fábricas de tecidos – em especial a fábrica Cruzeiro – e composta por amplos setores de trabalhadores da cidade, incluindo os estivadores, carregadores e demais portuários e por essa razão foi chamada de “greve geral”. O movimento tinha em sua pauta de reivindicação alguns pontos em comum como a redução da jornada de trabalho para oito horas e o aumento dos salários, além de alguns pontos particulares às categorias, e consistiu num elemento crucial para a organização da classe trabalhadora.

No dia 25 de agosto, 14 dias após o início da greve, os estivadores decidiram aderir ao movimento, quando os operários têxteis começavam a bater em retirada. Reunidos em assembléia na sede da Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos, nomearam uma comissão para se reunirem com os empreiteiros e entregarem um memorial com suas reivindicações, incluindo a proposta de um novo horário de trabalho com oito horas de duração, ou seja, das sete da manhã até as quatro da tarde. Porém, nas primeiras reuniões os empreiteiros da estiva e os agentes das companhias de navegação não concordaram com os termos propostos pelos trabalhadores, e o chefe de polícia destacado para atuar no conflito se articulou rapidamente com o Presidente da República para planejarem a atuação repressiva. Ambos concluíram que fosse reforçado o policiamento no mar pela Marinha de Guerra e que os trapiches da Gamboa e da Saúde, assim como toda a orla marítima fossem fortemente guardadas pela infantaria e cavalaria da Brigada Policial, garantindo assim a segurança daqueles que quisessem trabalhar. Entretanto, não houve qualquer conflito e nos dias seguintes cerca de 1.200 estivadores deram continuidade à greve, o que fez com que os empreiteiros da estiva resolvessem iniciar prontamente a contratação de homens de fora da cidade.¹⁴⁵

A partir de então, a imprensa noticiava de forma tendenciosa sobre o movimento, anunciando que o trabalho estava sendo feito de forma regular por indivíduos que se ofereciam às casas estivadoras num número superior ao necessário, e que os trabalhadores da estiva trabalhavam normalmente. Nos primeiros dias de setembro, especificamente no dia 5, o *Jornal do Brasil* declarava ainda o fim da greve,

¹⁴⁵CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo...Op. Cit.*,p.241-242.

porém em suas páginas no interior do mesmo diário, notava-se que a greve se desenrolava.¹⁴⁶

O que de fato acontecia, era que os trabalhadores haviam mudado de tática, ou seja, voltavam a se apresentar em seu local de trabalho, na “parede”, porém se recusavam a trabalhar nos horários diferentes daqueles determinados pelo movimento. Tal situação se estendeu por dias, enquanto a imprensa atrelada aos empreiteiros tentava a todo custo deslegitimar o movimento dos estivadores, até que nada mais foi dito sobre a greve. Contudo, os trabalhadores tiveram uma importante vitória através da luta diária e alcançaram a jornada de oito horas conforme requerida. Prova disso, é que em 1905, quando explode uma nova greve pela jornada de oito horas, os operários da estiva já estavam trabalhando sob essa carga horária, fruto de sua mobilização anterior, que apesar de não existir qualquer estrutura sindical por trás do movimento, foi bem sucedida. Assim, esses trabalhadores conquistaram sua demanda e iniciaram o processo de construção de seu sindicato, a União dos Operários Estivadores. No dia 12 de setembro de 1903, ocorria a primeira assembléia geral ordinária dos trabalhadores associados, onde os mesmos aprovavam o primeiro estatuto da entidade.¹⁴⁷

Segundo o primeiro estatuto da associação poderiam fazer parte, trabalhadores da estiva de qualquer nacionalidade, incluindo os contramestres gerais, mas era vetada a participação de *“empresários, gerentes e traidores da classe e os filhos dos indivíduos assim considerados”* enquanto menores. Tinham por objetivo *“proteger, defender e trabalhar”* pela ascensão *“moral, intelectual e material da classe”*, de modo a estreitar *“os laços da solidariedade operária com todas as associações congêneres, dentro e fora do país”*, além do compromisso de ajudar os seus membros *“quando vítimas de injustiças”*. A associação se colocava a disposição para *“resolver as questões entre os operários e patrões, regulamentar as condições do trabalho, tendo sempre em vista os interesses do trabalhador”*, podendo ainda *“organizar um sindicato para o fim de contratar diretamente o serviço de carga e descarga dos navios... administrado por comissões eleitas em assembléia geral”*.¹⁴⁸

Os trabalhadores decidiram ainda que qualquer membro da Diretoria ou do Conselho poderia ser retirado do cargo e penalizado pela Assembléia Geral, assim como

¹⁴⁶Idem, 241- 245.

¹⁴⁷Idem, p.244.

¹⁴⁸Idem, p. 247.

qualquer sócio que não cumprisse as regras impostas pela maioria. Por outro lado, todos os membros podiam defender-se e fazer reclamações por escrito ou verbais à Diretoria e ao Conselho, além de poder votar, ser votado e poder utilizar os fundos de auxílio da Caixa de Resistência.

Segundo a historiadora Marcela Goldmacher, a União também possuía a função de auxílio mútuo, se propondo a criar aulas de instrução, jornal de propaganda e uma biblioteca, além de oferecer auxílio pecuniário aos sócios quando doentes e para seu funeral.¹⁴⁹

Para Cruz, o cenário da greve de 1903, o qual era composto por ampla presença de militantes intelectuais e operários anarquistas e anarco-sindicalistas, permitiu que os estivadores se aproximassem do projeto de gerir a mão-de-obra e de regulamentar o trabalho através de uma organização de trabalhadores autônoma, a qual reduzisse a competição na “parede”, aumentasse os salários e propagasse independência e dignidade ao trabalhador. Com esse projeto em mente, partiram então para a construção de seu sindicato.¹⁵⁰

Sobre a composição étnica dos trabalhadores da União, a historiadora defende que dos sócios registrados no sindicato entre 1903 e 1905, 7,5% eram de italianos e espanhóis, e 26,3% eram portugueses. Por outro lado, cerca de 60% da categoria dos estivadores cariocas era composta por pretos, pardos e fulos, e destes, 75,8% eram brasileiros. Cruz pontua:

Filhos e netos de escravos e libertos, os trabalhadores nacionais pretos e mestiços tinham raízes profundas na história da profissão e, majoritários na força de trabalho estivadora, marcavam fortemente a cultura do grupo, aliás, não só no Rio de Janeiro, como também em Salvador e em outros portos do país. É natural, portanto, que partisse deles o ímpeto de organizar a classe, ainda mais se forem considerados o clima racista e pró-imigrante do período e os desejos de vida independente que orientavam a conduta dos egressos da escravidão.¹⁵¹

¹⁴⁹ GOLDMACHER, Marcela. A “Greve Geral” de 1903 – O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. Tese de Doutorado, Niterói, 2009.

¹⁵⁰ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo...Op. Cit.*, p. 254.

¹⁵¹ *Idem*, p. 256.

É importante ressaltar, todavia, que alguns elementos apontam para a crescente presença já em 1903 de militantes anarquistas e anarco-sindicalistas de base operária, que contribuíram para a construção do movimento operário e sindical na cidade como o ativista Pausílipo da Fonseca. Tais setores unidos a militantes espanhóis, após as demolições e expulsões de famílias com as reformas na região central, iniciaram um movimento pela construção de habitações operárias na cidade, e já tinham como resoluções publicar um jornal intitulado de “*A Greve*” e fortalecer as conferências das associações operárias do Rio de Janeiro. Segundo Cruz, havia dois campos políticos que divergiam entre esses setores, sendo que um apontava para a colaboração de classes e o outro rejeitava a direção de elementos estranhos à classe trabalhadora, se pautando por princípios de conflito e da luta de classes.¹⁵²

Foi nesse segundo campo político, onde militantes anarco-sindicalistas uniam-se a militantes socialistas para estimular a consolidação das denominadas “sociedades de resistência”, que nasceu a União dos Operários Estivadores. Suas primeiras reuniões aconteciam na sede da Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos, e mesmo após a mudança do local da sede, tais relações prosseguiram de modo a influenciar positivamente no grande apoio que obteve a União meses após a greve de 1903, quando empreiteiros da estiva impuseram uma suja batalha contra os associados.

Alguns meses após a greve, a firma empreiteira L.S. Andrews iniciou uma reação aos ganhos adquiridos pelos trabalhadores e contra a própria União, usando de seu recurso de poder maior, isto é, o controle do processo de escolha dos trabalhadores. Considerando que na “parede” não existiam limitações à entrada de ninguém para o serviço, e de que nesse método de escolha os sujeitos ficavam totalmente subordinados àquele que fazia as contratações, os empreiteiros boicotavam diversos trabalhadores próximos à União, impondo ainda a presença de terceiros nas turmas selecionadas para o trabalho. O objetivo era claramente propagar a discórdia entre os estivadores, visando um conflito de maiores proporções.¹⁵³

É nesse processo então que surgiu a Sociedade Regeneradora Beneficente dos Estivadores, criada no mesmo dia em que a União dos Operários Estivadores foi instalada na Rua Senhor dos Passos, na data de 27 de dezembro de 1903. Totalmente

¹⁵²Idem, p. 260-261.

¹⁵³ Idem, p. 268

atrelada ao patronato da estiva, furando greves e deslegitimando as lutas da associação, foi selando seu caráter “pelego” e desmobilizador daí em diante.

O ano de 1905 se iniciou num clima geral de agitação no Rio de Janeiro, com a recente Revolta da Vacina ocorrida no ano anterior e o envio de inúmeros envolvidos para o Acre como bodes expiatórios. Indignados com o fato de alguns companheiros terem sido vítimas da repressão, no dia 16 de março os estivadores se reuniram em assembléia e decidiram entre outros pontos a agitação de rua em torno de questões mais gerais e que em pouco tempo, se tornaria uma campanha pelas oito horas de trabalho, reivindicada por várias categorias de trabalhadores incluindo os estivadores. Pouco tempo depois, em 27 de abril, acontecia o primeiro conflito grave entre a União e a Sociedade Regeneradora, com vários trabalhadores presos, alguns feridos e um morto¹⁵⁴.

No final do mês de maio, após uma ampla ação de trabalhadores de distintas categorias ocorrida no dia 1º e vários comícios ao longo do mês, explodiria uma nova greve articulada por vários setores como os canteiros e alfaiates, e que em seguida atingiria os trabalhadores do porto. No dia 11 os marinheiros e remadores fizeram um comício e lançaram a idéia da organização de uma Federação Geral de Transportes Marítimos e Terrestres e apenas cinco dias depois, os trabalhadores de carvão entraram na greve justamente com os marinheiros e remadores, que chamaram à greve geral todas as classes anexas. No mesmo dia, a União dos Operários Estivadores resolveu entrar na greve reivindicando a jornada de oito horas de trabalho e também em solidariedade aos trabalhadores de carvão e aos companheiros portuários que haviam sido presos em Santos alguns dias antes.

A greve se arrastou até o mês de julho, e serviu como mais um elemento para estimular os conflitos entre as duas associações. Os trabalhadores tiveram várias de suas reivindicações atendidas, porém a luta contra a Sociedade Regeneradora ainda se estendeu por alguns meses até que a associação desapareceu de vez nos anos seguintes, deixando o cais livre para as futuras lutas da União dos Operários Estivadores.

É importante salientar um elemento acrescentado por Cruz em relação aos primeiros anos da União, que consiste na visita de anarquistas argentinos ao sindicato em outubro de 1904. Constant Carballo, delegado da Sociedade de Resistência dos

¹⁵⁴ ARANTES, Érika Bastos. *O Porto Negro: trabalho, cultura...Op. Cit.*, p. 69.

Obreiros do Porto de Buenos Aires, e Manuel Vasquez, secretário da Federação Obreira Regional Argentina foram recebidos de forma calorosa pelos estivadores brasileiros, e desse encontro foi selado um pacto de solidariedade entre as duas entidades.¹⁵⁵

Após a volta dos argentinos, que organizaram um amplo trabalho de mobilização na região portuária do Rio, a União colocou como perspectiva a atuação aliada a outros portos de distintas regiões do Brasil e também de outros países, além de convocar reuniões em sua sede com o objetivo de contribuir na organização de outros setores portuários, como os trabalhadores de trapiches e do carvão. E é nesse cenário que nasce a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, a qual será abordada a seguir.

¹⁵⁵ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo...Op. Cit.*, p. 276.

CAPÍTULO 3

A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café

3.1. O início

No capítulo anterior, pudemos acompanhar um pouco da trajetória da União dos Operários Estivadores e sua grande influência na organização política e sindical de outras categorias portuárias no Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. Observamos ainda, que os trabalhadores do café – responsáveis pelo carregamento, armazenamento e arrumação nos armazéns e trapiches – consistem no principal exemplo, apesar dos setores do carvão e fogueiras também terem tido interferência dos estivadores em sua articulação.

Outro elemento a se destacar trata-se do cenário político existente na cidade naquele período, aonde distintas concepções ideológicas chegavam de outros cantos do mundo junto aos viajantes e imigrantes de outros países e regiões do Brasil, ampliando assim os horizontes de luta dos trabalhadores brasileiros, em especial ligados ao porto. O socialismo e as teorias libertárias como o anarco-sindicalismo já estavam presentes desde as últimas décadas do século XIX tendo como representantes França e Silva, Evaristo de Moraes, e influenciavam diretamente na organização e nas disputas existentes entre os assalariados e seus patrões, como ocorreu nas greves de 1903 e 1906.

É nesse contexto que no dia 9 de novembro de 1904, reunidos na sede da União dos Operários Estivadores, os trabalhadores de tropa fundaram a Sociedade União dos Trabalhadores de Café e tiraram uma direção de cinco sócios, dos quais três eram portugueses (o Secretário Geral, o Segundo Secretário e o Tesoureiro), e os outros dois de origem desconhecida. Contudo, nessa primeira vez a Sociedade não logrou sucesso.

Já em abril de 1905, nasceu também na sede da União, uma associação de atuação mais ampla chamada “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café” com endereço na Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 20, e abarcava os “trabalhadores de tropa”, operários diaristas ou tarefeiros empregados nas casas de café,

trapiches, e na carga e descarga de carroças, em turmas ou tropas comandadas por capitães. Até ser iniciada a greve no ano seguinte em agosto de 1906, momento em que várias categorias do porto da cidade voltavam a se mobilizar, é possível conferir no periódico *Correio da Manhã* que os trabalhadores do sindicato se mantiveram ativos nesse intervalo, efetuando diversas reuniões em sua sede.¹⁵⁶

A historiadora Maria Cecília Velasco destaca que diferentemente dos estivadores, que se organizaram pela base e em seguida encaixaram os contramestres, os trabalhadores de tropa sindicalizaram-se através da direção de um capitão, formalizando em uma instituição as bases informais das turmas de trabalho erguidas no tempo da escravidão. Com o surgimento do sindicato, os capitães de tropa mantiveram sua posição particularizada no processo de trabalho, seguindo a mesma dinâmica de fazer a mediação entre patrões e o mercado, porém com duas alterações importantes. Com o processo de associação entre todos os trabalhadores, a mediação passou a se dar entre a empresa e o sindicato, ou seja, entre os patrões e o coletivo organizado, que através de um grupo de fiscais encarregaram-se da responsabilidade da escolha dos homens na “parede”, ou “ponto”. Assim, apesar de parecer contraditório, os capitães tiveram papel estratégico no processo de criação do sindicato.¹⁵⁷

Um ponto importante a se destacar, trata-se dos estatutos aprovados pelos associados em 1905, que possuíam claros traços condizentes com aquele momento histórico em que passava o Rio de Janeiro, com o surgimento do movimento operário na cidade e especialmente na região portuária, que fervilhava. Um dos lemas da entidade era “*um por todos e todos por um*” e tinha como um de seus objetivos “*a união de todos os trabalhadores*” sem qualquer “*distinção de nacionalidade, cor e religião*”, além de criar uma biblioteca para instrução de sócios, “*para não obstruírem as idéias burguesas e as mistificações*”; e também de “*propagar as idéias socialistas em conferências na sede social ou reunião pública*”.¹⁵⁸ Colocava também sobre a pretensão de se “*fundar*

¹⁵⁶ Constam em edições do *Correio da Manhã* dos meses de outubro e novembro de 1905 e fevereiro, março, maio e junho de 1906, convites aos trabalhadores para se reunirem na sede da Sociedade Resistência.

¹⁵⁷ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições Negras na Formação...Op. Cit.*, p.287.

¹⁵⁸ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Cor, etnicidade e formação de classe no porto no Rio de Janeiro: a sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908*. In: *Revista Usp*, São Paulo, n.68, dezembro-fevereiro 2005-2006, p. 194.

uma caixa de resistência para auxiliar e defender seus associados em caso de greve ou quando se virem coagidos em sua liberdade em defesa da classe".¹⁵⁹

Já em seu novo estatuto de 1906, manteve as atribuições de auxílio mútuo – contemplando a geração de “aulas de instrução, jornal de propaganda, uma biblioteca” e o fornecimento de “auxílios pecuniários aos sócios enfermos, e funeral para os que falecerem dentro da capital ou em Niterói”, sugerindo “fundar uma Caixa de resistência para auxiliar e defender os seus associados em caso de greve ou quando se virem coagidos em sua liberdade, em defesa da classe” e “prestar defesa gratuita e obrigatória, no caso de prisão, perseguição injusta e abusos de que seus associados possam ser vítimas”.¹⁶⁰

Embora no seu momento de fundação houvesse apenas vinte e cinco indivíduos reunidos em assembléia num universo amplo de trabalhadores do café, em poucos meses seus sócios se multiplicaram de forma intensa, chegando a cerca de quinhentos filiados no ano seguinte. Cândido Manoel Rodrigues, capitão de tropa das Docas Nacionais, negro e nascido em Macaé no ano de 1869, foi um dos principais responsáveis pela fundação da entidade e nela estaria presente até muitos anos depois, inclusive disputando cargo na direção durante as eleições de 1913.¹⁶¹

Como já foi bastante enfatizado pela bibliografia, a composição étnica e racial da Sociedade Resistência era bastante marcada pelas “heranças da escravidão”, ou seja, grande parte dos seus sócios eram negros e pardos assim como os carregadores descritos pelos viajantes durante o século XIX, que em sua grande maioria eram escravizados ao ganho.

Maria Cecília Velasco pôde efetuar uma consistente pesquisa através do cruzamento entre fontes das quais teve acesso, como as fichas¹⁶² dos primeiros sócios da União dos Operários Estivadores e da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, bem como os registros da Casa de Detenção do mesmo período. Assim, a historiadora pôde observar que apenas 23,5% dos trabalhadores de tropa sócios do sindicato Resistência eram brancos, e destes pouco mais da metade era composta de estrangeiros. Entre os pretos e pardos eram todos nascidos no Brasil com a

¹⁵⁹ARANTES, Érika Bastos. *O Porto Negro: trabalho, cultura...Op. Cit.*, p. 72.

¹⁶⁰Idem, p. 72.

¹⁶¹ *A Época*, Rio de Janeiro, 18/03/1913.

¹⁶² A autora trabalha com amostras, analisando cerca de 353 fichas.

exceção de um africano, o que nos permite pensar na possibilidade de muitos libertos e seus descendentes terem continuado nesse espaço de trabalho, como é comum na tradição portuária.¹⁶³

TABELA 5

Cor e Nacionalidade dos sócios da

Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café,

1910-1929

	Branços	Pretos	Pardos	Total
Brasileiros	40	219	50	309 (87,5%)
Portugueses	25	---	---	25 (7,1%)
Italianos	18	---	---	18 (5,1%)
Africanos	---	1	---	1 (0,3%)
Total	83 (23,5%)	220 (62,3%)	50 (14,2%)	353 (100%)

Fonte: Arquivo Morto da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Fichas de Sócios. A autora optou por reunir todos os mestiços sob a classificação “pardo”, a fim de tornar os dados compatíveis com as categorias por cor do IBGE.

Cruz defende que apesar da composição étnica e racial da cidade e da região portuária como um todo terem se alterado profundamente nos momentos finais do século XIX e início do século XX, os trabalhadores portuários e em especial as categorias envolvidas com o carregamento e descarregamento de produtos, a estiva, a arrumação dos mesmos nos trapiches e armazéns, possuíam uma composição majoritariamente negra. A autora destaca ainda sobre a Resistência:

Se a composição social da classe trabalhadora carioca foi refeita de modo radical com a chegada contínua dos imigrantes, o mesmo não ocorreu, pelo menos nas mesmas proporções, entre os operários do porto do Rio de Janeiro. (...) Os brasileiros e os pretos e pardos predominavam na força de trabalho portuária, tanto em terra como no mar. A Resistência era um reduto negro,

¹⁶³CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições Negras na Formação...Op. Cit.*,p.271.

indicando que os escravos e os homens livres de cor seguraram com unhas e dentes os seus postos de trabalho, apesar de terem sofrido a concorrência dos imigrantes, principalmente dos portugueses.¹⁶⁴

A historiadora Erika Arantes também aponta indícios nesse sentido, a partir de dados colhidos na casa de detenção no período compreendido entre 1901 e 1910, o cruzamento com documentação relacionada aos sócios, e posterior constatação de que a maioria dos trabalhadores portuários presos eram negros e pardos. Como coloca a autora, apesar desse elemento poder indicar apenas a repressão concentrada nos indivíduos dessa cor de pele, o perfil apontado pelas fontes condiz com aquele existente entre os trabalhadores da estiva e carregadores durante o século XIX.¹⁶⁵

Para além da composição predominantemente negra no sindicato, a história da Sociedade Resistência possui outras características que saltam aos olhos dos pesquisadores sobre o mundo do trabalho e o movimento operário carioca na Primeira República, que trata-se de sua sólida organização entre os operários de café e sua posição bastante ativa nas lutas cotidianas contra seus patrões.

Além da “greve geral” de 1903 já narrada anteriormente, a greve de 1906 também é expressão desses embates e consistiu numa dura batalha contra as forças policiais e o patronato, sendo bastante noticiada pela imprensa local. Seu início se deu na madrugada do dia 20 de agosto, quando no *Jornal do Brasil* foi noticiado que alguém havia sinalizado à polícia de que na hora de iniciar o trabalho de carga e descarga do café, os trabalhadores entrariam em greve nos trapiches localizados no bairro da Saúde. Na manhã seguinte, foi constatado nos armazéns de café que os mesmos não responderam à chamada nos trapiches da Saúde, Docas Nacionais, Ordem, Frias, Rio de Janeiro, Ypiranga, Mauá, Costeira, Damião, Silvino, Marítima (seção de café) e Novo Comércio, que não puderam iniciar o serviço. Horas depois, cerca de sessenta e dois homens alheios ao trabalho portuário foram alocados nos quatro primeiros trapiches citados (a mando da Comissão das Obras do Porto), onde o trabalho foi então iniciado. Contudo, por volta de onze horas da manhã, as comissões de grevistas conquistaram a

¹⁶⁴CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo: estivadores, Op.Cit.*, pag. 233 e 234.

¹⁶⁵Ver ARANTES, Érika Bastos. *O Porto Negro: trabalho, cultura...Op. Cit.*

adesão desses carregadores de café, e ao meio dia o comércio do produto já estava parado em toda a praça do Rio de Janeiro.¹⁶⁶

O motivo dos acontecimentos estava em um boletim colocado na sede do Sindicato Resistência, onde se lia a seguinte mensagem: “*Por deliberação da assembléia geral extraordinária efetuada a 19 do corrente, ficou resolvido que em vista de não ser atendido o pedido de 20 réis em caixas de batatas, e também de não ter sido aceito o companheiro **encarregado do trabalho** do trapiche da Saúde, a mesma resolveu por unanimidade de votos pedir aumentos de preços em todos os volumes e por dia, produzindo uma tabela que a mesma associação vai apresentar, sendo a tabela geral de preços para todos os trapiches e trabalhadores de café*”. Com o acontecido, a entidade organizou a paralisação do trabalho, entrou em sessão permanente e a greve foi iniciada.¹⁶⁷

A greve incorporou tanto o setor cafeeiro quanto o trapicheiro, porém só o primeiro estava representado no Centro do Comércio de Café da cidade, enquanto vários comissários, ensacadores e exportadores também estavam próximos à Associação Comercial do Rio de Janeiro e as firmas trapicheiras não estavam ligadas a nenhuma associação. Dessa forma, os associados reunidos na sede formulavam uma tabela salarial ampla, abrangendo todos os diferentes tipos de serviço feitos pelos trabalhadores de tropa.¹⁶⁸

Após algumas reuniões, a tabela apresentada pelos trabalhadores foi aceita com algumas alterações e o fim da greve chegou a ser declarado, mas no dia seguinte algumas firmas que haviam assinado o termo não cumpriram o que concordaram. Além disso, quando os trabalhadores chegaram para iniciar o serviço, viram que homens estranhos já trabalhavam em duas importantes casas de café com a escolta de policiais. De volta a sede do sindicato Resistência, os grevistas concordaram em paralisar novamente a categoria, voltando ao trabalho apenas com a efetivação das condições já acordadas pelos patrões. Nesse momento, ganharam ainda o apoio dos estivadores, que entraram em greve no dia 23 de agosto.¹⁶⁹

¹⁶⁶ *Jornal do Brasil* (Operariado), Rio de Janeiro, 19/12/1904, p.2

¹⁶⁷ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo: estivadores, Op.Cit* . p. 278.

¹⁶⁸ Idem, p. 278.

¹⁶⁹ Idem, p.280.

No dia 24, porém, surge uma tentativa de fragmentação do movimento por parte dos trapicheiros, que recusando propostas dos trabalhadores, ofereceram pagar mais 15% sobre os valores antigos, mas em compensação exigiam que os carregadores entrassem no interior dos navios atracados, fazendo assim o serviço executado pelos estivadores. O advogado da Resistência Evaristo de Moraes, assim como seu presidente Aristides de Souza não aceitaram a contraproposta e a partir daí foi colocado um grande impasse. Com a posição inflexível dos trabalhadores por um lado, e a pressão dos comerciantes de café por outro, foi decidido pela divisão da tabela em dois blocos, deixando para ser discutido posteriormente com os estivadores a questão dos trapicheiros. Foi concordado então que o trabalho fosse retomado no dia seguinte, sem qualquer prejuízo para os estivadores.¹⁷⁰

Em assembléia na sede do sindicato na noite do mesmo dia, os trabalhadores souberam que a greve havia chegado ao fim no setor do café, mas que ainda estava indefinida a situação dos trapiches. Nessa mesma reunião, os grevistas recusaram de forma unânime a proposta dos trapicheiros e tentaram articular iniciativas para manter a greve, enquanto os estivadores resolveram apoiar materialmente o movimento e se propuseram ainda a construir uma greve geral, se necessário.¹⁷¹

O presidente da Associação Comercial acionou então o Chefe da Polícia alegando intransigência por parte dos operários dos trapiches, e solicitando a liberdade de trabalho daqueles que optassem por trabalhar, o que significava na prática, a repressão contra os grevistas. O chefe de polícia determinou então a prisão imediata de qualquer indivíduo que impedisse os operários de trabalhar, enquanto os trabalhadores fizeram um “comício de solidariedade operária” em frente à sede da Resistência, onde declaravam publicamente estarem juntos aos estivadores, já que sua luta consistia na mesma luta dos carregadores.¹⁷²

A partir desse momento o movimento dividiu-se em várias frações contra os trapiches, e a repressão policial se intensificou cada vez mais contra os trabalhadores grevistas se estendendo até meados de setembro, quando o movimento começou a se decidir pelo fim da greve. Grande parte das firmas consentia em pagar os 15%, mas mantinha a exigência de que os “trabalhadores de carroto” entrassem nas embarcações,

¹⁷⁰ Idem, p.281.

¹⁷¹ Idem, p. 281.

¹⁷² Idem, p.282.

enquanto outras não aceitavam nem uma coisa nem outra. Contudo, os trapiches Reis, Comércio, Rio de Janeiro e Moinho Fluminense concordaram com as condições do Sindicato Resistência desde o final de agosto e, portanto, voltaram a operar normalmente.¹⁷³

No dia 30 de agosto, o Ministro da Indústria e dos Transportes determinou que os trapiches geridos pelo governo deveriam começar a pagar os 15% reivindicados, e alguns dias depois, o sindicato anunciava que voltara a funcionar. Aos poucos também voltavam os trapiches, que foram aceitando um por um as condições da Resistência, ou faliam. A polícia ia se recolhendo da região portuária e a imprensa não mais noticiou sobre a greve, até sua finalização por completo.¹⁷⁴

O *Correio da Manhã*, no dia 14 de outubro de 1906, dedicou grande parte de seu espaço para uma matéria sobre a entidade e os resultados da greve, acompanhada de fotos da diretoria, do estandarte da associação e de parte dos associados. Apesar de a matéria ser um pouco extensa, vale a pena ser recuperada:

Reproduzimos, hoje, as fotografias obtidas por nosso representante fotográfico no domingo último, por ocasião da festa de inauguração do estandarte dessa valorosa associação operária. Fundada a 15 de abril de 1905, sob os auspícios da União dos Estivadores, ganhou bem cedo vida própria e autônoma sob a hábil direção do seu presidente Aristides Figueira de Souza, secundado por dignos companheiros diretores. Aumentou seu prestígio e valimento decretando greve geral nos trapiches e nas casas de café, em data de 13 de agosto último. Nesse trabalho (ilegível) eticamente auxiliado pelo advogado Evaristo de Moraes a quem uma assembléia concedeu o título de sócio comum, por não querer o mesmo profissional, honras nem distinções no seio das sociedades operárias. Presentemente, e em razão da greve, (ainda não de todo terminada) obtêm os carregadores – quase todos sócios da Resistência (como eles lhe chamam) – salários relativamente elevados, gozando de regalias que nunca tiveram. Por isso mesmo, o número de sócios da Associação, que era de 900, no início da greve é hoje de 2.423 de um acordo com um pacto de solidariedade firmado entre as respectivas diretorias, por deliberações de assembléias gerais, são material e moralmente solidárias com a Associação e as (ilegível) dos Foguistas, dos Estivadores, dos Carvoeiros, dos Marinheiros e Remadores, das Costureiras de sacos e dos Carroceiros e Cocheiros. Constituem sua atual diretoria os trabalhadores em trapiche e café seguintes: Aristides Figueira de Souza, presidente; Valdemar José Cruz, 1º secretário; Joaquim Ramos; Cyrillo de Lima, tesoureiro; Arthur

¹⁷³ Idem, p.283.

¹⁷⁴ Idem, p.283.

de Paula Costa, procurador; e Rufino Ferreira da Luz, fiscal geral. Em cada trapiche ou casa de café coloca a sociedade um representante do trabalho, reconhecido pelo industrial que emprega a “tropa” e respeitado pelos companheiros, que a compõem. Para manter a boa ordem e a necessária disciplina, existem muitos fiscais que são também carregadores, usando uma chapa especial, que é o distintivo de sua categoria. A estes auxiliares do fiscal geral compete dar partes ou queixas, bem como resolver pequenos incidentes e aplinar dificuldades momentâneas e dúvidas entre operários ou com os patrões. Para os sócios desobedientes, faltosos ao cumprimento dos deveres sociais, bem como maus companheiros, há penas severamente aplicadas, que vão desde a tirada do cartão (que os impossibilita por alguns dias de trabalhar) até a expulsão da sociedade. As reclamações trazidas pelos comerciantes e industriais ao conhecimento do fiscal geral ou da diretoria, são atendidas prontamente, bem como as dos operários, quando ofendidos em seus direitos. Enfim – é uma associação de gente laboriosa e honrada, que harmoniza os interesses do Capital com os do Trabalho e pode servir de exemplo a muitas outras.¹⁷⁵

¹⁷⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14/10/1906.

FIGURA 2



Legenda da foto: Estandarte ha dias inaugurado como foi noticiado pelo Correio da Manhã.

Fonte: Correio da Manhã de 14/10/1906.

FIGURA 3



Legenda da foto: Alguns sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café.

Fonte: Correio da Manhã, 14/10/1906.

FIGURA 4



Legenda da foto: Diretoria da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café em companhia do seu advogado Evaristo de Moraes.

Fonte: Correio da Manhã de 14/10/1906.

Como podemos observar, além dos dados fornecidos por Maria Cecília Velasco e Cruz e Érika Bastos, as fotos acima retratam o grande contingente de associados negros que possuía a entidade, além da própria direção, também composta de negros e mestiços.

Ainda sobre o movimento grevista de 1906, reproduzimos abaixo o manifesto escrito em 13 de agosto do mesmo ano – ainda durante a greve – pelo presidente da entidade naquele momento, Aristides Figueira de Souza, onde o mesmo chama os trabalhadores para a luta, em um tom bastante combativo:

Aos trabalhadores em trapiche e café. Companheiros Avante! O proletariado brasileiro, não podia, por mais tempo, deixar de levantar os seus protestos,

desde que o regime da injustiça social, da desigualdade de classe, não está limitado por fronteiras, senão que é universal. Ele quer dignificar-se, quer que o seu trabalho única fonte de toda riqueza social, não represente mais, para ele, a miséria, e para os que nada fazem a riqueza. Pois companheiros, é chegado o momento de nós pedirmos o aumento de salário, porque o homem que trabalha tem o direito de contratar as condições que pode trabalhar, dando valor ao seu serviço mediante um acordo com os patrões. Pois nós somos os únicos que nem existem leis em nosso favor, mas sim; em favor dos patrões dando plenos poderes de nos impor a tantos vexames a ponto de que quando nós queremos propor um acordo pedindo aumento, tendo por resposta navios, torpedeiras, Marinha e Polícia para nos intimidar e perdermos a coragem e o direito de puxar pelos nossos interesses. Pois, companheiros tenham coragem de pedir o aumento de salários pois é um direito que nos assiste como trabalhador. A nossa conduta nos fortalecerá na luta, a nossa união nos dará vitória sem violência, no terreno em que nos coloca o interesse da nossa classe. Viva os Trabalhadores em Trapiche e Café! Viva a Greve Geral da Classe!¹⁷⁶

Já em janeiro de 1908, dois anos após a greve, a Resistência passa por uma alteração formal em seu nome passando de uma associação de classe a um sindicato formal, e como era de se imaginar, esse fato provoca descontentamento no setor patronal do comércio de café, que não reconhecia a alteração. No dia 8 de outubro, no *Correio da Manhã*, é publicado um extenso artigo escrito pelo advogado Evaristo de Moraes a respeito desse embate:

(...)Os carregadores ocupados nos armazéns de café e nos trapiches tinham fundado, em 1905, uma associação de classe a que denominaram “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”. Foi esta associação que, a 10 de janeiro do corrente ano, resolveu, em assembléia, transformar-se em Sindicato, obedecendo a tendência geral do movimento operário em todo mundo civilizado. Feita a instalação, foram remetidos os documentos exigidos por lei ao exmo. Sr. Procurador Geral da República, ao tabelionato de hipotecas e à Junta Comercial. Examinados os documentos pela procuradoria da República, foi expressamente declarado que estava em condições legais de funcionamento a nova instituição. Representante legítimo da classe, era natural que o Sindicato procurasse, por todos os meios conciliatórios, obter a asseguaração das vantagens já conseguidas desde 1906, pela Sociedade de Resistência. Foi o que intentou, encontrando infelizmente da parte de alguns comerciantes a mais injustificada prevenção. Pouco conhecedores da organização industrial do nosso tempo e do valor que, por toda parte, vão tendo as coligações operárias, eles não querem, antes de tudo, reconhecer no sindicato uma personalidade jurídica, uma entidade coletiva,

¹⁷⁶ Artigo de jornal contido no caderno pertencente a Aristides Figueira de Souza. Não possui data e jornal de publicação.

uma pessoa moral, com a necessária capacidade para tratar em nome dos seus consócios e por eles resolver, *aliás protegendo, também, indiretamente os não-associados*. Uma das causas principais da reação, imprudentemente fomentada no seio do comercio, é a falta de compreensão da legalidade e dos fins honestos e lícitos do Sindicato. Essa ojeriza patronal se dirigia, ao princípio, contra a palavra Resistência, que soava a alguns ouvidos como uma voz de rebeldia e de desordem. Agora as prevenções de certa parte do comercio se acumulam em volta do SINDICATO, que parece espantar e causar pavor. Nem valeu para dissipar essa lamentável impressão, a independente e criteriosa atitude do preclaro professor e jurista Souza Bandeira, advogado do Centro de Comercio de Café. Sabedor emérito dos progressos do Direito Industrial, conhecedor da legislação universal a esse respeito, e como sincero democrata, o dr. Bandeira aconselhou ao Centro abandonasse o princípio carrancista que animava alguns dos seus sócios, e francamente entrasse em negociações com o Sindicato. Foi nesse sentido que a diretoria do Centro fez redigir, por seu advogado, a minuta de uma escritura, com a qual o Sindicato, sempre conciliador, se conformou. As grandes casas ensacadoras e exportadoras, em cujo seio há quem conheça a excelência da organização sindical – como existe na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos – não fizeram a menor opposição à escritura, que seria o reconhecimento do Sindicato Operário. Há porém, uma minoria reacionária que ainda quer guardar, no comercio de café, a tradição do tempo antigo, do tempo em que o trabalhador não tinha consciência dos seus direitos, Há, mesmo – para que não dizê-lo – quem, por educação e por índole escravocrática, ainda lamenta a gloriosa jornada de 13 de maio e mal consiga distinguir o salariado livre do mísero escravizado de outrora! Foi essa minoria que, por uma tática cheia de egoísmo, e subjugou os espíritos, obrigou a diretoria a pedir demissão, desmoralizou o advogado e, correndo à polícia e ao governo, rompeu com o Sindicato. Nessa manobra ia (toda gente o sentia) a provocação da greve e o intuito, sem sequer disfarçado, de fundar outra associação operária, explorando ódios de raça... Desde sua primeira reunião, alguns patrões lembraram o alvitre de dividir os trabalhadores e atira-los uns contra outros, diminuindo-lhes o prestígio. Veremos o que têm maquinado.¹⁷⁷

O texto deixa claro que o embate entre a entidade e a patronal se acirrou intensamente desde a greve de 1906, e frente à profunda organização dos trabalhadores associados, a patronal teria usado de distintos mecanismos para sua desmobilização e divisão, gerando conflitos entre os trabalhadores visando ainda à construção de outra associação ligada aos patrões. Outro elemento importante colocado no texto consiste na pressão feita pelo patronato sobre a direção do sindicato, aparentemente obrigando-a a pedir demissão, além da desmoralização do próprio advogado frente aos trabalhadores. Sobre “o ódio de raça” citado por Evaristo, refere-se ao grande conflito ocorrido dentro do sindicato durante uma assembléia em 13 de maio de 1908, que mudaria os rumos do sindicato, fazendo com que centenas de associados se desligassem da entidade. O evento foi extensamente explorado pela imprensa da época e pela historiografia do

¹⁷⁷Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 08/10/1908, p.1.

movimento operário do início do século, e será discutido de forma mais detida nas páginas seguintes.

3.2 Influências socialistas na formação do sindicato

Como já desenvolvido anteriormente, o Sindicato dos Operários Estivadores e o Sindicato Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café tiveram fortes ligações com as idéias que se propagavam naquele momento na cidade do Rio de Janeiro, fossem elas libertárias ou socialistas, e isso se refletia diretamente nas lutas travadas pelas duas entidades. Como coloca Velasco e Cruz:

Na fundação da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café há, portanto, projetos e dimensões de classe que ultrapassam os limites estreitos das ações e desejos dos capitães, alguns decerto ambiciosos e nada altruístas. Impossível dissociá-la, por conseguinte, do momento histórico em que ocorreu e da ebulção produzida entre os trabalhadores de tropa pelo surgimento de um movimento operário na cidade como um todo, e na região portuária especificamente. Os comícios frequentes, os cortejos operários com seus estandartes e música, a circulação de mensagens universalistas de conteúdo socialista ou libertário, o esforço de mobilização dos estivadores e a força comunicativa das vitórias de inúmeras greves já acontecidas criaram as condições favoráveis para a elaboração de um projeto político alternativo à proletarianização tangencial e à marginalização social que constituíam a dura realidade de vida daqueles homens.¹⁷⁸

Ademais, tal aproximação nos parece ainda maior quando nos dedicamos a investigar a respeito de algumas de suas lideranças entre os primeiros integrantes da direção da entidade, que eram eles próprios militantes socialistas. Cabe destacar como exemplo o primeiro presidente Aristides Figueira de Souza: carregador, negro, e de acordo com o advogado da entidade, um corajoso e admirável representante dos trabalhadores associados. Em um texto manuscrito do advogado em maio de 1907,

¹⁷⁸ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições Negras na Formação...Op. Cit.*, p. 287.

podemos ler um breve relato sobre a figura de Aristides durante as negociações na greve de 1906:

(...) Aristides Figueira de Sousa, que na presença de Sr. Chefe de Polícia, desembargador Espínola, pleiteou contra industriais e capitalistas, com rara habilidade, os direitos dos seus companheiros, semeando os esforços do advogado e fazendo a exposição dos fatos de acordo com a realidade, que bem e tristemente conhecia! O espetáculo foi deveras imponente: um pobre e humilde carregador, compenetrado dos seus deveres para com a classe, rodeado de patrões, alguns dos quais milionários, discutindo, reagindo, resistindo às ameaças e a mal disfarçadas tentativas de corrupção...¹⁷⁹

Ao que parece, Aristides era um homem simples, porém bastante articulado politicamente e capaz de levar uma reunião de negociação com grandes empresários de forma bastante segura e determinada. Inclusive, se lembrarmos do manifesto escrito pelo mesmo durante a greve de 1906 e reproduzido em algumas páginas anteriores, diríamos que se trata de um militante que tem clareza não apenas das condições de trabalho e vida de sua própria categoria, mas possui inclusive uma concepção socialista de mundo, partindo de noções como o internacionalismo e a fragmentação da sociedade em classes.

Apesar das distintas interpretações na historiografia do trabalho e do movimento operário acerca dos socialistas no Brasil durante o período da II Internacional, que se estendeu de 1889 até 1914, acreditamos que olhar para esse momento histórico com as lentes dos dias de hoje, pode incorrer em alguns equívocos. Como pontua Cláudio Batalha, não cabe ao historiador que se reivindique de esquerda nos dias atuais, atribuir critérios extemporâneos às correntes socialistas do passado, mas sim analisá-las e compreendê-las dentro do contexto em que se situavam, investigando ainda o peso que possuíam em sua época.¹⁸⁰ Sobre as características já levantadas em relação a essa corrente como o desconhecimento do marxismo, a incompreensão da realidade brasileira e a falta de base operária e o consequente apoio a setores da classe média e pequeno burgueses, o autor assinala ainda que:

¹⁷⁹ Trata-se de um caderno existente ainda hoje no atual “Sindicato dos Portuários Avulsos em Capatazia e Arrumadores no Comércio Armazenador no Município do Rio de Janeiro”. O caderno pertencia ao próprio Aristides Figueira de Souza e além do texto manuscrito do advogado, possui recortes de jornais e anotações do primeiro presidente da associação.

¹⁸⁰ BATALHA, Cláudio. *O Socialismo no Brasil na época da II Internacional: uma revisão de algumas interpretações correntes*. XVº Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1991, p.2.

Os socialistas brasileiros que atuaram na última década do século XIX e nos primeiros anos deste século podem não ser marxistas pelos critérios de hoje, mas seriam classificados como tais pelos critérios de seu tempo.¹⁸¹

Nesse sentido, as origens e a composição dos primeiros grupos socialistas nesse período, que estavam diretamente ligadas aos movimentos abolicionista e republicano, consistiam naquilo que poderia ser chamado de uma “ala esquerda”, ou o que existia de mais avançado naquele contexto, onde existiam setores que percebiam que a República não atenderia aos anseios das classes subalternas.¹⁸²

Retomando o discurso que utiliza Aristides para chamar a categoria a fortalecer o movimento e lutar por melhores salários e condições de vida, além de romper com as fronteiras impostas ao proletariado, são expressões de que os trabalhadores portuários tinham uma atuação política combativa, além de um alto nível de solidariedade de classe expresso na greve de 1906 entre carregadores, estivadores e arrumadores.

Contudo, apesar de bastante admirado por Evaristo de Moraes, advogado e também militante socialista bastante conhecido no movimento operário carioca no início do século XX, o presidente provavelmente teve questões com a entidade às quais o colocaram em posição duvidosa na visão dos trabalhadores. No *Correio da Manhã* do dia 18 de agosto de 1907, apenas três meses após o texto do advogado, é emitida uma pequena nota no *Correio da Manhã* a respeito do sindicato anunciando:

Por ordem da assembléia geral ordinária realizada em 10 do corrente, foi expulso pela segunda vez desta associação o Sr. Aristides Figueira de Souza, em vista de que o mesmo é pernicioso à classe e como tal não pode fazer parte desta associação.¹⁸³

É bastante curioso que haja tamanha discrepância entre a personalidade descrita por Evaristo, e a pessoa citada na nota anterior, considerando que os termos “pernicioso para a classe” possui carga bastante pesada, quanto mais se tratando de um membro

¹⁸¹BATALHA, Cláudio. *A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX* in: Moraes, João Quartim (org.). *História do marxismo no Brasil*, vol.II. Campinas, Unicamp, 1995, p.11.

¹⁸² Idem, p.28.

¹⁸³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro 18/08/1907, edição 04022.

expulso pela segunda vez da associação através do voto dos trabalhadores em assembleia. Todavia, tal expulsão pode estar relacionada à tática de pressão sobre as lideranças da entidade por parte do patronato após a greve, como explicitou Evaristo em texto anterior.

É uma pena, no entanto, o fato das historiadoras Maria Cecília Velasco e Érika Bastos – as duas principais pesquisadoras que se debruçaram sobre as fontes ligadas à história da Resistência – não terem se atentado a esse fato e sequer terem mencionado o nome de Aristides em seus trabalhos, uma vez que se tratava da principal figura de liderança da associação no momento de sua criação. Ao longo da pesquisa efetuada nos periódicos e em material consultado no atual Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro, pudemos observar – ainda que não profundamente – que esse sujeito tratava-se de um personagem importante nos primeiros momentos da história do sindicato, o que veremos adiante.

No caderno pertencente ao próprio Aristides, também é possível vermos uma publicação do jornal *A Época* no dia 6 de novembro de 1912 em sua defesa, apesar de não constar o motivo das acusações de cinco anos atrás. Acima do recorte de jornal, Aristides escreve à mão a seguinte legenda da publicação:

Retrato tirado e publicado pelo “*Época*” de 6 de Novembro de 1912 e de Aristides Figueira de Sousa, rua Martha da Rocha, s/n., Pílares, na ocasião que o Sr. Antonio Augusto Pinto Machado tratava de organizar o “4º Congresso Operário Brasileiro” realizado nesta Capital Federal de 7 a 13 de Novembro de 1912, no Palácio Monroe. Sendo Presidente da República o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Inspetor da Guarda Civil, Coronel Pedro (ilegível) Campos e Chefe de Polícia Dr. Belizário Tavora do qual solicita a minha exoneração da Guarda Civil de 2ª classe sob o número 75 a 8 de setembro de 1912.¹⁸⁴

Acompanhado do retrato de Aristides, seguiam os dizeres do jornal:

¹⁸⁴ Caderno de memórias pertencente a Aristides Figueira de Sousa.

O retrato que hoje damos acima é o de um companheiro dos mais distintos, no momento, do meio do operariado desta cidade, onde é com justiça estimado. Foi o principal fundador da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e foi o seu primeiro presidente. A sua ação naquele meio foi tão criteriosa, que falsos amigos do operariado vendo a simpatia de que ele ali gozava e conhecendo nele um caráter sincero, incapaz de traficar com a sua associação e com seus companheiros, moveram-lhe uma guerra perversa que o obrigaram a mudar de vida, pois não podia trabalhar entre seus antigos companheiros que, movidos pela perversidade dos maus companheiros, não o deixaram trabalhar. Foi ser guarda civil e, tempos depois, fundou a Liga do Operariado do Distrito Federal, com o redator dessa coluna, com Figueiredo do Albuquerque e Isaias do Amaral. Na fundação dessa Liga foi encontrar a sua antiga S. de R. dos T. em Trapiche e Café quase dissolvida e meteu mãos à obra, ajudando a também a erguer-se, o que conseguiu com os poucos companheiros que ainda encontrou. Deixou a guarda civil e veio de novo para o nosso meio, e ei-lo ali a trabalhar para a Liga e para a organização do 4º Congresso Operário Brasileiro. Trabalhador infatigável, companheiro sincero, seria grave injustiça, no momento em que sua antiga Sociedade de Resistência e a sua Liga Do Operariado do Distrito Federal se erguem no meio do operariado brasileiro, deixando de mencionar o seu nome nessas colunas como um dos que mais se tem dedicado a esse belo empreendimento. É o que fazemos no leal companheiro, com o preito da sinceridade que a ele nos prende.¹⁸⁵

¹⁸⁵ Caderno de memórias pertencente a Aristides Figueira de Sousa. Não foi encontrada a matéria no jornal A Época na data referida, porém acreditamos que a nota teria sido escrita por Antonio Augusto Pinto Machado.

FIGURA 5



Fonte: Caderno de memórias pertencente a Aristides Figueira de Sousa.

É importante demarcar que o jornal *A Época* foi lançado em 31 de julho de 1912, e tinha uma linha política abertamente contra o governo do presidente Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) e, portanto, ao Partido Republicano Conservador (PRC) e a imprensa que o adulava. Mariano Garcia¹⁸⁶, militante socialista conhecido

¹⁸⁶ Para saber mais sobre a trajetória do militante socialista Mariano Garcia, ver: TERRA, Paulo Cruz, *Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)* Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2012 e BATALHA, Cláudio. *A difusão do marxismo e os socialistas*

pela historiografia do movimento operário carioca na Primeira República, era redator da seção “Coluna Operária” deste mesmo jornal, e junto ao próprio Aristides e a Antonio Augusto Pinto Machado, fundaram a Liga do Operariado do Distrito Federal por volta de 1912¹⁸⁷.

Investigando mais a respeito desses militantes no jornal *A Época*, pudemos ver que os três apareciam também com frequência ligados à Confederação Brasileira do Trabalho e à Comissão da União dos Inquilinos, além de Aristides constar como o responsável pela publicação de um jornal chamado “A voz do operário” também no mesmo ano. No texto abaixo, escrito por ele no jornal *A Época* no dia 15 de janeiro de 1913, logo abaixo da coluna de Mariano Garcia, Aristides argumenta com um tom bastante agitado – condizente com o de um dirigente sindical – sobre a necessidade dos trabalhadores se mobilizarem, além de falar sobre a lei de deportação dos estrangeiros¹⁸⁸ que se envolvessem na política local. Com o título: “Quem tem razão? – A reação é necessária”, escreve:

O que presentemente se passa no Brasil, passa-se em toda a parte do mundo, porque existe explorados e exploradores. Não pode deixar de merecer nossa atenção o pouco caso com que os grandes senhores, absolutos dirigentes desta infeliz terra tem por todos nós operários e proletários que vivemos exclusivamente do pão de cada dia, ganho com os maiores sacrifícios. Que fazem ou esperam os homens que mandamos ao parlamento? Alguém de boa fé poderia dizer que temos um parlamento como o que possuímos no regime monárquico? Ninguém. Em todos os tempos, aqui, e em toda a parte do mundo, os representantes da nação são eleitos pela soberania popular, e, quando se sentam em suas cadeiras, fazem alguma coisa pelos que os elegeram, honram o seu mandato. Hoje, os que nos representam que são os representantes da nação e do município, só tratam dos seus interesses particulares, não são capazes de fazerem uma lei que preste em nosso benefício. Não estão vendo, além de tudo isso, que não querem que reclamemos pelos nossos direitos e que, ao contrário disso, só legislam contra nós que somos os fatores do progresso e da grandeza nacional? Querem mais esses representantes? Essa lei de expulsão de estrangeiros abrange os brasileiros, e estes em situação pior porque serão enviados para o Acre ou para Ilha das Cobras, por qualquer falta que cometam. E então? Que fazemos que não reagimos contra essa lei? Estão dormindo ou com medo de protestar

brasileiros na virada do século XIX in: Moraes, João Quartim (org.). *História do marxismo no Brasil*, vol.II. Campinas, Unicamp, 1995.

¹⁸⁷ Parte do estatuto da Liga do Operariado do Distrito Federal pode ser encontrada na edição de número 00185 do jornal *A Época* do dia 31/01/1913.

¹⁸⁸ Trata-se do Decreto N° 1641, aprovado em 7 de janeiro de 1907 de autoria do então senador Adolpho Affonso da Silva Gordo, que ficaria conhecido como “Lei Adolpho Gordo” ou simplesmente “Lei Gordo”. O decreto foi promulgado como lei complementar à Constituição Federal, objetivando impor as regras que permitiam a expulsão de estrangeiros pelo Poder Executivo. Em 1913 a lei é reformulada visando uma maior perseguição aos estrangeiros que se envolvessem com a movimentação política no Brasil.

contra essa lei? Devemos nos agitar e as classes em geral e protestar contra essa lei, porque com o medo e com a covardia nada se obtêm. Não quero dizer que devemos perturbar a ordem pública, não; o que queremos é que protestemos todos dentro do justo e do razoável. A felicidade de um povo é feita por si mesmo e dos poderes constituídos da Nação nada podemos esperar senão a tirania e a opressão. Para onde serão expulsos esses nossos companheiros que para aqui vêm trabalhar e contribuem com os seus braços para a grandeza de nossa terra? Tanto no Brasil como em outra qualquer parte do mundo, o trabalhador está sempre em sua terra; tem direito a viver porque trabalha e as terras só são divididas pelas águas que a cercam, e, em toda parte se nasce, vive e morre. Estão vendo os companheiros que os homens que legislam e que governam, não ligam a menor importância aos que trabalham, e esse operariado não pode ser indiferente a tantos sofrimentos, a tantas injustiças e opressões. Tudo quanto nos é imprescindível a nossa subsistência está ficando pela hora da morte e em pouco estaremos reduzidos a maior desgraça, trancados na burra do capitalista a nossa vida, ficando cada vez mais escravizados. A justiça nos abandonou, enganando-nos. É preciso reagir.¹⁸⁹

Apesar de uma tímida defesa da Monarquia como podemos notar no texto, temos aqui mais evidências de que o primeiro presidente do sindicato Resistência mantinha estreitas relações com militantes socialistas da época como Mariano Garcia, Evaristo de Moraes, Augusto Pinto Machado, e que o próprio Aristides era sem dúvida um militante socialista com uma sólida trajetória de militância após passar pela direção do sindicato. Infelizmente não possuímos registros de sua vida e atuação antes de 1905 quando a Resistência é fundada, mas podemos levantar a hipótese de Aristides já ser um militante antes mesmo da fundação da entidade. Apesar de tais apontamentos não aparecerem de forma tão explícita nas pesquisas anteriormente realizadas a respeito da Resistência, acreditamos que esse é um ponto crucial que merece ser refletido de forma mais detida em pesquisas futuras.

Cabe enfatizar, entretanto, que de qualquer forma o processo de fundação do sindicato teve fortes influências de cunho socialista, para além dos vários elementos de continuidade da organização já existente entre os escravizados ao ganho nesse setor de trabalho. O grande desafio talvez seja encontrar um equilíbrio entre a noção já exposta pela historiografia do trabalho onde é colocada uma predominância da interferência imigrante na construção do movimento operário do início do século XX, e por outro lado, as heranças de luta e resistência que deixaram os trabalhadores escravizados.

¹⁸⁹ A *Época*, Rio de Janeiro, edição de 15/01/1913.

O que pudemos constatar dentro dos limites do trabalho aqui proposto, é que após a expulsão de Aristides em 1907 houve várias investidas do advogado Evaristo de Moraes defendendo-o publicamente, o que também poderia significar uma tentativa de sua própria defesa, já que pouco tempo depois (em março de 1909) Evaristo também não seria mais o advogado oficial da Resistência.¹⁹⁰ Além disso, pudemos observar que em 16 de março de 1913, ocorrem novas eleições para a direção do sindicato, e apesar de Aristides ter concorrido novamente ao posto de presidente, obteve 121 votos e não foi eleito¹⁹¹. Evidentemente esse fato demonstra que mesmo após a expulsão, o carregador pôde voltar a ser sócio da entidade, o que pode ter ocorrido após esclarecimentos posteriores do qual não temos conhecimento. O que pudemos encontrar no mesmo periódico foi mais uma defesa de Aristides por parte de Evaristo poucos dias após as eleições citadas acima, em publicação do dia 29 de março de 1913, onde o advogado transcreve o ofício recebido por Aristides na época de sua saída. Tal ofício pode significar uma pista sobre a provável campanha de difamação a respeito do carregador:

Tendo em tempo alguém feito referências pouco lisonjeiras ao nosso bom companheiro Aristides Figueira de Souza procurando malquistá-lo no meio do operariado, pretendendo fazer crer que ele ficou mal no meio de seus ex-companheiros de classe, na associação de que foi ele o iniciador e o seu primeiro presidente e nós querendo ter uma ocasião de dar um desmentido formal a essas infâmias assacadas contra esse digno companheiro, para aqui transcrevemos hoje um ofício que o mesmo recebeu em 1908, quando ele se retirou daquela associação. A publicação desse ofício há de por força destruir as calúnias movidas contra esse companheiro, cujo prestígio no seio da classe é grande, a ponto de despertar ciúmes aos que não sabem se impôr. Eis o ofício: “Ilmo Snr. Aristides F. de Souza, saudações. Competentemente autorizado pelo Snr. Francisco Guilherme das Chagas, presidente desta associação, tenho a cientificar-lhe que a Assembléia deliberou que se nomeasse uma comissão afim de sindicar si com efeito S. S. se achava coagido no trabalho. A mesma comissão informando se teve ciência de que S.S. só não trabalhava o dia que não queria, portanto resolveu devolver os seus documentos convicta da sua inocência em face do que éramos sabedores. Quanto a liberdade do cartão para o trabalho, a mesma Assembléia nada deliberou. É tudo o que tenho a dizer-lhe a tal respeito, o autorizando a fazer desta resposta o uso que lhe convier. Paz e Justiça – José Cardoso de Moraes Rego, 1º Secretário. Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 1908.”¹⁹²

¹⁹⁰Na edição de 18 de março de 1909 do *Correio da Manhã* é possível verificar que nesse momento o advogado da entidade era Oscar da Rocha Cardoso.

¹⁹¹A *Época* publicado em 18/03/1913, p. 6.

¹⁹²A *Época* publicado em 29/03/1913, p. 6.

Sabemos que a perseguição política por parte da patronal era bastante recorrente naquele período, além dos vários mecanismos de deslegitimação e desmobilização do movimento dos trabalhadores através de campanhas de difamação públicas contra os militantes e dirigentes operários e ao que parece, a expulsão de Aristides acontece com esse propósito. No artigo abaixo, Evaristo confirma essa tática usada por parte da polícia e do patronato desde o ano de 1906, a qual acusava algumas lideranças do sindicato de serem indivíduos “estranhos à classe” após a greve deste ano:

Nunca se ofereceu melhor ocasião para ser feita a prova da parcialidade ou da imparcialidade da polícia perante esse conflito industrial que vem sendo travado, desde algum tempo, entre patrões e operários, no comércio de café. Deram os jornais notícia de um abaixo-assinado que anda correndo as casas dos ensacadores e comissários no qual se fazem alusões diretas à nossa humilde pessoa e à gloriosa associação que em agosto último, nos chamou para seu advogado. Há (para exemplo) no dito documento períodos desta qualidade: “Os trabalhadores dos armazéns de café encarregados dos serviços de carga, descarga, baldeação e ensaque de café sempre viveram satisfeítíssimos com a sua situação e com os proventos que lhe advinham do seu trabalho. Se alguma vez apresentaram reclamações, fizeram-no sem imposições e por isso mesmo atendidas com toda a solicitude quando eram reconhecidamente justas. Ultimamente, porém, *indivíduos estranhos à classe*, iludindo os trabalhadores com promessas irrealizáveis, conseguiram que se fundasse uma sociedade pretextada indispensável para defender e *advogar* os interesses destes últimos.” Note-se que do tal papel constam os grifos. Chega ser cruel a ironia dos seus signatários quando descrevem a *satisfação enorme*, a felicidade extraordinária, em que viviam mergulhados os trabalhadores! Tudo isso para atirar às costas de um humilde advogado – a honrosa responsabilidade da organização operária. Pois bem, usando da linguagem com que nos atacam, diremos: - É MENTIRA, E MENTIRA ODIOSA, ESSA QUE RESULTA DAS FRASES TRANSCRITAS, E DESAFIAMOS A QUALQUER HOMEM SÉRIO DO COMÉRCIO DE CAFÉ A CONTESTAR O QUE VAMOS ESCREVER. A tão malsinada e malquistada Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café nasceu do seio da União dos Operários Estivadores, em abril de 1905. Foram seus fundadores, entre outros, o atual presidente Aristides Figueira de Souza e o procurador Arthur Paulo da Silva, *ambos carregadores de café*. Antes de sermos chamado para advogar os interesses da dita agremiação operária – o que somente se deu, como dissemos, em agosto deste ano – já fora seu patrono o distinto profissional forense e conhecido homem de letras, dr. Silva Marques. Eis como, em breves traços, se destrói, mais uma vez, a estranha balela de termos sido *inventores* da atual organização operária... A verdade é que, antes dessa nossa volta para a atividade da propaganda socialista, já existiam a União dos Operários Estivadores, que tem quase o feitio e o funcionamento de um sindicato; a Sociedade União dos Fogueiros, que, com outros advogados, já pleiteara importantes causas: a referida e sempre atacada Sociedade dos Carregadores; a dos Trabalhadores em Carvão e

Mineral, que também tivera anteriormente outros advogados. Ao certo, a única diferença entre a situação desses ilustres colegas e a nossa consiste em termos entrado na liça com os nossos francos ideais socialistas e não nos considerarmos *advogado judiciário*, e sim um trabalhador intelectual, que experimenta, com serenidade, a aplicação do sistema sindicalista no Brasil. Daí, dessa diferença de situações, nascem o despeito, a raiva, o ódio, a guerra contra nós agitados por esses que sentem diminuição dos seus fartos lucros e temem a ação do operariado consciente e de olhos abertos. Liquidado fica este ponto, de caráter todo pessoal, e a ele não voltaremos, salvo o caso de alguém (não anônimo) ousar desmentir qualquer dos fatos por nós alegados. Indaguemos mais uma vez: que querem agora os patrões do café? Eles não o dizem claramente, mas dão a entender no tópico do abaixo-assinado em que assim se exprimem: “Manda a verdade que declaramos, exmo. Sr. Dr. Chefe de polícia, que todas as exigências por parte desses homens tem sido por nós aceitas, pois, do contrario, seria para nós a paralisação do serviço, visto como não se encontra quem queira substituir os trabalhadores congregados, receosos das agressões à mão armada tantas vezes prometidas e não raramente executadas. Isto, esmo. Sr., porque até há bem pouco tempo faltou aos não grevistas o amparo da polícia para garantir-lhes a vida.” Para quem sabe que não se deram as aludidas agressões; para quem, por observação direta, reconhece que a maioria absoluta dos carregadores, se não sua totalidade, pertence hoje á sociedade operária – é claro o intuito dos signatários do estranho documento. ELES QUEREM VER SE, COM AJUDA DA POLICIA, QUEBRAM OS PACTOS E CONVENÇÕES QUE ACEITARAM LIVREMENTE. Cumpra a alta autoridade, para a qual apelam proceder, como esperamos, com essa criteriosa imparcialidade que a natureza das suas funções determina e o regime democrático exige. Aguardemos os fatos.¹⁹³

Como esclarece o advogado, o patronato junto à polícia criou uma política aberta de repressão aos trabalhadores e em especial trabalhadores militantes, fazendo o uso de medidas que tinham como objetivo fragmentar a categoria, criando conflitos entre os próprios operários. Dizer que “indivíduos estranhos à classe” manipulavam os trabalhadores com idéias irrealizáveis era claramente uma tática de atribuir aos trabalhadores (os nacionais em especial) uma suposta passividade frente aos conflitos contra os patrões e, portanto, significava dizer também que qualquer forma de organização política mais desenvolvida era alheia aos interesses dos mesmos e deveria ser, portanto, rejeitada.

Nesse sentido, é evidente a forte influência dos trabalhadores europeus em todo o processo de organização e sindicalização dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro, e por outro lado, as reações do governo junto à classe capitalista frente a essa intensa interferência, a qual não foi prevista pelos mesmos com o projeto de vinda dos

¹⁹³ A *Época*, publicado em 29/12/1906, edição 01996, p. 3.

imigrantes nas décadas anteriores. Sendo assim, a lei de deportação dos trabalhadores estrangeiros que se envolvessem na política local criada em 1907, nada mais é que uma medida desesperada por parte dos patrões e governos frente a esse quadro de intensa ebulição política que se alastrava entre os trabalhadores do mundo todo, incluindo o Brasil.

É importante refletir, no entanto, sobre distintas possibilidades acerca desses elementos e sujeitos envolvidos ao inseri-los dentro de um contexto e espaço repleto de interesses políticos antagônicos como consiste um sindicato de trabalhadores. Sabemos que em qualquer instrumento de organização operária existem inúmeras divergências e disputas políticas em movimento, e o que pode ter motivado o afastamento do ex-presidente da associação poderia estar diretamente ligado a divergências políticas que não pudemos ter ciência nesta pesquisa.

Contudo, para tentarmos analisar a realidade desde uma perspectiva mais ampla, bem como formular questões que nos aproximem de pistas mais concretas nessa busca, faz-se necessário abordarmos outros aspectos a respeito de nosso objeto e os indivíduos envolvidos, que muito contribuem para a investigação.

É nesse sentido que propomos discutir o aspecto relacionado aos conflitos internos e a divisão dos trabalhadores do setor cafeeiro, abordando o conflito ocorrido em 13 de maio de 1908, bastante refletido pela historiografia do movimento operário do início do século XX, e geralmente mostrado pela historiografia do trabalho e do movimento operário carioca como um suposto conflito étnico e racial entre os sócios do Sindicato Resistência. O tema será tratado a seguir.

3.3. O conflito do dia 13 de maio na sede do Sindicato Resistência

No dia 13 de maio de 1908, em uma assembléia de trabalhadores na sede da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, uma grande discórdia se deu entre os mesmos, tomando grandes proporções históricas e políticas na

bibliografia especializada no movimento operário carioca, bem como na história do próprio sindicato.

Segundo a imprensa, o conflito ocorrera por conta da eleição de um sócio estrangeiro para a presidência – antiga função de Aristides Figueira de Souza – e outro para a tesouraria do sindicato, contradizendo o disposto no estatuto social, que dizia que associados estrangeiros não poderiam ocupar cargos de direção. A briga foi instaurada pelo português Antonio Henrique e Henrique Roseira, deixando feridos o próprio português e outros três sócios, um português branco e dois negros brasileiros. O *Jornal do Brasil* do dia 14 de maio de 1908 anunciava em letras garrafais o título da matéria “Conflito entre operários: luta de extermínio de estrangeiros e nacionais”:

(...) No domingo último houve uma assembléia para eleição para os cargos vagos de Presidente e Tesoureiro e casual ou propositalmente predominava nessa reunião o elemento estrangeiro, sendo eleitos por maioria sensível os Srs: José Fernando Ribeiro, Presidente, e Manuel Antônio Dias, Tesoureiro ambos de nacionalidade portuguesa, acrescentando que o primeiro está na falta do pagamento de dois meses de contribuições. Tal feito foi motivo de apaixonados comentários entre os associados, que se dividiram em dois grupos que a cada canto discutiam calorosamente o caso e estrangeiros e nacionais afastavam-se do terreno social, para o sempre perigoso das nacionalidades, vasto campo onde os mais desarrazoados preconceitos são lamentavelmente explorados ao sabor dos temperamentos mais ou menos irrequietos. Assim foram passando os dias e horas cada vez se tornando mais pesada a atmosfera de ressentimentos, que chegaram até a ódios mal concebidos e justificáveis. (...) A essa hora já era grande o número de sócios presentes, que ao meio-dia e 40 minutos elevava-se ao respeitável número de 300, mais ou menos, sendo então pelo Presidente da assembléia, declarado que, havendo número legal de sócios, estava aberta a sessão. Lido o expediente pelo Secretario da mesa e ninguém desejando falar sobre o mesmo, declarou o Sr. Presidente que ia passar-se à ordem do dia a posse da nova diretoria. Pela ordem, pede a palavra o Sr. Rosendo Alfredo dos Santos, brasileiro. Os sócios presentes estavam divididos em dois grandes grupos distintos – estrangeiros e nacionais – cada qual do seu lado. Sentia-se o tumulto no ar, prestes a rebentar. (...) Subiu à tribuna o Sr. Rozendo, que atacou violentamente o resultado da eleição de domingo último, pois entre os eleitos havia dois estrangeiros, sendo que, além disso, o presidente eleito, além de estrangeiro, como já havia dito, estava em atraso de dois meses de mensalidades, sendo por isso duplamente nula a eleição. Este discurso exacerbou os ânimos e, de parte a parte, irromperam violentos os aplausos e assuadas. Seguiu-se com a palavra o Sr. Rufino Ferreira da Luz, que abundou nas mesmas idéias expendidas pelo Sr. Rozendo. Ia em meio o discurso deste orador, quando da parte do grupo dos estrangeiros rebentou forte vaia, ouvindo-se gritos de – Fora! Batia-se com os pés, cadeiras e bengalas, enquanto os nacionais aplaudiam o seu adepto. Fez-se um segundo de silêncio e o estivador Antonio Henriques, armado de revólver gritou: - Eu sou homem! Em seguida disparou a sua arma a esmo. Já então, ao seu lado, o seu

colega Henrique Roseira, de navalha em punho, ameaçava céu e terra. (...) Levantaram-se todos e o conflito rebentou tremendo, formidável. (...) Logo próximo a porta estava caído um dos feridos que era Antonio Henriques, com três ferimentos por bala(...) O seu estado é desesperador. Antônio Pereira, cor preta, 24 anos, (...) recebeu ferimento por bala no terço médio da perna direita, sendo lisonjeiro o seu estado. Candido Francisco Pinto de Almeida de cor preta, 38 anos, (...) ferido por bala na região anterior da coxa direita, que foi atravessada pelo projétil, indo este encravar-se na parede. (...) Manuel Rodrigues de cor branca, de 45 anos de idade, viúvo, português, trabalhador, morador à ladeira João Homem, ferido por bala na perna direita. (...) Removidos os feridos tratou a polícia de fazer seguir para a Delegacia os apontados como autores do conflito, sendo por isso presos Manuel Mathias dos Santos, de cor preta, (...)Etelvino José da Silva, de cor preta, (...)Rafael Serrato Munhoz, espanhol, (...), Alberto Marques Loureiro, português, (...), José da Paz Cabral, português, (...) e Manuel da Silva, português. (...) A polícia tendo dado busca no prédio, encontrou oculto atrás de portas as seguintes armas: cinco revólveres embalados, dois com as cápsulas detonadas, três facas, um punhal e muitos canivetes e punhais. (...) são apontados por muitas testemunhas, como autores dos ferimentos, nas pessoas referidas, os espanhóis Rafael Serrato Munhoz e Gumercindo Ferro de Souza.¹⁹⁴

Como é enfatizado na matéria, o conflito pareceu ser desencadeado exclusivamente por questões étnicas, já que segundo o estatuto do sindicato os membros da direção não poderiam ser estrangeiros, resolução essa aparentemente desobedecida pelos mesmos. Inclusive, o jornal alimenta em todo o texto essa divisão dos trabalhadores associados entre estrangeiros e nacionais, “cada qual a seu lado”, como forma de reforçar essa fragmentação entre os mesmos, e por outro lado, reduzir a potência de sua organização.

No periódico *O Século* de 14 de maio, o jornal anunciava de forma mais contida sobre o evento:

(...) Tratava-se da posse do presidente da referida sociedade, José Fernandes Ribeiro e do tesoureiro Manoel Antonio Dias, ambos estrangeiros. Sendo, pela lei que rege essa agremiação, vedado o cargo de diretor a todo e qualquer estrangeiro, o sócio Rozendo Alfredo dos Santos, na assembléia, pediu a palavra e protestou contra essa inadmissível irregularidade. Foi o bastante para que se formassem dois grupos: um a favor do protestante, outro contra. Falou depois o Sr. Rufino Ferreira da cruz, que não conseguiu acabar com o seu discurso, sufocado pela algazarra que faziam. Antonio Henrique, revólver em punho, disparava tiros, exaltando ainda mais os ânimos e provocando os adversários. Um outro, Henrique Roseira, que também apoiava o presidente estrangeiro, brandia uma navalha. (...) Do conflito

¹⁹⁴ *Jornal do Brasil*, 14/05/1908, edição 00135.

saíram feridos Antonio Henrique, um dos promotores da desordem, que se acha em estado gravíssimo; Antonio Pereira, Cândido Francisco Pinto de Almeida e Manoel Rodrigues. (...) Entre os 300 operários difícil era prender os agressores. Foram, entretanto, levados para a delegacia: Manoel Martins Santos, Etelvino José da Silva, Raphael Serrato Munhoz, Gumercindo Ferro Louzada, Alberto Marques Loureiro, José Paes Cabral e Manoel da Silva, que depois de prestarem declarações foram metidos no xadrez. Depois de tudo acalmado, a polícia apurou que os causadores do conflito foram Raphael Serrato Munhoz e Gumercindo Ferro Louzada, tendo por esse motivo posto todos em liberdade, com exceção destes.¹⁹⁵

Passado alguns dias após o ocorrido, Antonio Henrique faleceu de uma peritonite provocada pelo tiro recebido na região dos intestinos, o que fez com que os sócios Roseira, Munhoz e Lousada fossem culpados de homicídio. E durante o inquérito da polícia, apesar de algumas divergências nos depoimentos de outros trabalhadores que estavam na assembléia, todos foram enfáticos ao explicar que os associados estrangeiros não podiam compor a diretoria por cumprimento às regras impostas pelo decreto n° 1.637. Oito associados informam ainda, que a eleição foi concretizada por um pequeno grupo “de modo quase oculto” ou “clandestinamente”, já que não havia sido anunciada “com a devida antecedência”, mas “no dia... e isso mesmo em um só jornal”, impedindo assim uma votação de fato democrática.¹⁹⁶

Cruz coloca ainda que desses oito trabalhadores, três informaram que além de mal divulgada, a eleição foi “cabalada”, ou seja, de acordo com Rufino Ferreira da Luz, negro, brasileiro, para a reunião “cabalaram fortemente os sócios Henrique Roseira, Raphael Munhoz, Gumercindo Ferro e Fuão Ayres”, que além de pedir votos “em atitude ameaçadora”, foram também “os mesários no dia da eleição”. Os operários Philomeno e Mathias incorporaram a esse grupo os nomes de Antonio Henrique e Constantino Vasquez, deixando de fora o de Ayres. Todos eles, entretanto, apontam o português Antonio Henrique, o brasileiro Roseira e os espanhóis Munhoz e Lousada como responsáveis de interromperem violentamente os discursos naquele dia, porém não são unânimes ao apontar o responsável pelo primeiro disparo.¹⁹⁷

¹⁹⁵ *O Século*, 14/05/1908, edição 00524, p.2.

¹⁹⁶ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Cor, etnicidade e formação de classe...Op. Cit.*, p.191.

¹⁹⁷ *Idem*, p. 192.

Os acusados por sua vez, modificam seus argumentos durante os inquéritos e não fazem qualquer alusão ao decreto federal sobre a criação de sindicatos profissionais e suas normas, dizendo ainda que “a eleição desgostou a um pequeno número de sócios” e não à maioria deles, e foi feita “sem infração dos estatutos sociais”, ou seja, estava dentro da legalidade. Cruz chama atenção à recorrente referência dos acontecimentos à lei, seja com o decreto 1.637 ou aos estatutos sindicais, e aponta que é a partir dela que a eleição dos portugueses se dá, o que permite que alguns a chamem de ilegal e ilegítima, e outros justamente o contrário. Para a historiadora, é por essa divergência de posições que o embate acontece, surgindo apenas no momento posterior as questões relacionadas à cor e nacionalidade dos associados, porém tal elemento parece ser desconsiderado pelos historiadores que se debruçaram sobre a análise do ocorrido.¹⁹⁸

A abordagem mais frequente ilustra um conflito abertamente étnico e racial como expressão da competição entre trabalhadores brancos e negros, brasileiros e imigrantes europeus, tendo como sustentação o elemento da composição majoritariamente negra do sindicato, além da afirmação de que após o ocorrido houve uma redução drástica no número de associados. Assim como coloca Cruz, essa seria uma evidência para a alegação de que as rivalidades étnicas e raciais consistiam num elemento central para a difícil tarefa de construir o movimento operário no Brasil e em especial no Rio de Janeiro na Primeira República.¹⁹⁹

Boris Fausto e Sheldom Maram partem dessa visão e encaram o evento ocorrido no dia 13 de maio como um exemplo da dificuldade em estreitar relações solidárias de classe entre uma classe trabalhadora tão heterogênea que se formava, num contexto de intensa competição no mercado de trabalho assalariado. Maram acrescenta ainda, que por vezes os conflitos étnicos ou raciais impediram a organização de trabalhadores na cidade, permitindo ainda a decadência de alguns sindicatos no setor portuário. Em relação ao conflito na sede da Resistência, o autor afirma que este ocasionou um grande declínio para a entidade, fazendo com que o número de associados caísse brutalmente

¹⁹⁸ Idem, p.192- 193. Para outras abordagens sobre o conflito, ver FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 4.ed. São Paulo: Difel, 1986; MARAM, Sheldom Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1900 e MCPHEE, Kit. *Um novo 13 de maio: Trabalhadores portuários afro-brasileiros no Rio de Janeiro, 1905-1918*. In: Gomes, Flávio; Domingues, Petrônio (orgs.). *Políticas da raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

¹⁹⁹Idem, p.193.

de 4.000 para 200 em apenas um ano, e que sua reorganização só foi possível com a eleição de uma nova direção.²⁰⁰

Marli Albuquerque, que se debruçou especificamente sobre os estudos ligados aos trabalhadores portuários recusa essa afirmação, avaliando num sentido oposto que entre estes a solidariedade de classes era intensa, destituída de qualquer conteúdo racial e que travavam seu combate exclusivamente contra os empregadores.²⁰¹

Já Kit Mcphee no artigo *Um novo 13 de maio: Trabalhadores Portuários Afro-brasileiros no Rio de Janeiro, 1905-1918*, faz uma leitura do ocorrido de forma mais abrangente, porém sem desconsiderar a tensão entre os trabalhadores imigrantes e afro-brasileiros associados ao sindicato. O autor também insere na discussão a questão das divergências entre os chamados sindicatos “vermelhos” e “amarelos” já expressa por Maram e Fausto, entretanto apresenta discordância com essa interpretação. Nas palavras do autor:

Os primeiros foram caracterizados como majoritariamente administrados por imigrantes e guiados por ideologias anarcossindicalistas que procuravam derrubar o governo nacional ou causar mudanças radicais nas relações trabalhistas, colocando os sindicatos de trabalhadores no cerne dos processos decisórios. Muitos destes estavam situados nas grandes fábricas que floresciam no Norte e no Oeste da cidade. Além disso, o que distinguia os sindicatos “vermelhos” era sua predileção pela greve e sua clara dívida ideológica para com os movimentos da Europa Ocidental. Seu crescimento no Brasil esteve, portanto, diretamente associado com a imigração proveniente da Espanha, da Itália e de Portugal, regiões em que o anarcossindicalismo foi muito influente. Já os sindicatos “amarelos” se satisfaziam em tentar melhorias por meio da conciliação e da arbitragem, sendo dominados por organizações com uma proporção elevada de filiados brasileiros (e afro-brasileiros). Os sindicatos marítimos são o exemplo mais importante. Em sua maioria inexperientes na dinâmica da atividade sindical organizada, esses sindicatos “amarelos” foram acusados de fazer um “pacto faustiano” com o Estado e com o setor privado. Batizadas pelo historiador Boris Fausto de “trabalhismo carioca”, as táticas de tais sindicatos foram recebidas como um legado da ordem pré-republicana, que era caracterizada pela cooptação paternal da classe trabalhadora (muitas vezes, escravos contratados) por parte da elite comercial (muitas vezes, senhores de escravos). Essa ordenação das relações no ambiente de trabalho tinha como base a natureza informal da arbitragem patrão-subordinado formada nos preceitos pré-abolição. Embora pouco a pouco perdesse terreno para os movimentos anarcossindicalistas que surgiam entre os trabalhadores imigrantes, continuou sendo o centro do movimento pós-abolição para aqueles trabalhadores que estavam dispostos à colaboração classista. Essa tendência foi particularmente visível no setor portuário do Rio de Janeiro, onde, em comparação com o porto paulista de Santos, os imigrantes europeus confrontaram trabalhadores nacionais bem organizados. A diferença entre os sindicatos “amarelos” e os

²⁰⁰MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes...Op. Cit.*, p.31.

²⁰¹ Albuquerque, Marli B. M. *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro, 1904-1920*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.

“vermelhos” tinha, portanto, um componente étnico que impediu o desenvolvimento de um movimento dos trabalhadores mais unido na cidade durante esses anos. De acordo com Fausto, para os trabalhadores “amarelos”, “os ecos da escravidão ainda tinham um peso cultural considerável”, que, quando combinado com a chegada de imigrantes na cidade, criou disputas e favoreceu uma divisão no interior da classe.²⁰²

Mcphee desconfia dessa interpretação tão propagada pela historiografia do trabalho da qual atribui aos trabalhadores portuários características como passividade e acomodação, pontuando que a partir dessa visão estreita de classe acerca do Rio de Janeiro no período pós-abolição, questões relativas à cidadania, consciência étnica, história organizacional e injustiças ocupacionais específicas são deixadas de lado.²⁰³

O autor complementa seu argumento trazendo ainda alguns elementos a respeito da política do Sindicato Resistência em relação aos imigrantes e militantes europeus associados, onde mostra que em correspondência com a Federação Operária de Santos, assim como em várias reuniões com outros sindicatos portuários, a entidade mostrou-se ciente do número cada vez maior de “agitadores estrangeiros” que estavam sendo forçados a deixar o país, e de um modo geral, “*a reação dos membros apontava para a importância da autoproteção étnica ao lado da solidariedade para com a classe trabalhadora como um todo.*”²⁰⁴ O autor acrescenta ainda que nesse contexto de deportação, os trabalhadores de tropa dos armazéns contribuíram financeiramente para que alguns filiados estrangeiros voltassem para casa, fosse por motivo de doença ou por vontade própria.²⁰⁵

Nesse sentido, Mcphee opina que apesar de contradições existentes nas relações entre os trabalhadores em meio à competição no mercado de trabalho, a fusão entre a continuidade da organização de trabalhadores já existente antes da abolição – expressa, por exemplo, no papel dos fiscais na Resistência – com o método de organização e criação de sindicatos no modelo estrangeiro, foi crucial para a formação da entidade. O autor pontua:

²⁰²MCPHEE, Kit. *Um novo 13 de maio: Trabalhadores portuários afro-brasileiros no Rio de Janeiro, 1905-1918*. In: Gomes, Flávio; Domingues, Petrônio (orgs.). *Políticas da raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p.280-281.

²⁰³ Idem, p. 282.

²⁰⁴ Idem, 290.

²⁰⁵ Idem, p.290.

A constituição da Resistência foi, então, uma combinação de solidariedade étnica e racial com uma consciência de classe que começou a formar os trabalhadores do Rio de Janeiro na geração que se seguiu à abolição. Um fato importante é que isso esteve associado tanto com a proteção dos interesses afro-brasileiros quanto com a percepção de que o sindicalismo era uma maneira de garantir direitos econômicos no contexto da intensa competição com trabalhadores imigrantes na zona portuária da cidade.²⁰⁶

No artigo *Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908*, Cruz defende que o embate de maio de 1908 estava diretamente ligado a uma assembléia ocorrida em janeiro do mesmo ano, isto é, a assembléia extraordinária que decidiu transformar a Sociedade de Resistência em Sindicato de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. E que inclusive o processo de desligamento em massa dos associados não ocorreu de fato, apesar de naturalmente ter sido alterada a dinâmica da entidade.

No mesmo artigo Cruz aborda sobre o movimento dos patrões iniciado em agosto de 1908, com a ação das firmas Casemiro, Pinto & C. e Fernandes, Moreira & C., que trocaram os carroceiros de café por carroceiros de praia, que por sua vez passaram a fazer o serviço de manuseio do café transportado com pessoal próprio, ocupando assim uma área de trabalho das tropas. No dia 13 desse mês, os trabalhadores decidiram “sítiar uma casa de café por cada vez”, e dias depois tiraram comissões responsáveis para ir aos depósitos dessas firmas e negociar a volta da carga e descarga das carroças para os sócios do sindicato. Tal reivindicação não foi atendida e assim, todos os trabalhadores que estavam arrumando o café nos armazéns interromperam imediatamente seus serviços.²⁰⁷

Após grande repercussão, vários comissários assinaram um ofício onde os empresários Casemiro, Pinto & C. relatavam ao Centro do Comércio de Café a atitude dos trabalhadores alegando “coação sofrida”, reivindicando o “direito de agir com toda a liberdade, servindo-se de pessoas não filiadas ao Sindicato”, o que causou a apresentação de uma nova tabela de preços para os serviços de transporte e

²⁰⁶ Idem, 286.

²⁰⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25/08/1908; *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 27/08/1908.

armazenagem por parte do sindicato. Enquanto isso, cerca de quarenta companhias cafeeiras reuniu-se para decidir sobre a situação chegando inclusive a cogitar a possibilidade de um *lockout*, porém a negociação por via do advogado prevaleceu.²⁰⁸

Contudo, foram surgindo inúmeros desacordos entre os empresários até que 68 companhias proprietárias de veículos acionaram o chefe de polícia solicitando proteção contra os associados do sindicato, que estariam supostamente ferindo o seu direito de trabalhar. No mesmo dia foi divulgada uma nota bastante ofensiva em relação à idéia de acatar qualquer acordo que resultasse numa reserva de mercado para os sócios do Sindicato Resistência, e a partir daí, uma série de textos de cunho racista por parte dos patrões veio a público. Houve ainda tentativas de que fosse concretizado um *lockout*, que deveria ser votado por todas as 162 firmas integradas ao Centro, porém com apenas 61 casas a favor e a negativa de destacadas firmas exportadoras e ensacadoras, a medida foi rejeitada e voltaram-se as negociações visando o acordo.²⁰⁹

Após sete dias sem qualquer resolução, as firmas boicotadas aceitaram sugestão do Centro do Comércio de analisar melhor as ambições do sindicato, que foi feito por via de um pedido das bases para uma negociação. Evaristo de Moraes solicitou então uma suspensão de oito dias, prazo necessário para ser assinado um compromisso definitivo por escritura pública e encaminhou a minuta de acordo com a convenção coletiva. Velasco e Cruz explica a questão:

A escritura estabelece a exclusividade do serviço para o pessoal fornecido pelo Sindicato; detalha preços e horários de trabalho; estipula as funções e competências do capitão de tropa e do fiscal de turma; prescreve regras de comportamento para os integrantes da tropa; e ainda cria um conselho permanente de conciliação e arbitragem formado por três ministros do Supremo Tribunal Federal, determinando procedimentos de arbitragem e regras para a substituição dos árbitros, em caso de impedimento.²¹⁰

Uma reunião foi marcada então pra 16 de setembro com o objetivo de avaliar o documento, a qual terminou num clima de tensão e sem acordos entre as partes. Além

²⁰⁸CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Cor, etnicidade e formação de classe...Op. Cit.* p.200.

²⁰⁹Idem, p.200.

²¹⁰ Idem, p.201.

disso, a proposta de convenção coletiva de trabalho de Evaristo de Moraes fora transformada na questão fundamental dos adversários da Resistência, encarada por parte dos comissários como uma capitulação vergonhosa e arriscada por parte dos patrões aos operários. Chamando de “a maior das vergonhas para todos nós”, um grupo de cafezistas anônimos registra:

(...) se a habilidade do advogado do Sindicato de Resistência, composto de *trabalhadores boçais*, levar de vencida os negociantes...Uma *escritura passada em tabelião* é coisa séria. As nossas firmas representam alguma coisa: não precisava a coletividade, uma só poderia garantir essa escritura; mas da parte do Sindicato, *quem* a garante? O Sr. Evaristo de Moraes, hoje, advogado do Centro?²¹¹

O caráter racista da nota é evidente. O uso do termo “boçal” explicita a visão acerca dos africanos trazidos ao Brasil como seres selvagens, não-humanos, e os associam aos membros da entidade, que como era sabido pelos empresários, eram em sua grande maioria, negros. Além disso, seu conteúdo deixa claro que a disposição dos patrões em aceitar as condições dos trabalhadores era mínima, e sendo assim, pouco ou nada fariam para um futuro acordo.

Nos dias seguintes à reunião, apenas 13 companhias assinaram a escritura proposta pelo advogado, e na assembléia do dia 23 de setembro a convenção foi recusada e a diretoria se afastou do cargo. Houve uma nova tentativa de acordo por parte de representantes do Sindicato, mas ninguém assinou o termo, embora muitos se mostrassem dispostos a empregar os operários de sempre. Entretanto, numa mudança repentina, a nova diretoria já havia começado a articular ações contra o Sindicato e já havia acertado com a Associação dos Proprietários de Veículos a distribuição de trabalhadores e carroças, além de terem a garantia da polícia de que os carroceiros de praia seriam protegidos. Lançaram ainda uma proposta final ao sindicato de que os salários seriam mantidos, porém exigiam total liberdade de escolha do pessoal, sendo

²¹¹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 18/09/1908.

sócios da Resistência ou não, implicando na proibição de qualquer intervenção dos fiscais.²¹²

Na mesma reunião, o secretário do Centro de Comércio afirmou à comissão de trabalhadores que só a receberia enquanto representantes de “trabalhadores livres”, e de forma alguma enquanto representantes do Sindicato, o qual sequer seria reconhecido. Para os trabalhadores, no entanto, sua liberdade era materializada justamente no sindicato, ou seja, na organização coletiva que os mesmos criaram e desenvolveram com as lutas, forjando sua autonomia e independência em relação ao patronato e, portanto, associar a entidade à servidão era claramente uma afronta. E como não podia deixar de ser, a tensão se amplificou e as negociações foram suspensas com a presença da polícia nas ruas e um novo desvio no movimento patronal.

Cruz defende que foi todo esse contexto de luta entre as classes o que resultou no afastamento dos membros da entidade e acrescenta ainda que aconselhados por Evaristo, os trabalhadores não fizeram uso de sua arma maior, isto é, a greve geral da classe, e resgataram apenas a arriscada tática do boicote às firmas que haviam demitido seus parceiros de trabalho, o que limitou os resultados de suas ações. Após um mês de embates isolados e pulverizados, até as companhias que contratavam preferencialmente os membros do sindicato concordaram em substituir os carroceiros que se proclamassem impossibilitados de tirar o café das casas boicotadas, fazendo com que os carroceiros solidários à Resistência se encontrassem em um impasse: ou afastavam os “insubordinados” ou seriam substituídos pelos carroceiros de praia. A partir daí, tropas inteiras foram demitidas, de modo que o sindicato ficasse totalmente de mãos atadas após o tempo perdido com a longa negociação.²¹³

No dia 31 de outubro, a diretoria do Centro de Comércio deu seu “xeque-mate”, fazendo com que as companhias exportadoras concordassem em dispensar os fiscais sindicais causando um enorme dano, e ainda, no ano seguinte Evaristo de Moraes deixara o cargo de advogado da entidade por não concordar com o rebaixamento de seus salários, e o Sindicato volta a ser a Sociedade de Resistência. Nesse mesmo cenário, no mês de março a Estrada de Ferro Leopoldina também resolveu bloquear a entrada de fiscais de turma nos seus armazéns, causando assim a repressão contra os sindicalizados

²¹²CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Cor, etnicidade e formação de classe...Op. Cit.* p. 201-202.

²¹³Idem. p. 202.

e o conseqüente desligamento de centenas de carregadores. Segundo a documentação consultada por Cruz, em fevereiro e março de 1909 ainda houve assembléias com 120 membros ou mais, mas no mês de novembro já era difícil reunir 60.²¹⁴ Sobre esse processo a autora coloca:

Funcionando desde 1905 com base em regras universalistas, a Resistência já consolidara um padrão organizacional baseado na indistinção de cor, nacionalidades e religião, assim como no direito de todos votarem e serem votados. A opção de acatar uma lei que barrava a eleição de estrangeiros para cargos de diretoria introduziu uma cunha na construção do sujeito coletivo. Entrelaçado no clima tenso que levou brasileiros e estrangeiros a desafiarem a decisão soberana de uma assembléia geral, estava decerto um forte sentimento de incerteza política quanto aos rumos da associação. Como aceitar a exclusão e acreditar que a mudança era de forma, mas não de substância?²¹⁵

Essa era a questão colocada após o conflito em maio de 1908 e a escolha do novo presidente no antigo posto de Aristides Figueira de Souza, em março do mesmo ano. Era necessário desconstruir a divisão sentida pelos trabalhadores, fossem eles brasileiros, estrangeiros, brancos ou negros e recuperar a unidade de classe entre todos, golpeando com um só punho a classe patronal. Entretanto, para isso era preciso que fossem rediscutidos os sujeitos organizados na entidade, bem como suas formas de participação.

Assim, foi redigido um novo regulamento interno, escrito por uma comissão constituída pelo antigo advogado da Resistência Evaristo de Moraes e dois trabalhadores (negros), Antônio Pereira – que havia sido ferido na briga – e Rozendo Alfredo dos Santos, grande apoiador do cumprimento da lei. Segundo a ata da assembléia de 20 de maio, em seguida ao artigo que confirmava a indistinção de cor e nacionalidade dos membros associados, foi colocado o seguinte adendo: “*não haverá categorias entre os sócios, sendo todos iguais, obrigados aos mesmos deveres e gozando de iguais direitos, salvos os casos de exercerem funções administrativas*”²¹⁶. E considerando essa pequena vantagem legal colocada aos brasileiros na função de

²¹⁴ Idem, p.202.

²¹⁵ Idem, p. 203.

²¹⁶ SRTTC, Ata da Ass. G. Ext. de 20 de maio de 1908, fls 5 e 6, apud CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Cor, etnicidade e formação de classe...Op. Cit.* p. 203.

direção, no artigo relacionado aos direitos dos sócios, foi adicionado um ponto fundamental “*gozar das regalias, proteções e vantagens asseguradas pela lei de 5 de janeiro de 1907, pelos estatutos, e por este regulamento*”²¹⁷. Ou seja, o que parecia ser um privilégio colocado aos mesmos, logo os transformou em conciliadores em favor de todos os trabalhadores, independente de serem brasileiros, estrangeiros, brancos ou negros.

É importante destacar, no entanto, que as contradições existiam, e embora os valores igualitários de acordo com a tradição socialista estivessem claros nos fundamentos da organização, é possível que no cotidiano das relações entre os trabalhadores pudesse haver elementos de competição ou desavenças relacionadas a questões étnicas ou raciais. Contudo, o destaque aqui proposto vai ao sentido de frisar o conteúdo solidário existente nos documentos referentes às práticas cotidianas da entidade, o que leva a crer que suas ações eram pautadas por esses mesmos valores.

Cruz acrescenta que após o conflito do dia 13 de maio, praticamente nenhum dos estrangeiros envolvidos diretamente no evento abandonou o sindicato, mas ao contrário, participaram de forma orgânica de suas deliberações e instâncias de direção. A historiadora usa como exemplo os sócios portugueses José Fernandes Ribeiro, eleito presidente e afastado em seguida por conta do ocorrido e José Gomes Ferreira, tendo o primeiro exercido o cargo de 1º secretário, e em seguida o de conselheiro.²¹⁸

Outro aspecto importante a refletir acerca do conflito trata-se de enxergar o universo portuário enquanto um espaço predominantemente masculino, onde normas social e culturalmente construídas e associadas à masculinidade são fortemente propagadas e valorizadas. Como aponta Fernando Teixeira da Silva²¹⁹, a violência como forma de expressão e relação entre os sujeitos nesse universo, relacionada a atributos como a valentia e a agressividade são comuns entre os trabalhadores portuários. Segundo os depoimentos dados pelos próprios sócios do Sindicato Resistência, durante

²¹⁷ SRTTC, Ata da Ass. G. Ext. de 29 de maio de 1908, fls 6 e 7, apud CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Cor, etnicidade e formação de classe...Op. Cit.* p.203.

²¹⁸ SRTTC, Termo de Eleição de 19 de março de 1916, Livro de Atas das Ass. G. Ord. E Ext. de 2 de junho de 1914 a 26 de novembro de 1916, fls. 101-3; Termo de Eleição de 10 de março de 1917, Livro de Atas das Ass. G e Reuniões do Conselho de 3 de dezembro de 1916 a 7 de julho de 1918, fls. 20-1 apud CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Cor, etnicidade e formação de classe...Op. Cit.* p. 204.

²¹⁹ Silva, Fernando Teixeira da. *Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos*. In Batalha, Cláudio; FORTES, Alexandre e SILVA, Fernando Teixeira da (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

o tumulto o associado Antônio Henrique teria dito “eu sou homem e brigo”, ao que responderam “pois então, briga-se já!”²²⁰, o que confirma esse aspecto no conflito.

Para além desses elementos, há ainda o fato de que os trabalhadores haviam depositado uma grande expectativa em relação ao decreto 1.637, o qual significaria o pleno reconhecimento e a legitimidade de suas reivindicações e conquistas por parte dos patrões por via de sua instituição. Assim, sua luta pela transformação da sociedade em sindicato e a assinatura em cartório da convenção coletiva de trabalho tinham um significado político bastante importante para os associados, que extrapolava as questões raciais e étnicas supostamente preponderantes no referido embate. E esse é o caráter que nos importa ressaltar, ou seja, seu caráter político.

Como destaca Cruz, ao apoiarem a legalização da Resistência enquanto sindicato, os trabalhadores não tinham ciência de todas as consequências políticas que haveria a partir disso, isto é, todo o esforço em ocupar as brechas abertas às organizações operárias pela lei encabeçado por Evaristo, demandava que a Resistência abrisse mão de um de seus princípios mais valiosos, ou seja, a igualdade de todos os seus associados. Além disso, exigia ainda que o patronato legitimasse o sindicato enquanto órgão oficial da organização dos operários, o que ainda não estava colocado naquele momento. Nesse sentido, os desacordos quanto à estratégia sindical utilizada ainda mantiveram-se por todo o tempo em que os operários foram atacados pelos patrões, e ao fim do mês de setembro, um grande contingente de trabalhadores ainda divulgava a greve geral da classe pela região portuária.²²¹

É importante demarcar, contudo, que a derrota sofrida pelos trabalhadores marcou também o início de uma tentativa de suplantação do desacordo principal, quando em 6 de fevereiro de 1909 os trabalhadores em assembléia aprovaram a alteração do sindicato para o antigo “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”, voltando assim a valer com algumas alterações os estatutos que haviam sido alterados com a lei.²²² Maria Cecília Velasco e Cruz comenta:

²²⁰Depoimento de Arthur Vitor Ribeiro Pereira. AN – Proc. 720, maço 883, apud ARANTES, Erika Bastos. *O Porto Negro: trabalho, cultura e...Op. Cit.*.p.46.

²²¹CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Cor, etnicidade e formação de classe...Op. Cit.* p.207.

²²²Atas de reunião do Conselho de 28/1/1909 e da Ass. G. Ext. de 6/2/1909, fls. 22 e 23 apud CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Cor, etnicidade e formação de classe...Op. Cit.* p. 206-207.

Os trabalhadores haviam aprendido, no processo de luta, que uma coisa era usar as brechas da lei para obter ganhos individuais atuando na arena jurídica. Outra, muito diversa, era converter as brechas da lei em recursos de poder para a conquista de ganhos coletivos no próprio campo da luta de classes. Nesse terreno, num certo sentido o jogo era mais duro, pois a liberdade deixara de estar ao alcance de indivíduos isolados. Por isso o decreto 1.637 e a miragem que ele plantara nas mentes e corações foram deixados para trás. Reafirmar as regras inclusivas da coletividade era uma tarefa bem mais importante do que se manter fiel ao espírito da lei.²²³

Podemos observar, portanto, que a história da Resistência é ainda repleta de aspectos a serem desvendados pelos pesquisadores, e mesmo após essa outra versão a respeito do conflito do dia 13 de maio de 1908 apresentada por Maria Cecília Velasco, algumas questões se mantêm em aberto.

A partir da explanação feita, fica evidente a existência de uma campanha de difamação executada pelos patrões, a imprensa e o governo contra os trabalhadores militantes e em especial os imigrantes, a ponto dos mesmos serem expulsos do país em caso de envolvimento com a política nacional. Isso contribui em certa medida para a visão tão propagada a respeito dos trabalhadores portuários nacionais, vistos como passivos, acomodados e ainda, domesticados pela lógica escravista, mesmo após a abolição. No entanto, pudemos ver que as ideologias socialista e anarcossindicalista tinham sólida inserção nesses espaços de trabalho e organização e alcançavam inclusive trabalhadores nacionais e possíveis descendentes de escravizados, como é um exemplo o próprio líder sindical Aristides Figueira de Souza. Nesse sentido, podemos nos questionar sobre quais os motivos fizeram o primeiro presidente da entidade, carregador, negro, socialista, ser expulso do sindicato pelos próprios trabalhadores em assembléia. Seriam questões de desonestidade, fraude, desconfiança por parte dos trabalhadores que o classificaram como “pernicioso para a classe” ou seriam questões relacionadas às suas posições políticas? Quais as disputas políticas existentes dentro do sindicato e dentro de sua direção? A linha política levada a cabo no setor cafeeiro e apresentada pelos socialistas Evaristo de Moraes e Aristides seria de fato moderada e estariam os trabalhadores numa linha mais radical que a própria direção? A linha adotada por Evaristo e as demais lideranças durante o movimento dos patrões em 1908 foi equivocada? Qual a relação entre a expulsão de Aristides em 1907, a transformação

²²³CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Cor, etnicidade e formação de classe...Op. Cit.* p.207.

da associação em sindicato em janeiro de 1908 e o conflito na sede no mês de maio desse mesmo ano?

Tais questionamentos são ainda difíceis de responder e carecem de pesquisas mais profundas no futuro para serem respondidos, porém são necessários para uma reflexão mais abrangente acerca desse universo tão amplo como é o universo portuário inserido no contexto de formação do movimento operário na Primeira República.

De qualquer forma, há que se reconhecer que o Sindicato Resistência consiste num grande exemplo de ferramenta de luta dos trabalhadores do café e que as categorias de raça e classe andavam de forma conjunta na prática cotidiana dessa entidade, apesar das contradições comumente existentes. Na opinião de Kit Mcphee, a questão racial seria um elemento fundamental na organização desses operários, que além de permitir um maior poder de barganha aos mesmos, era por outro lado reconhecido pelos patrões como suporte para suas reivindicações. Apesar de o autor sobrevalorizar o elemento da nacionalidade dos trabalhadores portuários, o autor escreve:

Confrontados com ondas de imigrantes enviados para reduzir o poder de barganha dos trabalhadores nativos, os afro-brasileiros dedicados ao transporte de café no Rio travaram, por 13 anos (1905-1918), uma batalha violenta com as forças do setor privado. De fato, considerando-se a longa história de monopolização afro-brasileira no setor e sua consciência de que uma mão de obra portuária confiável era vital para a elite exportadora, eles exercitaram seu poder de barganha de maneira mais eficaz do que se reconhece. Durante períodos de greve intensa, os *lockouts* de homens sindicalizados e as tentativas de substituí-los por mão de obra livre muitas vezes falharam por completo.(...) As generalizações sobre a conformidade um tanto “natural” dos trabalhadores portuários do Rio de Janeiro eram afetadas por estereótipos sobre a população afro-brasileira que não se aplicam a uma organização com uma compreensão tão madura e bem desenvolvida no setor. Toda tentativa de entender o comportamento dos trabalhadores do café na cidade (e, aliás, dos trabalhadores marítimos em geral, em sua esmagadora maioria afro-brasileiros) deve evitar julgar a decisão tomada pelos próprios homens, pelo Estado e pelo setor privado em termos estritamente classistas – a autoproteção racial e o nativismo exerceram papel fundamental. Enquanto em outros setores da cidade os imigrantes logo começaram a se infiltrar na força de trabalho, o fato de o setor portuário estar dominado por brasileiros nativos lhes deu uma vantagem crucial quando setores mais “radicais” da classe trabalhadora começaram a lutar por mudanças. Ao introduzir o nativismo na equação, podemos começar a revelar o denominador comum em que se encontravam o Estado e os trabalhadores afro-brasileiros no distrito portuário e a maneira pela qual a raça, embora ausente do discurso oficial, afetou os resultados subsequentes.²²⁴

²²⁴ MCPHEE, Kit. *Um novo 13 de maio: Trabalhadores portuários afro-brasileiros...Op.Cit.*,p. 302.

Portanto, é evidente que o Sindicato Resistência possui uma história bastante alicerçada em elementos provindos da tradição e cultura africanas, que vão além de sua composição racial, a continuação do sistema de organização dos carregadores de café escravizados durante o século XIX e a importante figura do fiscal na mediação com os patrões. O que pudemos observar nesse capítulo ilustra o fato de que os trabalhadores negros tinham plena clareza de quando e como deveriam reivindicar sua negritude de forma a se auto-protegerem na competição cotidiana e, além disso, lutar por melhores condições de trabalho que lembravam muitas vezes as condições existentes no período da escravidão. Por outro lado, os métodos de organização e sindicalização influenciado pelas ideologias européias e compartilhadas pelos trabalhadores imigrantes, também consistem num pilar estruturante da entidade no sentido de contribuir nesse processo de forjar essa ferramenta de luta. Nesse sentido, a solidariedade de classe estava presente no cotidiano desses sujeitos, independente de serem brasileiros, estrangeiros, negros ou brancos, mas porque se reconheciam enquanto trabalhadores.

Num contexto de ebulição política existente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, com um processo de formação da classe trabalhadora e de desenvolvimento do movimento operário como ocorria na cidade e especialmente na zona portuária, o ambiente constituía-se num espaço bastante rico de troca de experiências e influências, o que possibilitou essa combinação de elementos. Entretanto, longe de idealizar um processo harmônico e linear, destituído de contradições, disputas políticas e divergências, acreditamos ser de extrema importância recuperar esse período, destacando os distintos sujeitos envolvidos e suas contribuições deixadas na história da classe trabalhadora brasileira e em especial, a carioca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão negra imprimiu sem sombra de dúvidas, contornos bastante evidentes na história do Brasil e do Rio de Janeiro, assim como no processo de formação da classe trabalhadora brasileira e carioca, fazendo com que sua composição étnica e racial se delineasse a partir desses sujeitos escravizados e libertos, além dos “livres” estrangeiros e os nacionais expropriados e submetidos ao assalariamento.

Pudemos observar, no entanto, que com as várias transformações ocorridas na virada do século XIX para o século XX, não só a composição da mesma se alterou, mas também os mecanismos de organização dos trabalhadores e os modelos organizatórios já se transformavam, como o próprio desenvolvimento de associações e sindicatos dos trabalhadores na cidade, incluindo os portuários.

Nesse sentido, a aproximação com as ideologias difundidas amplamente pelos imigrantes europeus também ganhava mais força com as lutas e greves que estouravam na primeira década do século XX, chegando inclusive a penetrar nos setores de trabalhadores portuários, em especial a ideologia socialista provinda da II Internacional Comunista. Já o movimento operário industrial – que em grande parte se construía nas fábricas localizadas na zona norte e zona oeste da cidade – possuía maior influência por parte das teorias anarquistas e anarco-sindicalistas, encaradas por alguns historiadores como mais combativas e explosivas dentro daquele contexto e período.

Nosso objetivo, contudo, pelo fato de centrar-se na condição dos trabalhadores negros após a abolição e mais especificamente aqueles ligados à história e atuação da Sociedade Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, não abarcava o aspecto mais amplo do movimento operário na cidade, o que inclui o chamado “trabalhismo” ou “sindicalismo amarelo” já apontado pela historiografia aqui abordada. Portanto, apesar de levantarmos esse aspecto na pesquisa, não pudemos aprofundá-lo neste trabalho, porém esperamos fazê-lo em pesquisas posteriores de forma mais detida.

Contudo, o que nos chama atenção em relação aos resultados da pesquisa, consiste na influência direta da teoria socialista sobre os próprios integrantes da primeira direção da entidade, que pudemos constatar a respeito do primeiro presidente do sindicato, o carregador negro Aristides Figueira de Souza. Se por um lado a ingerência dos militantes europeus já havia sido insinuada pelos pesquisadores que se

debruçaram sobre a história da Resistência anteriormente, tal fato em específico nos mostra que além dos valores socialistas terem inserção de forma orgânica entre os trabalhadores brasileiros e descendentes de africanos no período, esses mesmos militantes que se articulavam politicamente buscando o avanço no processo de sindicalização dos portuários nesse período, atuavam simultaneamente em outras frentes, como na luta por moradias ou na construção de ligas operárias na cidade.

Não se trata, todavia, de negar o legado e as várias contribuições enraizadas e deixadas pelos trabalhadores escravizados e libertos no setor portuário que inclusive enfatizamos ao longo do trabalho, mas trata-se de identificar e reconhecer a relação e integração entre as diferentes concepções de luta e resistência provindas desses distintos setores que, numa relação conflituosa e repleta de contradições, deu origem ao Sindicato Resistência. Assim, ainda que de forma difusa e talvez não de todo consciente, apesar dos conflitos no cotidiano existentes entre os associados, a atuação da entidade apontava para a unidade entre os trabalhadores e a não discriminação ou divisão entre os mesmos, fossem eles brasileiros, estrangeiros, brancos ou negros. Nesse sentido, pudemos perceber que embora a questão racial estivesse bastante presente no discurso e atuação do sindicato – que relembra e fazia alusão em vários momentos às condições de trabalho durante a escravidão em comparação às condições daquele período – tal questão era colocada de forma associada à questão de classe, esta situada de forma bastante explícita pelos seus integrantes.

Acreditamos, portanto, que apesar de dificuldades encontradas ao longo do processo de pesquisa, pudemos alcançar nosso objetivo geral que consistia em investigar a situação dos trabalhadores negros no mercado de trabalho assalariado em formação no período imediatamente posterior à abolição em 1888, e mais especificamente acerca do universo portuário e o serviço ligado ao café no porto. Verificando sua grande inserção nesse espaço – o que não significa necessariamente sua exclusividade ou predominância – tivemos a oportunidade de resgatar uma importante ferramenta de luta entre estes trabalhadores que merece destaque na História Social do Trabalho, que consiste na Sociedade Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café.

ÍNDICE DE FIGURAS

***Figura 1 – (pág.101)** *Trabalhadores descarregando mercadorias no porto do Rio de Janeiro.* Apud. Cruz, Maria Cecília Velasco e. “Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930.” In: *Afro-Ásia*, 24 (2000).

***Figura 2 – (pag. 121)** Legenda da foto: *Estandarte ha dias inaugurado como foi noticiado pelo Correio da Manhã.* Fonte: Correio da Manhã de 14/10/1906.

***Figura 3 – (pag.122)** Legenda da foto: *Alguns sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café.* Fonte: Correio da Manhã, 14/10/1906.

***Figura 4 – (pag.123)** Legenda da foto: *Directoria da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café em companhia do seu advogado Evaristo de Moraes.* Fonte: Correio da Manhã de 14/10/1906.

***Figura 5 – (pag.130)** Foto de Aristides de Aristides Figueira de Souza. Fonte: Caderno de memórias pertencente a Aristides Figueira de Souza localizado no atual Sindicato dos Portuários Avulsos em Capatazia e Arrumadores no Comércio Armazenador no Município do Rio de Janeiro.

FONTES

Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Revista Ilustrada: número 656, ano 1983.

Correio da Manhã: 17/06/1903, 14/10/1906, 08/10/1908, 18/08/1907, 18/03/1909.

A União Operária: 22/10/1905.

Eco Popular: 27/03/1890.

A Noite: 02/05/1914.

Jornal do Comércio: 03/05/1872, 27/08/1908, 18/09/1908.

A Época: 18/03/1913, 31/01/1913, 15/01/1913, 18/03/1913, 29/03/1913, 29/12/1906.

Jornal do Brasil: 19/12/1904, 14/05/1908.

O Século: 14/05/1908.

Gazeta de Notícias: 25/08/1908.

Sindicato dos Portuários Avulsos em Capatazia e Arrumadores no Comércio Armazenador no Município do Rio de Janeiro

Livro de Recordações de Aristides Figueira de Souza.

Impressos Oficiais

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral De Estatística. Censos de 1872, 1890, 1906.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Marli B. M. *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro, 1904-1920*. Tese de Mestrado, UFRJ, 1983.

ALFONSO, Daniel; MATOS, Daniel. (orgs.) *Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil*. Edições Iskra, 2013.

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, EDUSC, 1998.

ARANTES, Erika Bastos. *O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATALHA, Cláudio H. M. *Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República*. In *Ciências Sociais Hoje*, 1990. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

_____. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. Cadernos do AEL, n.11/12. Campinas, 2000.

BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A revolução urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

CARVALHO, José Murilo. *“Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi”*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Medo branco de almas negras. Escravos libertos e Republicanos na cidade do Rio*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.8, n.16, mar. 1988/ago.1988.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas -SP: Editora da Unicamp, 2012.

COSTA, Rafael Maul de Carvalho. *A “escravidão livre” na Corte: escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo da Abolição)*. Tese de Doutorado, Niterói: UFF, 2012.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “*Tradições Negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905 – 1930*”. Afro-Ásia, n.24. Salvador, 2000.

_____. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1998.

_____. *Cor, etnicidade e formação de classe no porto no Rio de Janeiro: a sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908*. In: *Revista Usp*, São Paulo, n.68, dezembro-fevereiro 2005-2006.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Sobre o problema da habitação*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social- (1890-1920)*. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1986.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5ª ed. 2 Volumes. São Paulo: Globo, 2008.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Unesp, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 51. Ed. Rev. São Paulo: Global, 2006

GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz. (org.) *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. “*Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*”. In *Tempo Social*, São Paulo, v.18, n.1, jun.2006.

_____. “*As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos*”. Disponível em: http://www.geledes.org.br/as-greves-escravas-entre-silencios-e-esquecimentos/#gs.a_hzg1g, acesso no dia 16/05/2017.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (orgs.) *Experiências da emancipação. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____(orgs.). *Políticas da Raça. Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol.2. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GRANATO, Fernando. *João Cândido*. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Retratos do Brasil Negro).

HOBBSBAWN, Eric. “*Sindicatos Nacionais Portuários*”. In: *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HONORATO, Cezar Teixeira. “*Os afrodescendentes e a comunidade portuária do Rio de Janeiro do final do século XIX ao início do XX*”. In *Revista Crítica Histórica*. Rio de Janeiro: Ano VII, n.13, junho/2016.

_____. *Portos e cidades Portuárias: Algumas considerações Historiográficas*. Apresentado na ANPUH Nacional 2017. Mimeo, no prelo.

_____ & MANTUANO DA FONSECA, Thiago. *O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX*. Acervo (Rio de Janeiro), v.28, p.35-58, 2015.

KARASH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

LARA, Silvia Hunold. *Blowin` in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. In Projeto História, São Paulo, v.12, out.1995.

_____. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História, n.16. São Paulo, fev. 1998.

LOBO, Eulália M. L. *Historia do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1976.

LOBO, Eulália M. L.; CARVALHO, Lia e STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro, Edufrj, 1989.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. *O Capital*, vol.1. São Paulo, Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

_____. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico” in Revista Outubro, n.21, 2º semestre de 2013.

MATTOS, Rômulo Costa. *A reabilitação de Pereira Passos e os novos rumos do debate sobre as reformas urbanas no Rio de Janeiro da Primeira República*. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/.../Romulo%20Mattos.pdf Acesso no dia 19/09/2017.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Funarte, 1983.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2008.

NEGRO, Antonio Luigi. “Rodando a baiana e interrogando um principio básico do comunismo e da história social: O Sentido Marxista Tradicional da Classe Operária”, in Revista Crítica Histórica, Ano III, nº 05, Julho de 2012.

REIS, João José. *Rebelião escrava do Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. 3.ed. São Paulo, Companhia das letras, 2003.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008

SOARES, Luiz Carlos. *O "povo de Cam" na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7 Letras, 2007.

_____. "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX". In: *Revista Brasileira de História*, n.16. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1998.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Helena M., *Brasil, uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

_____. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil., 1870-11930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2012.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2. ed. Campinas, Ed Unicamp, 2012.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

VALENÇA, Rachel. *Serra, Serrinha, Serrano: O Império do Samba*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

VELLOSO, Monica Pimenta. *As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro* in *Estudos Históricos*, vol. 3, n.6, 1990.